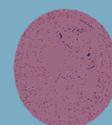


EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS
DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2011 | 2012



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2011 | 2012

Disponível em
www.bportugal.pt



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Relações Internacionais

Design e impressão

Departamento de Serviços de Apoio

Lisboa, 2012

Tiragem

300 exemplares

ISSN 1646-2807 (impresso)

ISSN 2182-3189 (on-line)

Depósito Legal n.º 235642/05

ÍNDICE

5	NOTA PRÉVIA
7	I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL
15	II. EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE
17	Angola
37	Cabo Verde
57	Guiné-Bissau
77	Moçambique
97	São Tomé e Príncipe
117	Timor-Leste
135	III. RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
137	III.1. Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste
143	III.2. Investimento direto bilateral com os PALOP e Timor-Leste
147	III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal

NOTA PRÉVIA



À semelhança das edições anteriores, a "Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2011/2012" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica atual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos dados macroeconómicos fundamentais como no que se refere às respetivas relações económicas e financeiras com Portugal.

Os capítulos II e III foram elaborados com base em informação recebida até ao final de agosto do corrente ano, a qual corresponde, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, eventualmente passíveis de revisão.

Agradece-se a amável colaboração das diversas entidades contactadas – em particular, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e o Banco Central de Timor-Leste – que se revelou indispensável para a obtenção dos elementos necessários à elaboração do presente relatório.



ENQUADRAMENTO
INTERNACIONAL



Contexto atual e perspectivas

Ao longo de 2011 e 2012 a recuperação mundial prosseguiu, mas os sinais encorajadores do final de 2011 e princípio do corrente ano não se revelaram sustentáveis. A retoma abrandou no segundo trimestre de 2012, enquanto se intensificavam as incertezas, num contexto caracterizado por vários riscos no sentido de um maior abrandamento ou mesmo redução da atividade. Esta atenuação do crescimento mundial atingiu basicamente todas as regiões (Gráfico I.1.)

A confiança no sistema financeiro global tem vindo a reduzir-se e os mercados mantêm forte volatilidade. Vive-se um período de incerteza invulgarmente alta, aliado a um grau de interligação e integração comercial e financeira sem precedentes.

A crise na área do euro continuou a afetar a região, com o produto, quer nesta área, quer no conjunto da Europa, a registar contração no primeiro semestre de 2012. As interligações entre os sectores público, bancário/financeiro e real traduziram-se em subidas acentuadas, em muitos dos países membros, dos prémios de risco e custos de financiamento quer dos soberanos, quer do sector privado, aumentando as pressões sobre o já frágil sector bancário da região. Agravou-se fortemente a fragmentação dos mercados monetários e financeiros no seio da área do euro, com os investidores a deslocarem a sua carteira de ativos nesta divisa para aplicações dos países do centro e norte da Europa, o que contribuiu para o círculo vicioso de crescente dificuldade de financiamento por parte dos países da área do euro mais “vulneráveis”. Com vista a salvaguardar os mecanismos de transmissão e unicidade da política monetária, afetados pelas distorções presentes nos mercados de títulos, o BCE adotou, a 6 de setembro, um programa de compra definitiva de dívida pública nos mercados secundários de obrigações soberanas. A condicionalidade inclui a existência de um programa adequado do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira/Mecanismo Europeu de Estabilidade, o qual pode assumir a forma de um programa de ajustamento macroeconómico global ou de um programa preventivo.

Os EUA e Japão enfrentam acentuadas necessidades de consolidação orçamental a médio prazo e é imperativo que as autoridades formulem planos concretos e credíveis para este ajustamento, os quais assegurem a confiança e credibilidade dos agentes. Por outro lado, a curto prazo, os EUA terão de chegar a acordo quanto às medidas de política para o orçamento de 2013 (a questão do “fiscal cliff”) e/ou voltar eventualmente a aprovar legislação referente à subida do teto da dívida.

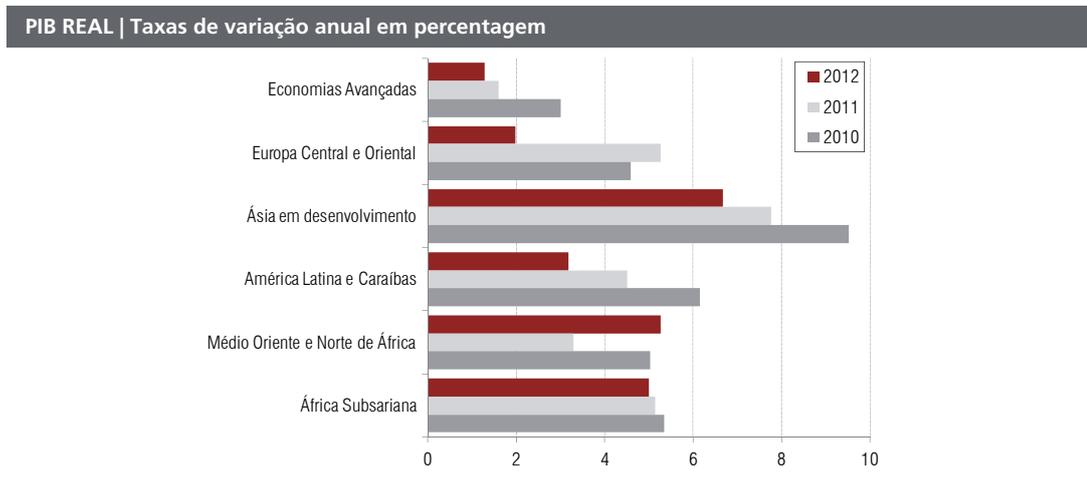
A debilidade da conjuntura traduz-se, nas principais economias avançadas, na persistência de elevadas taxas de desemprego, em conjugação com baixos níveis de investimento. Os efeitos desta conjuntura são bem patentes no abrandamento do comércio externo de bens e serviços.

As economias emergentes enfrentam o atual clima de incerteza global e descidas nítidas na procura externa. A China foi particularmente afetada, o que se refletiu no conjunto das economias asiáticas, em virtude da forte interconexão da cadeia industrial destes países, aprofundada ao longo da última década. Como atualmente esta região atingiu já também uma elevada integração financeira com as principais economias avançadas, os efeitos de propagação estenderam-se aos mercados financeiros, nomeadamente às bolsas. A maior exposição externa tornou a região mais sensível às tensões financeiras internacionais e poderá inclusivamente ter tido repercussões nas taxas de câmbio (e.g. recente apreciação do iene). Esta envolvente, a que se associou uma moderação das pressões sobre os preços, permitiu que muitos países alterassem o teor da política monetária, a fim de apoiar a atividade. Por enquanto os resultados desta mudança de política ainda não se fizeram sentir. Por outro lado, a atenuação económica na China, e de forma mais geral, na Ásia repercutiu-se nos mercados financeiros, em especial dos países emergentes e em desenvolvimento exportadores de bens primários.

A América Latina também registou desaceleração no primeiro semestre de 2012. A política monetária começou, tal como na Ásia, a mover-se num sentido mais acomodatório e expansionista. Espera-se que

a atividade reanime em 2013, induzida pelo maior dinamismo do Brasil. Na última década a região latino-americana beneficiou da robustez da procura de bens primários, como metais, por parte da China, cujo modelo de desenvolvimento foi muito intensivo em investimento, muito dependente de matérias-primas importadas. Uma transição brusca da procura interna chinesa do investimento para o consumo privado teria efeitos significativos na região.

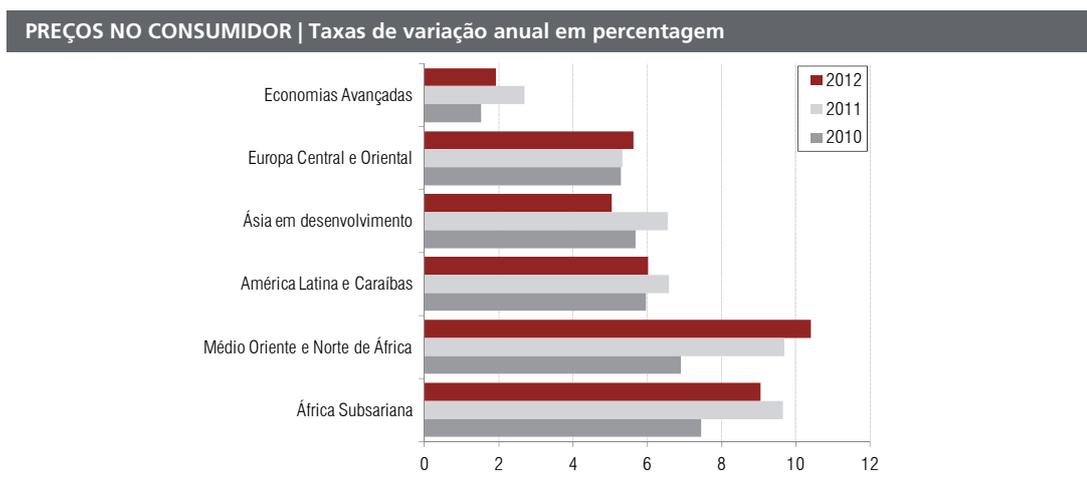
Gráfico I.1.



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2012.

A recente desaceleração económica foi acompanhada de uma diminuição da inflação, praticamente em todas as regiões, invertendo a tendência de subida dos preços patente em 2011. Paralelamente, a estabilização dos preços dos bens primários, após anos de fortes subidas, contribuiu também para a recente atenuação das pressões inflacionistas. Este comportamento permitiu que muitas economias, quer avançadas, quer emergentes e em desenvolvimento descessem as taxas de juro ou adotassem outras medidas de índole menos restritiva. (Gráfico I.2. e I.3.)

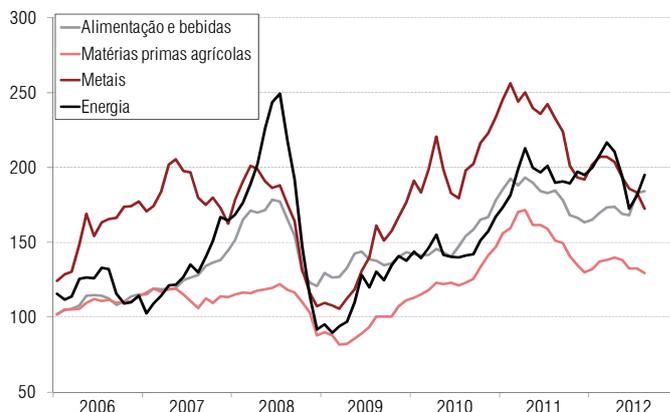
Gráfico I.2.



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2012.

Gráfico I.3.

ÍNDICES DE PREÇOS DOS BENS PRIMÁRIOS | Médias mensais, 2005=100

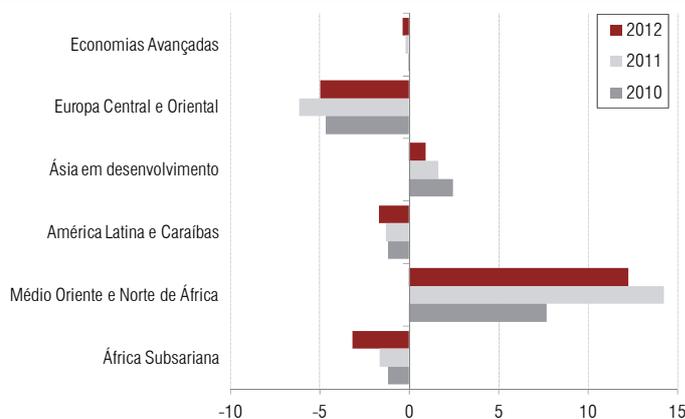


Fonte: FMI, *Primary Commodity Prices tables* (www.imf.org).

Após a crise de 2008, conseguiram-se progressos significativos na redução dos desequilíbrios externos globais. Este processo envolve um reforço da poupança nos países com défices externos correntes e um fortalecimento da procura interna e maior flexibilidade cambial nos países excedentários. Os países do Médio Oriente exportadores de petróleo foram a principal exceção, tendo ocorrido em 2011 um aumento dos seus excedentes, em resultado da forte procura e da alta dos preços. (Gráfico I.4.)

Gráfico I.4.

SALDOS EXTERNOS CORRENTES | Em percentagem do PIB



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2012.

Após o recurso, na sequência da crise de 2008, a medidas de estímulo orçamental, os défices do sector público reduziram-se em 2011 em todas as regiões (embora com comportamentos diferenciados entre os países). Esta tendência inverteu-se em 2012 em várias áreas geográficas. (Gráfico I.5.)

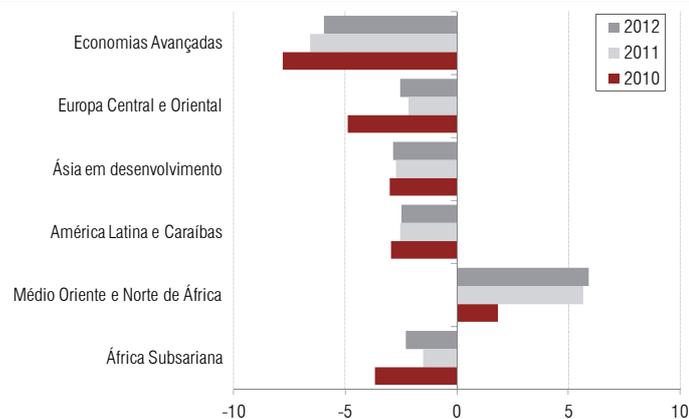
Evolução e perspetivas por grupos de países

No decurso do último ano, os **EUA** apresentaram um ritmo de crescimento muito moderado, de cerca de 2%, o emprego manteve-se abaixo dos níveis anteriores à crise e o mercado de habitação continua

fraco, embora com sinais de estabilização. Comparativamente aos anteriores ciclos, a presente recuperação dos EUA é a mais lenta desde a grande depressão dos anos 30, o que, em virtude da sua importância sistémica, tem ramificações na atividade e comércio globais.

Gráfico I.5.

SALDO DO SECTOR PÚBLICO | Em percentagem do PIB



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2012.

A política monetária manteve-se acomodaticia. A incerteza quanto à política orçamental no futuro próximo dificulta as previsões e pode mesmo explicar alguma prudência no comportamento das empresas relativamente à procura de trabalho e ao investimento. A atual legislação conduz a uma forte contração orçamental no próximo ano, em resultado do término da vigência de vários cortes de impostos e das reduções automáticas previstas do lado da despesa. É contudo provável que sejam prolongados por mais um ano alguns dos cortes de impostos.

No **Japão**, o impulso de reconstrução que se seguiu ao tsunami de março de 2011 tenderá a perder força no futuro próximo. Efetivamente o pacote de medidas que foi adotado após o terramoto animou a economia japonesa, embora sem efeitos visíveis na taxa de desemprego. As cheias na Tailândia no final de 2011 trouxeram dificuldades renovadas à cadeia produtiva asiática, o que prejudicou as exportações japonesas. Já em 2012, o investimento enfraqueceu, possivelmente devido à crescente incerteza quanto às perspetivas mundiais.

A **área do euro** cresceu 1.4% em 2011, mas deverá registar uma ligeira recessão em 2012. A política monetária manteve-se acomodaticia. O BCE desceu as taxas de referência em novembro e dezembro de 2011, num total de 50 pontos base. Em julho de 2012 procedeu a nova redução de 25 pontos base: a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez foi reduzida para 1.50%, a taxa aplicável às operações principais de refinanciamento passou para 0.75% e a da facilidade permanente de depósito desceu para 0.00%. Como referido acima, e em virtude de falhas no processo de transmissão da política monetária no seio do Eurosistema, o BCE lançou a 6 de setembro uma medida não convencional, tendo sido definidas as regras de um programa de compra definitiva de dívida pública no mercado secundário. As políticas orçamentais na área do euro têm sido restritivas, com destaque para os países com programas financeiros e défices elevados.

A UE tem avançado nas reformas de governação, incluindo o *"fiscal compact"* (no âmbito do Tratado intergovernamental assinado em março por 25 Estados-membros), o processo de recapitalização da banca, o tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade e os esforços para apoiar o crescimento e a competitividade através de reformas estruturais. Os acordos da Cimeira de 29 de junho vão no sentido da criação de uma união bancária, embora haja ainda muitas questões a solucionar.

O abrandamento das **economias emergentes e em desenvolvimento** foi extensivo à Ásia, América Latina e Europa Central e Oriental. A Rússia e o Médio Oriente evoluíram mais favoravelmente. A Rússia beneficiou dos altos preços dos principais bens primários, das boas colheitas e das fortes remessas de emigrantes. Já os países da Comunidade de Estados Independentes importadores de energia apresentaram uma desaceleração vincada.

Na região do Médio Oriente e Norte de África alargaram-se as diferenças de comportamento entre os países exportadores e importadores de petróleo. Nestes últimos, a instabilidade social traduziu-se em quebras abruptas no turismo e investimento direto estrangeiro. Os países exportadores de petróleo aceleraram o ritmo de crescimento (à exceção do Irão).

Como referido acima, a Ásia e América Latina foram afetadas pela fraqueza das economias avançadas, através dos canais comercial e financeiro. Apesar do ritmo mais moderado do que em 2010, os países emergentes e em desenvolvimento asiáticos cresceram 7.6% em 2011. A América Latina e Caraíbas, com sinais de sobreaquecimento em 2010, moderaram significativamente o seu crescimento em 2011, em resultado também das medidas restritivas adotadas para conter as pressões inflacionistas, atenuação que prosseguiu em 2012. O emprego na região tem subido de forma sustentada e os países exportadores de bens primários estão a crescer à taxa potencial ou mesmo ligeiramente acima desta.

África Subsariana

A África Subsariana apresentou expansões superiores a 5% em 2010 e 2011, ritmo que se deverá manter no presente ano. Os progressos institucionais na última década e a maior solidez dos fundamentos macroeconómicos facultaram margem de manobra para responder aos choques externos dos últimos anos. A diversificação das exportações para novos mercados, nomeadamente asiáticos, reduziu a sua exposição à débil procura por parte dos países avançados e os elevados preços dos bens primários beneficiaram os exportadores destes produtos e o investimento nas indústrias extrativas. Contudo, a região foi prejudicada pela redução do investimento direto estrangeiro por parte das economias avançadas, em particular a Europa.

Os sistemas bancários mostraram forte resiliência aos episódios de turbulência financeira. Eventuais pressões sobre a liquidez, a qualidade do crédito e a rentabilidade derivaram de canais indiretos, essencialmente o impacto da crise no comércio externo.

O conjunto dos países exportadores de petróleo continua com um crescimento elevado, da ordem de 6% em 2012 (6.3% em 2011), impulsionado nalguns países, como Angola, pelo aumento da capacidade de produção energética. Simultaneamente, em muitos destes países - Angola e Nigéria são bons exemplos - o sector não petrolífero tem evoluído a ritmos recorde nos últimos anos.

No extremo oposto, alguns países de baixo rendimento foram afetados por secas extremas. Contudo, na generalidade este grupo de países tem crescido de forma robusta.

Os países de rendimento médio, em particular a África do Sul, sofreram maior impacto da crise financeira na Europa, através da redução do investimento direto estrangeiro e da procura externa.

Apesar dos progressos na redução da pobreza, a região tem avançado lentamente no referente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Tensões e recessão nas economias avançadas podem comprometer os fluxos de donativos nos próximos anos.

Acabado de redigir a 11 de outubro de 2012

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE



ANGOLA



CABO VERDE



GUINÉ-BISSAU



MOÇAMBIQUE



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



TIMOR-LESTE



ANGOLA



ÁREA: 1 246 700 KM²

CAPITAL: Luanda

POPULAÇÃO: 19.7 MILHÕES
(2011; fonte: ONU)

MOEDA: Kwanza

O abrandamento da inflação para mínimos históricos e a sustentação do crescimento económico a um ritmo relativamente robusto, com tendência para acelerar, marcaram a conjuntura macroeconómica recente.

Ficou também patente um substancial reforço da posição orçamental e externa, graças à recuperação das receitas petrolíferas e à execução satisfatória do programa de ajustamento apoiado pelo FMI, que foi concluído com sucesso em fevereiro de 2012.

II.1.1. SÍNTESE

O programa de ajustamento macroeconómico estabelecido em finais de 2009 entre as autoridades angolanas e o FMI (envolvendo um financiamento de USD 1.4 mil milhões, o maior montante alguma vez disponibilizado pela instituição a um país subsaariano) foi concluído com sucesso em fevereiro de 2012. Ficaram já plenamente ultrapassados, de facto, os substanciais desequilíbrios orçamentais e externos – indiretamente induzidos pela crise internacional – que tinham dado origem a uma séria crise interna de liquidez e assim determinado a necessidade de adotar o referido programa. A conclusão satisfatória deste último foi certamente consequência de uma execução genericamente bem-sucedida das medidas de política económica nele previstas, mas também beneficiou largamente do contributo prestado pelo aumento das receitas petrolíferas – repercutindo a tendência de subida (e estabilização em patamares elevados) que os preços internacionais do petróleo evidenciam desde 2009.

Quadro II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS						
	2009	2010	2011	2011	2012	2013
	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	2.4	3.4	6.4	3.1	6.8	5.0
Inflação (t.v.a. homóloga)	14.0	15.3	10.8	11.4	9.6	7.5
Massa monetária (t.v. anual)	21.5	7.1	37.8	34.0	14.7	38.1
Balança corrente (% PIB)	-10.0	9.0	-4.8	10.8	7.3	4.4
Saldo orçamental global (% PIB)	-7.4	5.5	4.5	10.3	2.4	1.7
Dívida externa (% PIB)	20.0	21.6	19.9	19.8	19.5	20.4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

Essa evolução do mercado petrolífero global resultou, para a economia angolana, numa considerável melhoria dos termos de troca (quase 50%, em termos cumulativos, no biénio 2010/2011), a qual gerou excedentes que sustentaram a procura interna durante o período de ajustamento. O ritmo de expansão da atividade económica permaneceu, assim, relativamente robusto entre 2009 e 2011, embora abaixo dos patamares anteriores – devido também à quebra da produção petrolífera (que está agora a ser revertida). Já no tocante à estabilização nominal, tem estado patente uma evolução manifestamente positiva, sobretudo desde meados de 2011 – com a inflação homóloga anual a acusar treze quedas mensais consecutivas até agosto de 2012, quando caiu para 9.9% (ou seja, níveis de um só dígito, pela primeira vez desde a liberalização geral dos preços, há mais de vinte anos).

O aumento nominal das exportações de petróleo ascendeu a 33% em 2011 (tendo sido já de 24% no ano anterior), ao mesmo tempo que as importações de bens e serviços recuperavam das quedas de 2010, mas a um ritmo mais moderado que o das exportações. Daí resultaria um novo fortalecimento significativo da posição externa, refletido nos principais saldos da balança de pagamentos – com o acentuado reforço das reservas cambiais como corolário. Estas são agora confortavelmente superiores à dívida externa (que aliás se reduziu, em percentagem do PIB, pela primeira vez desde 2007), conferindo ao BNA uma larga margem de manobra para as suas intervenções no mercado cambial.

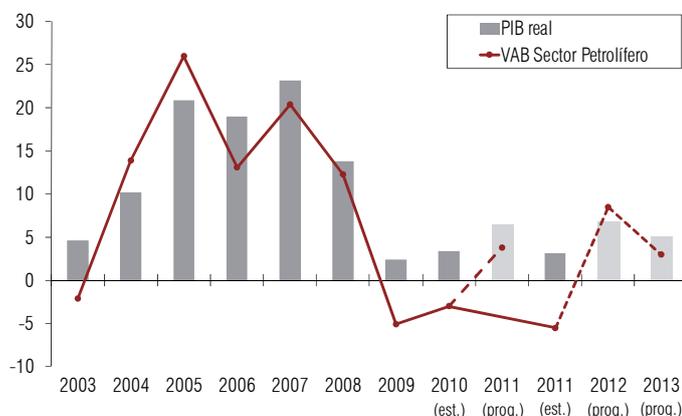
Tais intervenções continuam a ser o principal instrumento do banco central para a prossecução dos seus objetivos de estabilização dos preços, estando agora complementadas por um novo enquadramento da política monetária, depois da recente introdução de diversas inovações. A expansão da liquidez na economia acelerou, aliás, em 2011 (embora abrandasse depois, substancialmente, no primeiro semestre de 2012), não obstante o efeito moderador de uma forte contração do crédito líquido ao Estado. Este fenómeno repercutiu a acentuada consolidação orçamental do biénio 2010/2011 (equivalente a 17.7 pontos percentuais do PIB), largamente assente no aumento das receitas petrolíferas mas também numa apreciável contenção das despesas, apesar do espaço fiscal criado por esse aumento.

II.1.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A economia angolana tem conseguido sustentar taxas de crescimento real relativamente robustas nos últimos anos, sobretudo levando em conta o contexto de crise internacional (e a crise interna de liquidez, em boa medida dela resultante). O ritmo de crescimento estimado para o triénio 2009/2011 foi, porém, bastante inferior ao verificado nos anos precedentes, que beneficiaram dos “dividendos da paz” e do aumento das receitas petrolíferas (impulsionadas por efeitos de quantidade e de preço). Ficou também sempre abaixo do programado, à partida, para cada um desses três anos – como sucedeu em 2011, com uma previsão inicial de 6.4% e uma estimativa atual de 3.1% (cf. Gráfico II.1.1.). Trata-se, aliás, de níveis de crescimento económico que estão praticamente em linha com as melhores estimativas disponíveis para o crescimento populacional (cerca de 3% ao ano, em média, no período 2006/2010) – de onde resulta que não terá havido ganhos reais de PIB *per capita* desde 2008.

Gráfico II.1.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

O principal fator justificativo desse desempenho, positivo mas pior que o esperado, é a persistência de dificuldades ao nível da produção petrolífera – em parte associadas ao ciclo de vida de alguns dos principais blocos de exploração. Daí resultaram quebras na atividade do sector em todos os três anos mais recentes, culminando em 2011 numa contração de 5.5%, em termos reais, quando inicialmente se antecipava uma expansão de 3.8% (cf. Gráfico II.1.1). A produção angolana de petróleo bruto tinha, de facto, atingido picos superiores a 1.9 milhões de barris por dia (mbd) em meados de 2008 (reatados no início de 2010), após cinco anos de forte expansão que levaram o país à posição de segundo maior produtor africano, atrás apenas da Nigéria (a Argélia foi ultrapassada em 2006 e a Líbia em 2007). Daí em diante, instalou-se, contudo, uma tendência para a redução gradual da produção, cujo limite foi atingido em junho de 2011, quando foram apurados valores médios de aproximadamente 1.5 mbd.

A partir deste último mês, foi-se todavia observando uma certa recuperação dos níveis de produção petrolífera, acabando por se atingir em agosto de 2012 o valor máximo em mais de dois anos: cerca de 1.8 mbd. Essa retoma esteve associada à entrada em funcionamento de novos poços, que determinou um aumento anual líquido de 12% no número de poços em produção (para 1476 no final de 2012, segundo dados da OPEP, de que Angola é membro). As perspetivas futuras para o sector petrolífero angolano (incluindo a exploração de gás) têm, aliás, evoluído favoravelmente – graças, em especial, ao previsto aproveitamento do pré-sal¹ (que deverá permitir um aumento significativo das reservas petrolíferas angolanas, atualmente estimadas pela OPEP em cerca de 10.5 mil milhões de barris) e

¹ Ou seja, as jazidas de petróleo que se encontram não apenas em alto mar (*offshore*) como também por baixo de uma camada de sal (à semelhança, por exemplo, do Brasil) – totalizando profundidades de vários quilómetros desde a superfície do oceano.

também ao início da produção de gás natural (embora as reservas comprovadas deste último sejam relativamente modestas – cerca de 0.19% do total mundial, contra 0.71% no caso do petróleo).

Admite-se, assim, que o sector petrolífero volte a crescer, em termos reais, já em 2012 – estando até previsto que ultrapasse o ritmo de expansão do resto da economia, o que já não se verifica desde 2005. De facto, o crescimento da economia angolana, no seu conjunto, durante o período de retração real do referido sector (2009/2011) ficou naturalmente a dever-se às atividades não-petrolíferas, orientadas sobretudo para a procura interna – que foi, por seu turno, sustentada graças aos excedentes gerados pela substancial melhoria dos termos de troca (ou seja, essencialmente o efeito resultante da subida dos preços internacionais do petróleo desde os mínimos apurados em 2008).

As atividades não-petrolíferas deverão também continuar a beneficiar de fatores como o renovado esforço de investimento público e a regularização dos atrasados internos (ou seja, os pagamentos em atraso de despesas do Estado, que criaram dificuldades ao bom funcionamento de numerosas empresas locais). Tais fatores favorecem, em especial, sectores como os da construção e da eletricidade e água, os quais estavam já entre aqueles que registaram um crescimento real mais pronunciado no período 2009/2011 (embora a construção tenha abrandado claramente ao longo do mesmo, ressentindo-se de questões como os atrasados) – desempenho esse em que foram então acompanhados pela agricultura, que deverá, porém, ressentir-se agora de condições meteorológicas menos favoráveis.

Gráfico II.1.2.

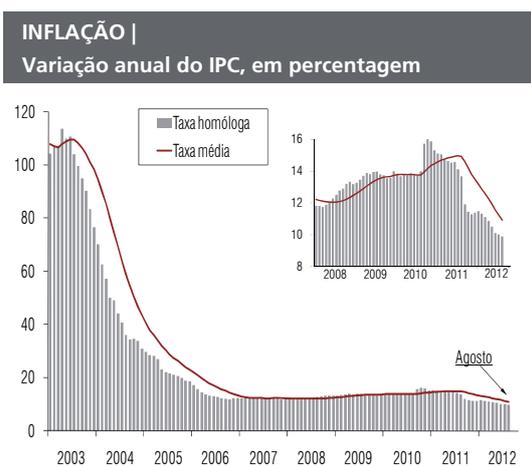
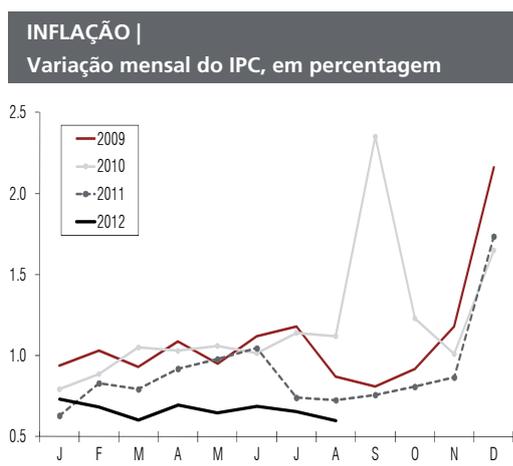


Gráfico II.1.3.



Fonte: Banco Nacional de Angola.

No tocante à estabilização nominal, os resultados recentes traduzem já um progresso claro e significativo, em contraste com o desempenho dos últimos anos na esfera do crescimento económico – que foi certamente apreciável, sobretudo dado o contexto interno e externo, mas ficou aquém das expectativas (e das necessidades manifestadas pelas próprias autoridades angolanas). Constata-se, de facto, que a cadência inflacionária vem abrandando, de forma gradual e sustentada, desde finais de 2010, ancorada na estabilidade cambial – assim como, em última análise, numa política orçamental de consolidação (facilitada pelo aumento das receitas mas assente também na contenção das despesas) e numa política monetária de moderação (relativamente restritiva até meados de 2011, mas assumindo depois um cariz mais acomodaticio, à medida que a inflação ia abrandando).

A economia angolana está, assim, a atravessar o seu melhor momento, em mais de vinte anos, no que diz respeito ao comportamento dos preços (ou seja, desde a liberalização geral destes) – conforme é ilustrado por diversos indicadores: o melhor perfil de sempre em termos de variações mensais do índice de preços, cuja série começa em 1990 (cf. Gráfico II.1.3.); treze quedas mensais consecutivas da inflação média anual (cf. Gráfico II.1.2.); a menor variação acumulada que o IPC-Luanda alguma vez

registou nos primeiros oito meses de qualquer ano (5.4%); finalmente, e em especial, a primeira vez que a inflação homóloga anual caiu para valores de um só dígito (agosto de 2012: 9.9%).

Confirma-se, pois, que foi temporário o impacto negativo induzido pelo corte substancial dos subsídios aos preços internos dos combustíveis, concretizado em setembro de 2010 (com reflexos relevantes sobre o IPC – de primeira, segunda e terceira ordem). De facto, descontando o efeito sazonal da subida dos preços em finais de 2011 (tradicional no período das festas), a inflação parece ter entrado numa trajetória virtuosa, que deverá permitir, em particular, a observância das metas estipuladas para dezembro de 2012. Já o prolongamento do processo desinflationista, até patamares mais próximos do que se verifica no caso dos principais parceiros externos (o que teria reflexos positivos em termos de competitividade-preço), estará certamente dependente da manutenção do rigor orçamental e monetário, mas também, em alguma medida, dos esforços que as autoridades angolanas vão desenvolvendo para ultrapassar diversos constrangimentos tradicionalmente identificados do lado da oferta (desde questões de logística a aspetos de concorrência).

II.1.3. CONTAS EXTERNAS

O processo de ajustamento macroeconómico encetado pelas autoridades angolanas em finais de 2009, no quadro do programa apoiado pelo FMI, produziu resultados particularmente expressivos na vertente externa, com uma substancial correção dos desequilíbrios a verificar-se logo em 2010, a acentuar-se em 2011 e a consolidar-se no ano em curso. Esta evolução favorável ficou claramente patente ao nível das principais rubricas da balança de pagamentos, com destaque para os substanciais excedentes da balança comercial e da balança corrente (cf. Quadro II.1.2.), assim como para o respetivo corolário: um nível de reservas cambiais brutas cifrado em USD 32.6 mil milhões no final do primeiro semestre de 2012 – ou seja, o equivalente a 8.9 meses das importações de bens e serviços estimadas em 2011 (contra 7.8 meses no final deste último ano e 3.8 meses em 2009).

Quadro II.1.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB						
	2009	2010	2011	2011	2012	2013
	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
Balança corrente	-10.0	9.0	-4.8	10.8	7.3	4.4
Balança comercial	24.0	41.1	27.6	45.2	39.5	33.6
Exportações	53.9	61.3	55.7	64.7	59.5	54.4
dq: Exp. petrolíferas	52.5	59.8	54.0	63.3	58.3	53.1
Importações	-29.9	-20.2	-28.2	-19.5	-20.0	-20.8
Serviços e rendimentos	-33.5	-31.6	-31.9	-33.9	-31.7	-28.8
dq: Juros da dívida	-0.7	-0.6	0.0	-0.7	0.0	0.0
Dividendos e lucros	-8.1	-9.1	0.0	-10.8	0.0	0.0
Transferências correntes	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5	-0.4
Balança de capital e financeira	3.9	-1.7	6.2	-2.5	-4.1	-1.7
dq: Invest. direto estrangeiro	2.9	-5.5	3.2	-2.5	-2.7	0.5
Balança global	-6.1	7.3	1.4	8.3	3.3	2.6

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Esse considerável ajustamento externo ficou, em parte, a dever-se ao esforço de contenção da despesa pública, que se refletiu na moderação das importações (com especial relevo para as de mercadorias em 2010). O elemento determinante nesse processo foi, porém, a evolução muito favorável dos termos de troca em 2010 e 2011: ganhos de 19.6% e 24.1%, respetivamente (em contraste com uma perda de 28.3% no ano precedente). Os termos de troca, por seu turno, refletiram essencialmente a tendência de subida (e manutenção em patamares elevados) que os preços internacionais do petróleo evidenciam

desde 2009: o preço de referência da OPEP atingiu um pico de USD 140.73 por barril em julho de 2008, caiu para um mínimo de USD 33.36 no final desse ano, terminou 2009 já nos USD 77.16, chegou a USD 106.84 em finais de 2011 e estava em USD 109.68 a 28 de setembro último. Esse efeito-preço compensou a queda da produção petrolífera registada desde 2008, permitindo que as exportações de petróleo atingissem em 2011 um novo máximo nominal (ao mesmo tempo que as restantes classes de mercadorias exportadas evoluíam também positivamente, com destaque para os diamantes).

Gráfico II.1.4.

EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO | Destinos em percentagem; Total em mil milhões de USD

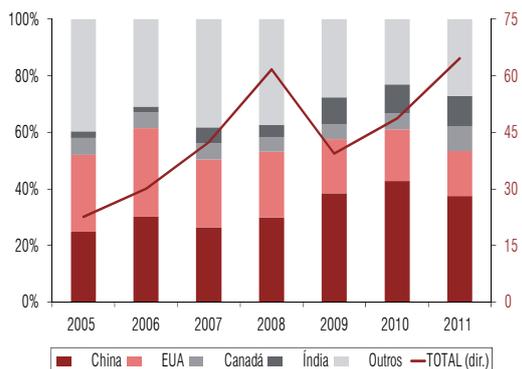
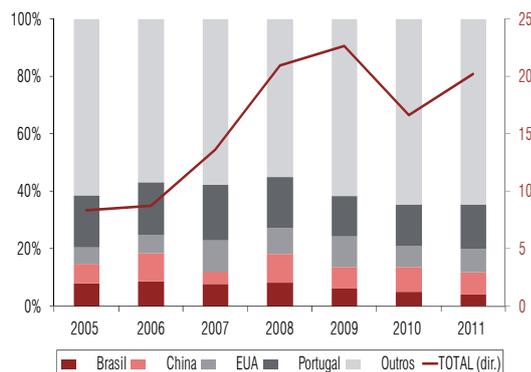


Gráfico II.1.5.

IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS | Origens em percentagem; Total em mil milhões de USD

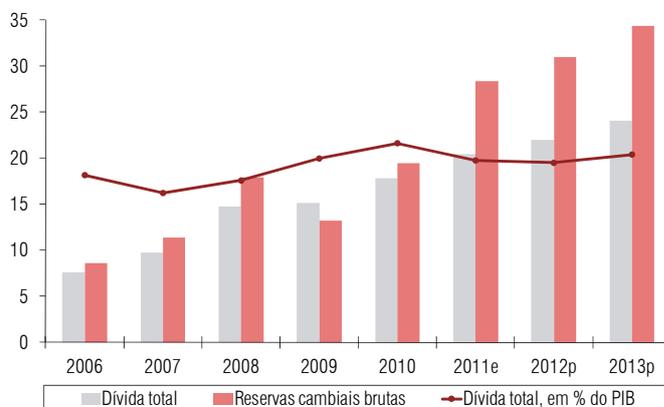


Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

No tocante aos países de destino do petróleo angolano, ficou patente uma tendência de diversificação (cf. Gráfico II.1.4.), na medida em que perderam peso tanto os EUA como a China (principal cliente desde 2007), em favor de diversos parceiros com quotas menores – entre os quais Portugal, que passou de 0.5% do total em 2009 para 2.4% em 2011. A posição portuguesa reforçou-se também, aliás, na esfera das importações de mercadorias (cf. Gráfico II.1.5.), com nova recuperação de quota em 2011 (depois do mínimo registado em 2009) – para mais num contexto em que todos os restantes fornecedores principais acusaram uma redução das respetivas quotas (à exceção dos EUA), sugerindo também aqui uma tendência de diversificação.

Gráfico II.1.6.

DÍVIDA EXTERNA E RESERVAS CAMBIAIS | Em mil milhões de USD; Total em percentagem do PIB



Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Depois da queda abrupta que tinham registado em 2010, refletindo o impacto inicial do ajustamento, as importações de mercadorias recuperaram no ano seguinte, sem todavia atingirem, sequer em termos

nominais, os patamares de 2008 e 2009 (estando agora previstos novos aumentos, mais moderados, devido à retoma do consumo e ao esforço de investimento em áreas como o pré-sal petrolífero). Já no tocante aos invisíveis correntes, ficaram patentes em 2011 variações bastante mais acentuadas, face ao ano anterior, por parte de todas as principais rubricas de débitos, com destaque para a mais volumosa delas – os dividendos e lucros (sobretudo do sector petrolífero), com um aumento nominal de 48.2%.

Na esfera das operações financeiras, o investimento direto líquido voltou a apresentar sinal negativo em 2011, pelo segundo ano consecutivo, refletindo algum abrandamento das entradas (que tenderá agora, todavia, a ser gradualmente revertido) e sobretudo um aumento do investimento no exterior por parte de residentes angolanos. Em contrapartida, verificou-se mais um reforço dos desembolsos de empréstimos, que levou a dívida externa a atingir um novo máximo no final de 2011, em valor absoluto (e em termos nominais) – mas já não em percentagem do PIB, indicador que acusou a primeira retração dos últimos quatro anos (contrastando com a evolução das reservas cambiais – cf. Gráfico II.1.6.).

II.1.4. FINANÇAS PÚBLICAS

O programa de ajustamento angolano assentou, em larga medida, no fomento da consolidação orçamental, encarada como elemento-chave para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos gerados pelo impacto da crise internacional. Esse processo de consolidação acabaria por ser bastante facilitado pela evolução favorável dos preços internacionais do petróleo, que se repercutiu de forma muito positiva sobre as receitas petrolíferas do Estado (correspondentes a 78% da receita total, em média, no período 2007/2011). Estas últimas deram, assim, um contributo decisivo para o reforço da posição orçamental entre 2009 e 2011: um ajustamento total equivalente a 17.7 pontos percentuais do PIB (saldo global em base de compromissos – cf. Quadro II.1.3.).

Quadro II.1.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB							
	2009	2010	2011	2011	2012	2012	2013
	Est.	Est.	Orç.	Est.	Orç.	Proj.	Prog.
Receitas totais	34.5	43.5	40.2	49.1	34.5	44.9	41.3
d.q.: Receitas petrolíferas	24.2	33.0	30.3	39.3	23.5	34.4	29.7
Despesas totais	41.9	37.9	35.6	38.8	32.1	38.8	39.6
Despesas correntes	29.5	28.3	26.5	30.1	23.7	29.8	29.6
Pessoal	11.1	9.4	10.3	9.0	9.7	9.7	10.6
Bens e serviços	6.4	8.2	8.1	10.6	7.8	10.6	10.6
Juros	1.7	1.2	1.8	1.0	1.0	1.0	1.0
Transferências e subsídios	10.3	9.5	6.4	9.5	5.1	8.4	7.4
Despesas de investimento	12.4	9.7	9.1	8.7	8.5	9.0	10.0
Saldo global (base compromissos)	-7.4	5.5	4.5	10.3	2.4	6.1	1.7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

Importa, porém, sublinhar que esse ajustamento foi mais pronunciado do que teria sido se resultasse apenas do espaço fiscal criado pelo aumento das receitas petrolíferas (as quais passaram de 24.2% do PIB em 2009 para 39.3% em 2011). De facto, o empenho colocado pelas autoridades na consolidação orçamental ficou especialmente patente no esforço de contenção das despesas (que se reduziram em 3.1 pontos percentuais do PIB ao longo do referido biénio), assim como no reforço das receitas não-petrolíferas. Daí resultou, em particular, que o défice sem receitas petrolíferas, em percentagem do PIB não-petrolífero, terá caído em 2010 para o nível mais baixo desde o início do milénio. Merecedora também de destaque foi a regularização dos atrasados de pagamentos a fornecedores – essencialmente concluída em 2011, depois de estes terem chegado a rondar 9% do PIB em 2009, provocando nessa altura perturbações significativas ao normal funcionamento da economia.

As perspetivas orçamentais para 2012, tendo por base projeções elaboradas em meados do ano (que poderão ainda revelar-se conservadoras, à luz da evolução aparente no terceiro trimestre), apontam para um novo reforço da posição orçamental, com a projeção para o excedente global a cifrar-se em 6.1% do PIB – contra os 2.4% do PIB orçamentados à partida. Deverá, assim, repetir-se o fenómeno observado já em 2011 (e em anos anteriores), ou seja uma orçamentação deliberadamente prudente das receitas petrolíferas – procedimento tradicional das autoridades angolanas, que o encaram como um elemento precaucionário no âmbito do exercício orçamental. Dessa prática decorre que o grau de execução das referidas receitas acaba por ser bastante superior ao inicialmente orçamentado: uma estimativa de 142% em 2011 e uma projeção de 147% em 2012 (cf. Gráfico II.1.7.).

Gráfico II.1.7.

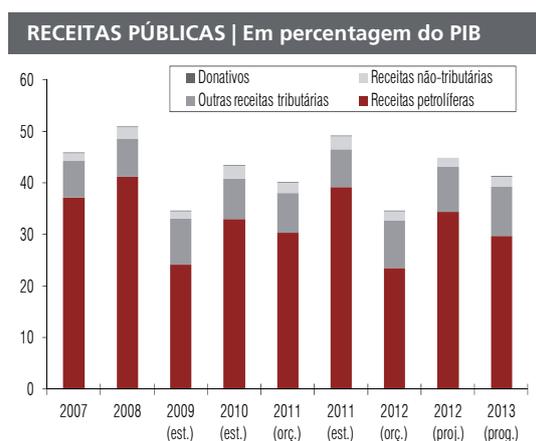
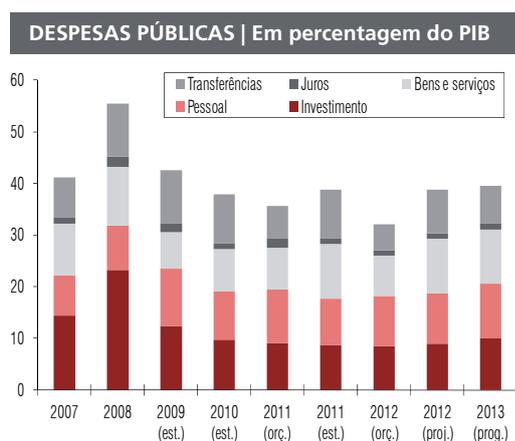


Gráfico II.1.8.



Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

Relativamente às despesas, sublinhe-se que passaram a ser incluídas no perímetro orçamental diversas operações quase-fiscais efetuadas por empresas públicas (basicamente a Sonangol). Adotada no quadro dos procedimentos regulares de acompanhamento do programa com o FMI, esta reclassificação (relativa, para já, ao período pós-2006), determinou uma alteração significativa da dimensão global e da estrutura das despesas. Constatam-se, assim, que a contenção começou logo em 2009, com um corte drástico da parcela de investimento (cf. Gráfico II.1.8.) – prosseguindo, mais suavemente, no biénio seguinte (em percentagem do PIB) e estando agora projetada uma recuperação gradual. Em contrapartida, o esforço de contenção das despesas correntes ficou patente sobretudo em 2010 e foi revertido no ano imediato, com o espaço fiscal gerado pelo aumento das receitas petrolíferas a permitir uma execução mais dilatada – sobretudo ao nível de rubricas como os bens e serviços ou as transferências e subsídios.

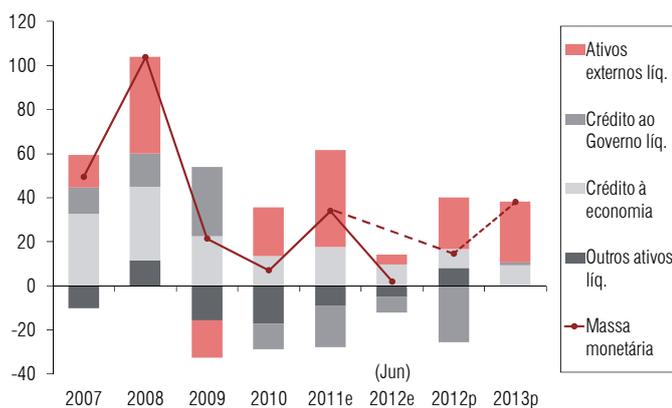
II.1.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

O enquadramento da política monetária em Angola foi substancialmente alterado em finais de 2011, com a adoção de diversas inovações que conferem à condução da mesma, por parte do BNA, uma maior profundidade, sofisticação e eficácia potencial. Destacam-se, em especial, a criação do Comité de Política Monetária (que se reúne mensalmente, no âmbito do BNA) e a introdução da Taxa Básica de Juro (que sinaliza a orientação de política por parte da autoridade monetária), das LUIBOR (*Luanda Interbank Offered Rates*, divulgadas diariamente para vários prazos, com base nas taxas interbancárias), das novas Facilidades Permanentes de Cedência e Absorção de Liquidez e das novas operações de mercado aberto (com diferentes características). Daí resultou uma estrutura mais completa e complexa, que complementa as intervenções regulares do BNA no mercado cambial, onde este procura influenciar a taxa de câmbio do kwanza face ao dólar (moeda de referência) – instrumento privilegiado pelo banco central para a prossecução dos seus objetivos de estabilização dos preços.

O abrandamento da cadência inflacionária a partir de meados de 2011 justificou, aliás, que o BNA imprimissem à política monetária um cariz mais acomodatório. Ficou, assim, patente uma tendência de descida ao nível das suas diversas taxas de intervenção (desde a taxa de redesconto às taxas das Facilidades Permanentes), assim como das que se praticam para os Títulos do Banco Central – e também das taxas relativas aos Bilhetes do Tesouro (em ambos os casos, para patamares de repressão financeira, ou seja inferiores à inflação). A referida tendência estendeu-se ainda às taxas bancárias passivas, mas já não às ativas (cf. Gráfico II.1.10.), que parecem refletir uma recuperação da procura de crédito, patente na aceleração do mesmo em 2011 e no primeiro semestre de 2012.

Gráfico II.1.9.

FATORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do valor inicial da massa monetária



Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Essa evolução do crédito à economia, conjugada com o forte reforço dos ativos externos, exerceu um significativo efeito expansionista sobre a liquidez em 2011, não obstante a influência moderadora do crédito líquido ao Estado (cf. Gráfico II.1.9.). Em contrapartida, o comportamento da massa monetária no primeiro semestre de 2012 foi já bastante mais contido – sem todavia contrariar, no tocante às suas componentes, um novo avanço dos depósitos em moeda nacional (cujo peso no total ultrapassou 50%, pela primeira vez no milénio). Este acréscimo de confiança no kwanza foi, aliás, acompanhado pela sua apreciação, em termos reais efetivos – que anulou já o impacto induzido pela acentuada depreciação nominal de 2009, favorável à competitividade-preço da economia angolana (cf. Gráfico II.1.11.).

Gráfico II.1.10.

TAXAS DE JURO | Taxas anuais

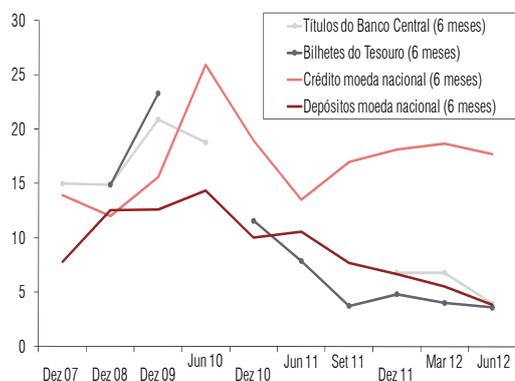
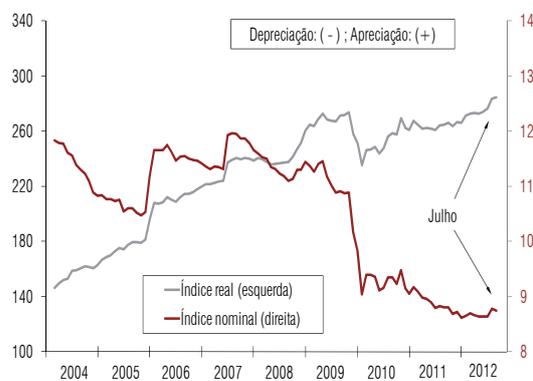


Gráfico II.1.11.

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA | Índices (base 100: 2000); Médias mensais



Fonte: Banco Nacional de Angola.

Quadro A.II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
Unidades	2008	2009	2010	2011		2012		2013
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de AOK	6316	5989	7580	8879	9724	10897	11753
	mil milhões de EUR	57.2	54.3	62.1		74.4		
	mil milhões de USD	84.2	75.7	82.5	90.0	103.7	112.7	118.0
PIB real	tx. variação anual	13.8	2.4	3.4	6.4	3.1	6.8	5.0
Sector petrolífero	tx. variação anual	12.3	-5.1	-3.0	3.8	-5.5	8.5	3.0
Outros sectores	tx. variação anual	15.0	8.3	7.8	8.1	8.5	6.0	6.1
Inflação (IPC-Luanda)	t.v. homóloga anual	13.2	14.0	15.3	10.8	11.4	9.6	9.9 Ago
	t.v. média anual	12.5	13.7	14.5	12.0	13.5	10.8	10.9 Ago
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	% do PIB	50.9	34.6	43.5	40.2	49.1	34.5	41.3
Receitas petrolíferas	% do PIB	41.2	24.2	33.0	30.3	39.3	23.5	29.7
Despesas totais ^(a)	% do PIB	55.4	41.9	37.9	35.6	38.8	32.1	39.6
Despesas correntes	% do PIB	32.1	29.5	28.3	26.5	30.1	23.7	29.6
Despesas de investimento	% do PIB	23.3	12.4	9.7	9.1	8.7	8.5	10.0
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-4.5	-7.4	5.5	4.5	10.3	2.4	1.7
Saldo global (base caixa)	% do PIB	-5.6	-8.6	5.5	-1.2	11.9	2.4	1.7
MOEDA E CRÉDITO								
Ativos externos líquidos	tx. variação anual	43.7	-23.8	50.4	10.2	71.0	29.3	41.1 Jun
Crédito à economia	tx. variação anual	66.8	55.4	25.8	39.0	28.6	15.1	29.7 Jun
Massa monetária (M3)	tx. variação anual	103.9	21.5	7.1	37.8	34.0	14.7	20.0 Jun
TAXAS DE JURO								
Crédito em moeda nac. ^(b) (180 d)	taxa anual	12.0	15.6	19.0		18.1		17.7 Jun
Depósitos em moeda nac. (180 d)	taxa anual	12.5	12.6	10.0		6.7		3.8 Jun
Depósitos em moeda estr. (180 d)	taxa anual	4.8	4.9	7.2		2.7		2.4 Jun
Títulos do Banco Central (63 d)	taxa anual	14.1	20.6	10.0		7.2		3.2 Jun
Bilhetes do Tesouro (182 d)	taxa anual	14.9	23.3	11.6		4.8		3.6 Jun
Obrigações do Tesouro ^(c) (3 anos)	taxa anual	2.3	5.5	7.0		7.0		7.3 Jun
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações (em USD correntes)	tx. variação anual	44.0	-36.1	23.9	-0.9	32.6	0.0	-4.3
Importações (em USD correntes)	tx. variação anual	53.6	8.0	-26.4	52.1	21.4	11.6	8.5
Balança comercial	% do PIB	51.0	24.0	41.1	27.6	45.2	39.5	33.6
Balança corrente	% do PIB	8.5	-10.0	9.0	-4.8	10.8	7.3	4.4
Reservas cambiais (brutas)	milhões de USD	17911	13238	19444		28393	31031	32624 Jun
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total	milhões de EUR	10065	10839	13441		14698		
	milhões de USD	14800	15125	17859	17900	20497	21977	24072
	% do PIB	17.6	20.0	21.6	19.9	19.8	19.5	20.4
Serviço da dívida	% das exportações	3.1	10.6	7.4	7.3	6.5		
TAXAS DE CÂMBIO								
Taxa bilateral EUR / AOK	taxa média	110.3	110.3	122.0		130.8		118.3 Jul
Taxa bilateral USD / AOK	taxa média	75.0	79.1	91.8		93.8		95.4 Jul
ITCE nominal [apreciação: +] ^(d)	tx. variação anual	-3.0	-5.4	-13.3		-4.9		-0.7 Jul
ITCE real [apreciação: +] ^(d)	tx. variação anual	4.2	8.1	-3.1		3.6		7.5 Jul

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui, para todos os anos apresentados, despesas correntes e de capital que tinham sido efetuadas por empresas públicas (essencialmente, a Sonangol) e foram agora incluídas no perímetro orçamental (operações quase-fiscais -- *quasi-fiscal operations*); (b) Crédito concedido a empresas; (c) Obrigações emitidas em AOK mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOK; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005/2009.

Quadro A.II.1.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em mil milhões de Kwanzas							
	2008	2009	2010	2011		2012	2013
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
Sector primário	4055	3326	4213		5638		
Agricultura, pescas e derivados	420	611	746		909		
Indústria extrativa	3635	2715	3467		4730		
Petróleo e gás	3569	2662	3396		4641		
Outros (incl. Diamantes)	66	54	71		89		
Sector secundário	627	821	1075		1346		
Indústria transformadora	303	364	464		584		
Eletricidade e água	5	7	10		11		
Construção	319	450	602		751		
Sector terciário	1480	1694	2103		2509		
Comércio e serviços transacionáveis	1104	1240	1555		1896		
Serviços não-transacionáveis	376	454	548		613		
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de fatores)	6162	5841	7392		9493		
Impostos indiretos e subsídios	154	147	188		231		
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	6316	5989	7580	8879	9724	10897	11753
<i>Para memória:</i>							
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)</i>	57.2	54.3	62.1		74.4		
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de USD)</i>	84.2	75.7	82.5	90.0	103.7	112.7	118.0
<i>PIBpm nominal (em Kz, variação anual em %)</i>	36.2	-5.2	26.6	17.1	28.3	12.1	7.9
<i>PIB real (variação anual em %)</i>	13.8	2.4	3.4	6.4	3.1	6.8	5.0
Sector petrolífero	12.3	-5.1	-3.0	3.8	-5.5	8.5	3.0
Outros Sectores	15.0	8.3	7.8	8.1	8.5	6.0	6.1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem					
		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
2000	Dezembro		268.4	268.4	325.0
2001	Dezembro		116.1	116.1	152.6
2002	Dezembro		105.6	105.6	109.0
2003	Dezembro		76.6	76.6	98.2
2004	Dezembro		31.0	31.0	43.5
2005	Dezembro		18.5	18.5	23.0
2006	Dezembro		12.2	12.2	13.3
2007	Dezembro		11.7	11.7	12.2
2008	Dezembro		13.2	13.2	12.5
2009	Dezembro		14.0	14.0	13.7
2010	Dezembro		15.3	15.3	14.5
2011	Dezembro		11.4	11.4	13.5
2010	Janeiro	0.8	0.8	13.8	13.8
	Fevereiro	0.9	1.7	13.7	13.8
	Março	1.0	2.8	13.8	13.8
	Abril	1.0	3.8	13.7	13.8
	Maio	1.1	4.9	13.9	13.8
	Junho	1.0	6.0	13.7	13.8
	Julho	1.1	7.2	13.7	13.8
	Agosto	1.1	8.4	14.0	13.8
	Setembro	2.4	10.9	15.7	13.9
	Outubro	1.2	12.3	16.1	14.2
	Novembro	1.0	13.4	15.9	14.4
	Dezembro	1.6	15.3	15.3	14.5
	<i>Dezembro (prog.)</i>			13.0	15.0
2011	Janeiro	0.6	0.6	15.1	14.6
	Fevereiro	0.8	1.5	15.1	14.7
	Março	0.8	2.3	14.8	14.8
	Abril	0.9	3.2	14.6	14.8
	Maio	1.0	4.2	14.5	14.9
	Junho	1.0	5.3	14.6	14.9
	Julho	0.7	6.1	14.1	15.0
	Agosto	0.7	6.9	13.7	14.9
	Setembro	0.8	7.7	11.9	14.6
	Outubro	0.8	8.5	11.4	14.2
	Novembro	0.9	9.5	11.3	13.8
	Dezembro	1.7	11.4	11.4	13.5
	<i>Dezembro (prog.)</i>			10.8	12.0
2012	Janeiro	0.7	0.7	11.5	13.2
	Fevereiro	0.7	1.4	11.3	12.9
	Março	0.6	2.0	11.1	12.6
	Abril	0.7	2.7	10.9	12.3
	Maio	0.6	3.4	10.5	11.9
	Junho	0.7	4.1	10.1	11.6
	Julho	0.7	4.8	10.0	11.2
	Agosto	0.6	5.4	9.9	10.9
	<i>Dezembro (prog.)</i>			9.6	10.8
2013	<i>Dezembro (prog.)</i>			7.5	8.6

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.1.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD							
	2008	2009	2010	2011		2012	2013
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
1. Balança Corrente	7195	-7572	7421	-4320	11181	8277	5170
Mercadorias	42932	18168	33928	24804	46859	44485	39647
Exportações (f.o.b.)	63914	40828	50595	50154	67088	67059	64144
Sector petrolífero	62457	39803	49352	48591	65591	65704	62700
das quais: Petróleo bruto	61666	39271	48629	47913	64539	64779	61718
Diamantes	1210	814	976	1238	1205	1037	1110
Outras	247	212	267	325	291	318	334
Importações (f.o.b.)	-20982	-22660	-16667	-25350	-20228	-22574	-24497
Sector petrolífero	-5713	-4326		-5596		-5269	-5441
Outras	-15269	-18546		-19753		-17305	-19056
Serviços e rendimentos	-35527	-25369	-26069	-28702	-35203	-35690	-34013
Serviços (líq.)	-21810	-18546	-17898	-19480	-23102	-24302	-23068
Créditos	330	623	857	705	530	670	724
Débitos	-22139	-19169	-18754	-20185	-23632	-24972	-23792
dos quais: Transportes e viagens	-3975	-4288	-3237		-4046		
Construção	-5007	-4676	-4643		-5704		
Assistência técnica	-7592	-7114	-6158		-8147		
Rendimentos (líq.)	-13718	-6823	-8172	-9222	-12101	-11388	-10945
dos quais: Juros da dívida pública	-508	-504	-477		-744		
Dividendos e lucros	-13185	-6130	-7525		-11151		
Transferências correntes (líq.)	-210	-370	-438	-422	-475	-518	-464
2. Balança de Capital e Financeira	61	2956	-1411	5566	-2582	-4592	-2050
Transferências de capital (líq.)	12	4	1	0	0	1	3
Investimento direto estrangeiro (líq.)	-891	2199	-4568	2919	-2582	-3077	597
do qual: Entradas	16581	11673	12157		10535		
Empréstimos de médio e longo prazo	3833	561	2454	2217	3355	1213	2154
Desembolsos	5277	4377	5730	5862	6955		
Amortizações programadas	-1443	-3817	-3276	-3645	-3600		
Outros capitais (incl. Val. em trânsito, erros e omissões)	-2893	192	702	430	-3355	-2729	-4804
3. Balança Global: [1 + 2]	7256	-4616	6010	1246	8599	3685	3120
4. Financiamento	-7256	4616	-6010	-1700	-8599	-3685	-3120
Variação das Reservas oficiais (líq.) [aumento: -]	-6673	4631	-6101	-1700	-9054	-3685	-3120
Financiamento excepcional	-583	-15	91	0	455	0	0
5. Diferencial de Financiamento	0	0	0	-454	0	0	0
<i>Para memória:</i>							
<i>Balança comercial (em percentagem do PIB)</i>	51.0	24.0	41.1	27.6	45.2	39.5	33.6
<i>Balança corrente (em percentagem do PIB)</i>	8.5	-10.0	9.0	-4.8	10.8	7.3	4.4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.5.

DÍVIDA EXTERNA E RESERVAS CAMBIAIS Em milhões de USD							
	2008	2009	2010	2011		2012	2013
				Est.	Prog.		
1. Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	19750	12628	18425			30461	48909
das quais: Reservas cambiais (brutas)	17911	13238	19444			28393	34416
2. Dívida Externa Total (incluindo Atrasados)	14800	15125	17859	17900	20497	21977	24072
Comercial	8504	9002	10698		12653		
Banca	7680	8114	9863		11915		
Empresas	824	888	835		739		
Oficial bilateral	5917	5386	5833		6215		
Oficial multilateral	379	738	1329		1629		
<i>Para memória:</i>							
DLX (em % do PIB)	23.5	16.7	22.3		29.4	33.6	41.4
Reservas cambiais brutas (em % do PIB)	21.3	17.5	23.6		27.4	27.5	29.2
Dívida externa total (em % do PIB)	17.6	20.0	21.6	19.9	19.8	19.5	20.4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.6.

EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS Produtos, em milhões de USD ; Países, em % do total								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005 a 2011
EXPORTAÇÕES TOTAIS	24109	31862	44396	63914	40828	50595	67088	
Petróleo bruto	22583	29929	42352	61666	39271	48629	64539	
Prod. refinados de petróleo e gás	271	554	652	792	532	722	1052	
Diamantes	1092	1155	1182	1210	814	976	1205	
Outros	163	225	211	247	212	267	292	
EXPORTAÇÕES POR DESTINO ^(a)								
África do Sul	1.5	1.8	3.9	4.1	3.2	3.1	2.6	3.1
Canadá	6.0	5.5	5.9	5.2	5.4	5.8	8.7	6.2
China	24.8	30.1	26.4	29.7	38.5	42.8	37.5	33.7
EUA	27.2	31.4	24.0	23.3	19.0	18.1	15.9	21.6
França	7.9	3.5	5.2	5.0	7.6	3.7	3.2	4.9
Índia	2.3	2.0	5.5	4.3	9.4	10.1	10.7	7.0
Portugal	0.1	0.0	1.0	0.8	0.5	1.8	2.4	1.1
Taiwan	4.0	5.2	4.2	2.5	2.9	4.8	8.2	4.7
Outros	26.1	20.5	24.0	25.1	13.5	9.8	10.8	17.7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

Quadro A.II.1.7.

IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS Produtos, em milhões de USD ; Países, em % do total								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005 a 2011
IMPORTAÇÕES TOTAIS	8353	8778	13662	20982	22660	16667	20228	
das quais: SNA ^(a)	4147	5664	8590	14828	22548	16667	20228	
Bens de consumo	5101	5229	7898	12109	13271	10746		
Bens intermédios	867	1027	1657	2566	2770	2190		
Bens de investimento	2386	2522	4107	6308	6620	4888		
IMPORTAÇÕES POR ORIGEM								
África do Sul	9.6	8.7	6.6	5.7	3.9	4.0	3.8	5.0
Bélgica	5.7	4.8	5.0	4.5	6.4	7.3	6.0	5.9
Brasil	7.9	8.7	7.7	8.2	6.2	5.1	4.2	6.3
China	6.8	9.6	4.3	10.0	7.4	8.5	7.6	7.9
EUA	5.7	6.4	11.0	9.1	10.7	7.4	8.2	8.9
Portugal	18.3	18.5	19.3	17.7	14.0	14.5	15.4	15.9
Reino Unido	3.9	3.4	4.8	3.6	4.4	5.1	2.9	4.0
Outros	42.0	39.8	41.3	41.3	46.9	48.1	52.0	46.2

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Dados do Serviço Nacional das Alfândegas de Angola.

Quadro A.II.1.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de Kwanzas										
	2008	2009	2010	2011		2012		2013		
	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est. g.e. (a)	Orç.	Proj. g.e. (a)	Prog.		
1. Receitas Totais	3217	2069	3295	3565	4776	134.0	3761	4892	130.1	4852
Receitas tributárias	3070	1988	3094	3387	4528	133.7	3564	4696	131.8	4624
Receitas petrolíferas	2602	1449	2500	2691	3817	141.8	2560	3753	146.6	3492
Receitas não-petrolíferas	468	539	594	696	711	102.2	1004	943	93.9	1132
Receitas não-tributárias	145	79	199	176	246	139.8	196	196	99.9	227
Donativos	2	2	2	2	2	95.0	0	0	0.0	1
2. Despesas Totais ^(b)	3499	2510	2876	3164	3774	119.3	3501	4223	120.6	4653
Despesas correntes	2029	1767	2143	2353	2928	124.4	2578	3242	125.7	3478
Despesas com o pessoal	543	665	714	914	877	96.0	1061	1061	100.0	1242
Bens e serviços	718	383	619	716	1031	144.0	850	1153	135.7	1241
Juros da dívida	123	103	90	158	94	59.5	111	111	99.6	121
Internos	14	24	27	104	56	53.8	70	70	99.9	90
Externos	109	79	63	54	38	70.4	41	41	99.3	31
Transferências e subsídios	646	615	720	565	926	163.9	557	917	164.7	874
Despesas de investimento	1470	743	733	811	846	104.3	922	981	106.4	1175
3. Saldo Global (base compromissos) [1 - 2]	-281	-441	419	401	1002		260	669		199
4. Variação de Atrasados (líq.)	-71	-75	-1	-506	152		0	0		0
Internos ^(c)	-83	-39	-1	-506	152		0	0		0
Juros externos	12	-36	0	0	0		0	0		0
5. Saldo Global (base caixa) [3 + 4]	-352	-516	418	-105	1154		260	669		199
6. Financiamento	352	516	-418	105	-1154		-260	-669		-199
Bónus de contratos petrolíferos	0	0	0	0	0		0	145		0
Financiamento Externo (líquido)	314	95	-15	259	-94		64	-59		-21
Desembolsos	446	380	154		186		266	266		253
Amortizações	-131	-269	-138		-135		-203	-203		-174
Dep. do Governo no exterior		-16	-31		-145			-122		-100
Financiamento Interno (líquido)	38	421	-403	-154	-1060		-324	-755		-178
Financiamento bancário	-456	681	-321		-780		0	-551		-178
Financiamento não-bancário	494	-260	-82		-280		-324	-204		0
Para memória:										
Saldo global, base compromissos (% do PIB)	-4.5	-7.4	5.5	4.5	10.3		2.4	6.1		1.7
Idem, excluindo Receitas petrolíferas	-45.6	-31.6	-27.5	-25.8	-28.9		-21.1	-28.3		-28.0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Inclui, para todos os anos apresentados, despesas correntes e de capital que tinham sido efetuadas por empresas públicas (essencialmente a Sonangol) e foram agora incluídas no perímetro orçamental (operações quase-fiscais -- *quasi-fiscal operations*); (c) Valores líquidos da variação de atrasados a fornecedores (despesas) e da variação de atrasados da Sonangol para com o Tesouro (receitas).

Quadro A.II.1.9.

SÍNTESE MONETÁRIA | Em mil milhões de Kwanzas

	2008		2009		2010		2011		2012		2013		
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Jun12 / Dez11	Dez	Dez	
									Est.	[1]	[2]	Prog.	Prog.
Ativos Externos Líquidos	1481	1129	1698	1871	2902	71.0	44.1	3059	5.4	4.3		3754	4904
AEL, em mil milhões de USD	20	13	18	30	65.3			32	5.3			38	49
Banco Nacional de Angola	1314	1127	1683	1704	2568	52.5	32.4	2960	15.3	10.7		3019	3399
Reservas internacionais líquidas	1315	1128	1605	1706	2485	54.8	32.3	2881	15.9	10.8		2845	3219
Reservas brutas	1343	1183	1792	2705	2705	51.0	33.5	3111	15.0	11.1			
RB, em mil milhões de USD	18	13	19	28	46.0			33	14.9			31	34
Responsabilidades de curto prazo	-28	-55	-186	-220	18.0	-1.2	-1.2	-230	4.4	-0.3			
Outros ativos externos (líquidos)	-1	-2	78	82	5.0	0.1	0.1	79	-4.4	-0.1		174	180
Bancos Comerciais	167	2	14	167	335	2238.4	11.7	99	-70.5	-6.4		735	1505
Ativos Internos Líquidos	616	1419	1031	1888	755	-26.8	-10.1	670	-11.2	-2.3		439	887
Crédito Interno (líquido)	594	1728	1782	2397	1748	-1.9	-1.2	1853	6.0	2.9		1142	1595
Crédito ao Governo Geral (líquido)	-263	396	106	67	-407	-485.3	-18.8	-661	62.3	-6.9		-1340	-1282
Crédito à economia	858	1332	1676	2330	2156	28.6	17.6	2514	16.6	9.8		2482	2877
Outros ativos internos (líquidos)	22	-309	-751	-509	-994	-32.2	-8.9	-1183	-19.0	-5.2		-703	-708
Ativos Totais	2097	2548	2728	3760	3657	34.0	34.0	3729	2.0	2.0		4193	5791
Massa Monetária (M3)	2097	2548	2728	3760	3657	34.0	34.0	3729	2.0	2.0		4193	5791
Moeda e Quase-Moeda (M2)	1417	2304	2626	3459	3506	33.5		3641	3.8			4043	5641
Moeda	1235	1635	1700	2322	2151	26.5		1848	-14.1				
Circulação Monetária	126	170	172	164	209	21.6		175	-16.2			237	325
Depósitos à ordem	1109	1466	1528	2158	1942	27.0		1673	-13.9				
Depósitos em moeda nacional	511	609	733	956	956	30.4		908	-5.0			1088	1490
Depósitos em moeda estrangeira	598	857	795	986	986	23.9		765	-22.4				
Quase-Moeda	182	669	926	1137	1356	46.4		1793	32.2				
Depósitos a prazo em moeda nacional	42	260	409	596	596	45.7		843	41.4				
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	140	409	517	759	759	46.9		949	25.0				
Acordos de recompra	680	244	102	301	151	47.6		88	-41.5			150	150

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro A.II.1.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem									
	2008	2009	2010	2011	2011	2011	2011	2012	2012
	Dez	Dez	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun
Depósitos									
(em Moeda Nacional)									
Depósitos à ordem	2.95	2.56	2.44	2.70	0.04	0.12	5.79	2.75	0.24
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	8.67	12.06	8.18	7.87	7.60	3.97	4.32	4.14	3.25
91-180 dias	12.54	12.59	9.99	11.67	10.56	7.67	6.67	5.50	3.82
181-365 dias	7.51	11.62	6.81	6.17	10.24	3.32	5.55	5.86	3.56
Mais de 1 ano	5.81	4.62	1.65	6.58	7.24	7.12	8.58	7.31	5.85
(em Moeda Estrangeira)									
Depósitos à ordem	0.18	0.95	0.08	0.03	0.05	0.00	2.00	0.08	0.00
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	4.72	4.05	2.32	2.34	2.91	2.31	2.38	2.36	2.39
91-180 dias	4.84	4.91	7.15	3.42	3.52	2.53	2.68	3.06	2.36
181-365 dias	4.10	5.78	2.73	2.48	3.68	3.70	3.72	3.35	3.25
Mais de 1 ano	5.14	5.95	1.12	1.09	1.36	1.48	3.88	3.49	5.23
Crédito (a empresas)									
(em Moeda Nacional)									
Até 180 dias	11.98	15.62	18.96	19.21	13.47	16.99	18.09	18.66	17.68
181-365 dias	10.71	19.39	18.23	21.24	17.82	19.05	15.98	15.64	17.16
Mais de 1 ano	10.52	19.02	23.74	26.07	23.57	18.05	17.70	18.13	18.52
(em Moeda Estrangeira)									
Até 180 dias	9.14	11.32	14.84	9.71	8.40	10.08	10.17	10.82	12.09
181-365 dias	8.11	9.90	8.72	12.71	11.60	12.00	10.03	10.52	12.53
Mais de 1 ano	7.84	8.57	9.86	9.61	13.83	10.62	10.42	10.69	10.71
Taxas de Intervenção do BNA									
Redesconto	19.57	30.00	25.00	25.00	20.00	20.00	20.00	20.00	20.00
Taxa Básica							10.50	10.25	10.25
Facilidades Permanentes									
Cedência de liquidez							12.50	12.00	11.75
Depósito <i>overnight</i>							2.00	2.00	1.50
Operações de Merc. Aberto									
Cedência					16.25	15.45	15.45	12.00	
Absorção					7.75	4.79	5.22	5.00	
Títulos do Banco Central									
a 14 dias			7.00						
a 28 dias	13.86		8.50	7.18					
a 63 dias	14.09	20.56	9.99	8.62	8.40	5.59	7.18	6.77	3.21
a 91 dias	14.59		10.82						
a 182 dias	14.89	20.88					6.80	6.80	3.94
a 364 dias	14.94								
Bilhetes do Tesouro									
a 63 dias		21.44							
a 91 dias	14.59		10.82	10.00	8.34	3.58	3.94	3.91	3.29
a 182 dias	14.89	23.28	11.55	10.59	7.87	3.74	4.82	4.01	3.57
a 364 dias			13.69	12.41	9.00	4.76	5.18	4.56	3.68
Obrigações do Tesouro ^(a)									
a 1 ano		4.46							
a 2 anos		4.96						7.00	7.00
a 3 anos	2.32	5.46	7.00	7.00	7.00	7.00	7.00	7.25	7.25
a 4 anos		6.46	7.00				7.25	7.25	7.50
a 5 anos			7.00		7.75	7.75	7.75	7.75	
a 6 anos					8.00	8.00	8.00		
Para memória:									
Inflação (l.v. homóloga anual)	13.18	14.00	15.30	14.76	14.58	11.91	11.38	11.12	10.11

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Notas: (a) OT emitidas em kwanzas mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOK.

Quadro A.II.1.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias				
	EUR / AOK	USD / AOK	ITCE ^{(a) (b)}	
			Nominal	Real
2000	9.02	9.89	100.00	100.00
2001	19.58	21.84	45.45	112.68
2002	41.21	43.34	22.74	116.98
2003	83.98	74.35	12.91	129.34
2004	103.56	83.36	11.33	157.98
2005	108.91	87.24	10.75	179.92
2006	100.79	80.38	11.54	213.65
2007	105.11	76.71	11.66	233.85
2008	110.33	75.03	11.31	243.75
2009	110.32	79.06	10.69	263.53
2010	122.04	91.85	9.27	255.46
2011	130.77	93.77	8.81	264.66
2010 Janeiro	128.68	89.70	9.40	246.06
Fevereiro	124.32	90.23	9.40	246.68
Março	123.54	90.92	9.37	248.57
Abril	125.65	93.56	9.12	243.90
Maio	119.40	92.93	9.16	247.53
Junho	113.07	92.57	9.35	256.17
Julho	116.45	92.57	9.35	258.56
Agosto	120.01	92.30	9.24	257.43
Setembro	116.90	90.64	9.48	269.63
Outubro	127.26	92.15	9.15	262.37
Novembro	127.41	92.30	9.06	260.90
Dezembro	121.82	92.33	9.17	267.43
2011 Janeiro	123.46	92.89	9.08	264.92
Fevereiro	127.25	93.25	8.98	262.06
Março	129.93	93.27	8.96	262.24
Abril	133.83	93.27	8.90	262.02
Maio	135.32	93.28	8.79	260.79
Junho	134.47	93.29	8.82	264.26
Julho	133.94	93.31	8.80	264.89
Agosto	133.62	93.34	8.80	266.14
Setembro	131.55	93.99	8.69	263.80
Outubro	129.23	94.92	8.72	266.71
Novembro	130.18	95.20	8.62	266.15
Dezembro	126.46	95.27	8.65	271.52
2012 Janeiro	122.87	95.29	8.70	272.79
Fevereiro	125.72	95.30	8.67	273.14
Março	126.28	95.31	8.64	272.56
Abril	125.95	95.32	8.64	274.00
Maio	123.44	95.34	8.64	276.48
Junho	119.04	95.35	8.78	283.80
Julho	118.30	95.37	8.74	284.65

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: **(a)** Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE, nominal e real), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005/2009; **(b)** Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do Kwaza.

CABO VERDE



ÁREA: 4 033 KM²

CAPITAL: Cidade da Praia

POPULAÇÃO: 507 milhares
(2011; fonte: ONU)

MOEDA: Escudo CV

A dinâmica do investimento interno contribuiu,
a par do comportamento do turismo, para
a sustentação do crescimento económico.

Na ausência de pressões inflacionistas
significativas, a persistência de condições
externas adversas tem mantido pressão sobre
as contas públicas e externas, tendo a política
monetária atuado em defesa do regime
cambial de ancoragem ao euro.

II.2.1. SÍNTESE

O arrastamento da crise internacional, com especial preponderância em países da União Europeia, e a dinâmica evidenciada pelo investimento interno marcaram a evolução da conjuntura macroeconómica de Cabo Verde em 2011 e têm vindo a mostrar-se determinantes ao longo do corrente ano. A persistência de condições económicas frágeis em muitos dos principais parceiros económicos do país tem vindo a repercutir-se em menores entradas de fundos do exterior, sobretudo sob a forma de donativos e de investimento direto externo (IDE), pressionando as contas públicas e a balança de pagamentos. Contudo, a dinâmica do investimento interno tem vindo a contribuir, a par do bom comportamento do turismo, para a manutenção do crescimento económico em 5% em 2011 e 4.3% (previsto) em 2012.

Quadro II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
PIB real (t.v. anual)	3.7	5.2	5.0	4.3
Inflação (t.v. média)	1.0	2.1	4.5	2.1
(t.v. homóloga)	-0.4	3.4	3.6	2.3
Massa monetária (t.v.)	3.3	5.9	3.6	1.9
Balança Corrente (% PIB)	-15.6	-12.9	-15.0	-11.7
Reservas Oficiais (meses imp.)	4.2	4.2	3.2	3.1
Saldo orçamental (% PIB)	-6.2	-11.0	-8.8	-9.8
Dívida pública (% PIB)	76.4	80.9	84.0	--
Externa	45.8	50.9	55.7	--
Interna	30.6	30.0	28.4	--
dq: TCMF ^(a)	9.2	8.6	7.4	--

Fontes: FMI, BCV, Ministério das Finanças e INE de Cabo Verde.

Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Em 2011, as contas externas evidenciaram o maior impacto daquelas condicionantes, com a degradação da conta corrente, face a maiores importações de bens de capital e fatura energética, apesar do crescimento das receitas de turismo, das exportações de bens e das remessas de emigrantes. Contando adicionalmente com a diminuição do IDE e das transferências de capital, registou-se em 2011 uma redução das reservas externas para 3.2 meses das importações de bens e serviços (4.2 em 2010).

O Banco de Cabo Verde (BCV), procurando reagir à quebra das reservas, a qual chegou a ser mais acentuada até ao terceiro trimestre do ano, introduziu um cariz mais restritivo à política monetária, alterando o regime de disponibilidades mínimas de caixa, restringindo o acesso à facilidade de cedência e aumentando a sua taxa diretora. Num contexto de pressões inflacionistas pouco significativas, a expansão monetária ficou contida a 3.6% no final de 2011, mesmo tendo acomodado a dinâmica do crédito à economia e o aumento do crédito líquido ao sector público.

O maior recurso ao endividamento interno por parte do Estado traduz uma necessidade acrescida de fundos deste sector, incluindo a assunção da componente interna do financiamento do programa de investimento. Ainda que em abrandamento em 2011, esse esforço de investimento pressionou a dívida pública, que ascendeu a 77% do PIB (excluindo TCMF), e manteve o défice público em valores elevados (perto dos 9% do PIB), apesar da contenção de despesas introduzida ao longo do ano face ao comportamento aquém do esperado de alguns impostos e da redução vincada dos donativos.

A continuação do programa de investimento tem vindo a marcar a evolução ao longo de 2012, mantendo pressão sobre as contas públicas (com o défice a quase duplicar em termos homólogos no

primeiro semestre), já condicionadas pelo aumento dos juros pagos e pelas reduções da receita de impostos sobre bens e serviços (sobretudo IVA) e dos donativos (apenas 15% do orçamentado relativamente aos valores até junho). A dívida pública externa tem igualmente mantido um elevado ritmo de crescimento, atingindo 57.9% do PIB no final do semestre (55.7% do PIB em 2011).

Os desembolsos relativos a projetos de investimento com financiamento externo têm contribuído para melhorar a conta de operações financeiras da balança de pagamentos (apesar da contínua redução do IDE), o que, conjugado com evoluções favoráveis na conta corrente (aumento das exportações de bens e de serviços e contenção das importações), impulsionou as reservas externas, chegando em junho a 3.5 meses das importações de bens e serviços previstas para o ano. O aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior do BCV, a par da subida do crédito líquido ao sector público, tem vindo a acelerar a expansão monetária, atenuando pressões sobre a liquidez do sistema.

A manutenção de um ritmo elevado de acumulação de dívida externa pública, conjugada com a incerteza sobre o ambiente económico global, estará a conduzir, segundo a análise de sustentabilidade da dívida que o FMI e o Banco Mundial apresentaram em janeiro de 2012, a um aumento da vulnerabilidade macroeconómica de Cabo Verde. Contudo, a projetada diminuição gradual do programa de investimento público e as características da dívida externa existente (maturidades longas e elevado grau de concessionalidade) mitigam os riscos no curto prazo.

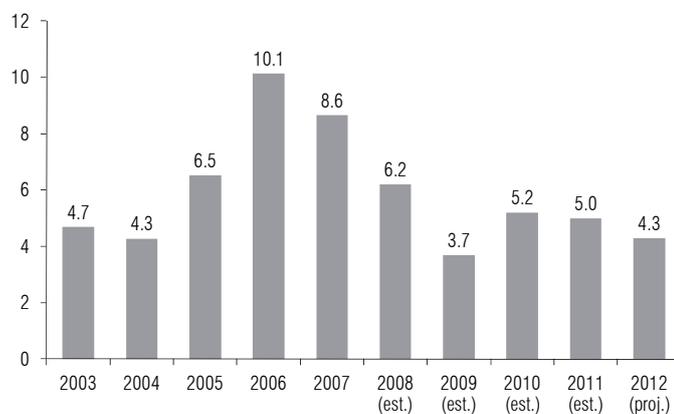
Cabo Verde terminou, no início de 2012, o programa acordado com o FMI ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI), cujo cumprimento foi marcado por algumas dificuldades quanto a duas das metas financeiras estabelecidas, relativas aos ativos internos líquidos do BCV e às suas reservas externas. Contudo, as diversas medidas tomadas pelas autoridades ao nível das políticas orçamental e monetária foram recolocando o programa no caminho traçado, pelo que o FMI avaliou positivamente o seu desempenho. Não tendo sido assinado um novo programa, Cabo Verde deverá manter um relacionamento com o FMI na base da *surveillance* proporcionada pelas consultas ao abrigo do Artigo IV dos Estatutos do Fundo.

II.2.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Apesar de em ligeiro abrandamento, o crescimento económico cabo-verdiano manteve-se a nível significativo em 2011. Os valores provisórios para aquele ano apontam para que a atividade económica tenha crescido 5.0%, em termos reais, apenas 0.2 p.p. aquém da estimativa para 2010.

Gráfico II.2.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde e FMI.

O crescimento real do produto interno em 2011 terá sido principalmente suportado pela atividade do turismo, cujas receitas diretas passaram a representar 18.4% do PIB, na sequência do aumento da procura turística dirigida a Cabo Verde, provavelmente ligada à instabilidade política ainda registada em destinos turísticos tradicionais no Norte de África. Estima-se que os sectores do comércio e dos transportes, bem como o das pescas tenham tido igualmente impactos positivos no ano findo.

O aumento significativo das importações (mercadorias e serviços relacionados com investimentos) terá tido impacto no abrandamento verificado na atividade económica em 2011, podendo atribuir-se o principal dinamismo da economia cabo-verdiana ao investimento, nomeadamente empresarial (em especial nos sectores dos transportes, eletricidade, gás e água) e ao bom comportamento das exportações de mercadorias (nomeadamente de produtos do mar) e de serviços (com destaque para o turismo, como já referido).

As projeções existentes apontam para que se venha a registar um novo abrandamento económico em 2012, com o aumento real do produto a situar-se nos 4.3%. Esta redução do ritmo de crescimento da atividade económica deverá refletir a evolução do consumo privado, com a desaceleração das remessas de emigrantes, a moderação salarial imposta na Administração Pública e a prevista contenção do crédito ao consumo.

Gráfico II.2.2.

INFLAÇÃO | Variação mensal do IPC, em percentagem

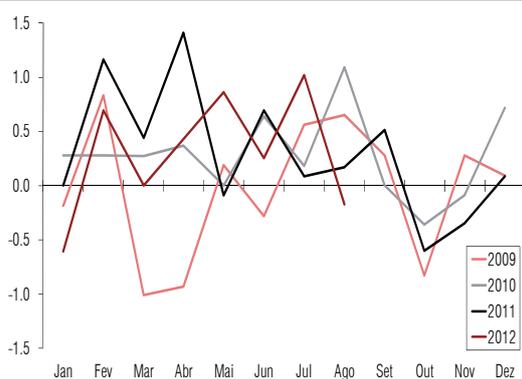
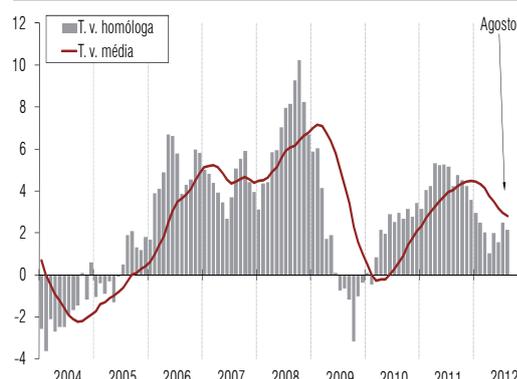


Gráfico II.2.3.

INFLAÇÃO | Variação anual do IPC, em percentagem



Fontes: Banco de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.

Em termos médios, a taxa de inflação manteve em 2011 a trajetória de subida iniciada em março de 2010, refletindo o comportamento dos preços internacionais dos produtos alimentares e petrolíferos, com repercussão nos preços internos dos bens alimentares, dos combustíveis e de alguns serviços, com destaque para os transportes. Em dezembro a inflação média atingiu 4.5%, mais que duplicando face aos 2.1% de final do ano anterior.

Contudo, a inflação homologa iniciou uma trajetória descendente desde junho de 2011, com a estabilização dos preços internacionais, mais sentida internamente no abrandamento do crescimento dos preços dos bens alimentares. Esta descida prolongou-se até abril de 2012, tendo desde então retomado uma tendência ascendente, pressionada pela retoma dos preços dos bens alimentares.

Para o final do corrente ano, as projeções apresentadas pelas instituições internacionais apontam para a manutenção da inflação a níveis próximos de 2%, embora as recentes subidas dos preços do petróleo tenham levado o BCV a considerar a hipótese de que a inflação média se venha a situar entre 3.5% e 4.5% no final de 2012.

II.2.3. CONTAS EXTERNAS

Em 2011, as contas externas cabo-verdianas evidenciaram uma marcada deterioração, conjugando um ambiente externo persistentemente desfavorável e as repercussões na balança de pagamentos da dinâmica do investimento, face à sua elevada componente importada. O défice da conta corrente ultrapassou os EUR 200 milhões no ano passado, elevando-se a 15.0% do PIB (12.9% em 2010), decorrente sobretudo do acentuado crescimento das importações de bens (em 23% face ano anterior) e da redução das transferências oficiais correntes (em 37%).

Quadro II.2.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2009	2010	2011	2012
		Est.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-15.6	-12.9	-15.0	-11.7
Balança Comercial	-42.3	-41.1	-44.5	-39.0
Exportações	5.8	8.2	11.1	12.0
Importações	-48.1	-49.2	-55.6	-51.0
Balança Serviços	10.0	12.4	13.8	14.6
dq: Receitas Turismo	16.5	15.9	18.4	19.0
Balança Rendimentos	-2.7	-4.7	-3.1	-2.9
Transferências Unilat.	19.4	20.4	18.8	15.6
dq: Remessas Emig.	8.0	7.5	8.9	8.4
Bal. Capitais e Financ.	15.9	18.6	13.2	11.4
Balança Capitais	2.9	2.4	0.7	0.6
Balança Financeira	13.0	16.2	12.6	10.8
Erros e Omissões	-0.7	-4.0	0.4	0.0
Balança Global	-0.4	1.6	-1.4	-0.3

Fontes: FMI e Banco de Cabo Verde.

Este comportamento das importações esteve ligado ao ímpeto induzido ao investimento, com reflexo sobretudo em acrescidas importações de bens de capital, e à maior fatura nos combustíveis, repercutindo o crescimento e manutenção de elevados preços internacionais dos produtos petrolíferos. A redução das transferências oficiais correntes prendeu-se com as dificuldades sentidas no desbloqueamento de apoios financeiros ao orçamento do Estado, na forma de donativos.

De realçar o bom comportamento das exportações de bens, que denotaram um acréscimo significativo em 2011 (+49% em relação a 2010), com destaque para as reexportações e para os produtos do mar, contribuindo deste modo para limitar o agravamento do défice comercial a 18% em relação a 2010, fixando-se em 44% do PIB.

Registe-se ainda as melhorias na balança de serviços, com o forte crescimento das receitas do turismo (+26% relativamente a 2010), e na balança de rendimentos, na sequência da diminuição da saída de fundos relativa à distribuição de dividendos aos investidores estrangeiros (face a uma distribuição extraordinária em 2010). Igualmente com uma evolução favorável, as transferências correntes privadas evidenciaram um reforço importante, crescendo 18% em 2011, com destaque para as remessas de emigrantes. Os fluxos de entrada de divisas respeitantes às remessas da diáspora cabo-verdiana aumentaram 29% em relação a 2010, passando a representar 8.9% do PIB, face à maior dinâmica das provenientes de Portugal, França e Holanda, responsáveis, no seu conjunto, por 77% do incremento registado.

À semelhança da conta corrente, a conta de capital e de operações financeiras registou uma evolução negativa em 2011, caindo 22% em relação ao ano anterior. Para esta diminuição contribuíram as

menores entradas de fundos de transferências de capital (-70%), de IDE (-22%) e de desembolsos de empréstimos ao Estado (-3%).

Gráfico II.2.4.

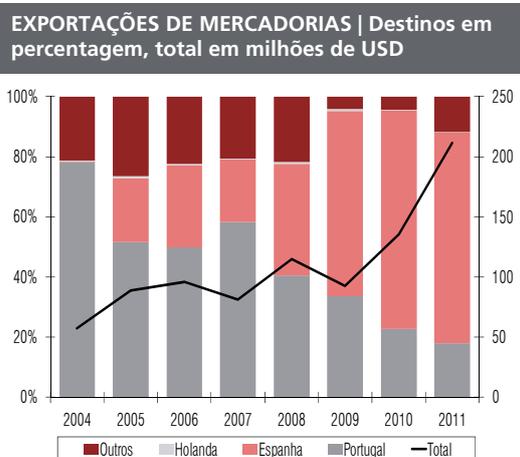
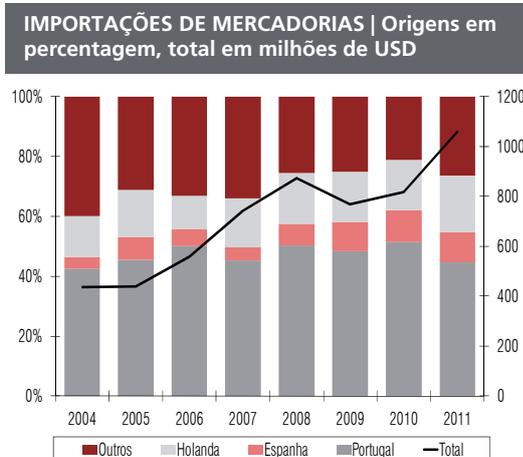


Gráfico II.2.5.



Fontes: Banco de Cabo Verde.

O efeito conjugado do agravamento do défice corrente e da redução da conta de capital e de operações financeiras conduziu o saldo global da balança de pagamentos a um valor negativo de quase EUR 19 milhões, com repercussão na erosão das reservas cambiais. A redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior do BCV ascendeu a cerca de EUR 33 milhões, utilizadas não só para financiar o défice global da balança de pagamentos como para a regularização de atrasados relativos a créditos comerciais (EUR 14 milhões).

Os valores preliminares relativos ao período de janeiro a junho de 2012 mostram uma evolução em linha com o projetado, com uma redução do défice corrente alicerçada no aumento das exportações de bens e na contenção das importações, para além de novo crescimento das exportações de serviços (novamente com base no turismo). Apesar de em menor ritmo, as remessas de emigrantes continuam a evoluir em alta (ainda sobretudo de países da UE), embora o conjunto das transferências privadas denote uma redução. As projeções apontam para que o défice corrente externo se venha a fixar em 11.7% do PIB em 2012.

A forte redução homóloga do IDE registada no primeiro semestre de 2012 (executado em apenas 9% do previsto para o ano), ainda que parcialmente compensada com um aumento dos empréstimos externos do Estado, determinou alguma redução do excedente da conta de capital e de operações financeiras. No entanto, o saldo desta conta mostrou-se suficiente para financiar o menor défice corrente e permitiu um reforço das reservas externas do país em quase EUR 27 milhões.

II.2.4. FINANÇAS PÚBLICAS

A execução orçamental de 2011 foi caracterizada por um nível da receita aquém do programado, o que levou as autoridades a tomar algumas medidas de contenção de despesa corrente e de investimento. Foi sobretudo patente a quebra evidenciada pelos donativos (com uma redução de 56% face a 2010), relacionada com a crise financeira por que passam alguns dos principais países doadores.

As respostas das autoridades conduziram à adoção de restrições à despesa corrente (cativações e aquisições de bens e serviços) e ao programa de investimento (com cortes em alguns projetos considerados menos prioritários), pelo que o défice orçamental acabou por registar uma redução superior à inicialmente prevista, terminando 2011 em 8.8% do PIB (11.0% em 2010). Com a

contenção levada a cabo nas despesas correntes, o saldo corrente registou um novo reforço, passando de 2.0% do PIB em 2010 para 3.2% no final do ano passado.

Quadro II.2.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB				
	2009	2010	2011	2012
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	29.5	28.7	25.0	24.8
Receitas correntes	23.6	21.9	22.2	22.4
Impostos	20.1	19.0	19.6	19.6
Donativos	5.9	6.9	2.8	2.5
Transferências de EP	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	35.6	39.5	33.8	34.8
Despesas correntes	21.2	19.9	19.0	19.6
Juros da dívida prog.	1.5	1.6	1.5	1.5
Prog. investimento	14.4	19.6	14.8	15.1
Ativos não financeiros	0.1	0.2	0.0	-0.1
Saldo corrente	2.4	2.0	3.2	2.7
Saldo global	-6.2	-11.0	-8.8	-9.8

Fontes: FMI e Ministério das Finanças de Cabo Verde.

Face ao comportamento dos donativos, as receitas públicas totais evidenciaram em 2011 uma diminuição de 5% em relação ao ano anterior, tendo as receitas correntes crescido cerca de 11%. A evolução das receitas correntes contou com boas arrecadações de impostos sobre bens e serviços (+15%), resultante do aumento do volume de importações, do preço dos combustíveis e dos produtos alimentares, com destaque para o IVA e para os impostos sobre o consumo. Em termos positivos, destaque ainda para a coleta de impostos sobre o rendimento (principalmente, de pessoas coletivas, reflexo de alguma dinâmica na atividade económica) e de impostos sobre transações internacionais (com o aumento dos direitos de importação).

Gráfico II.2.6.

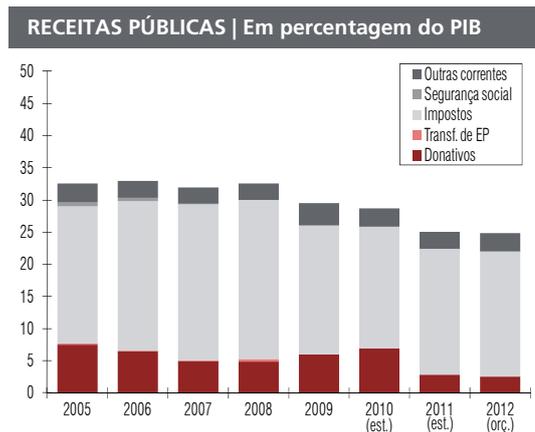
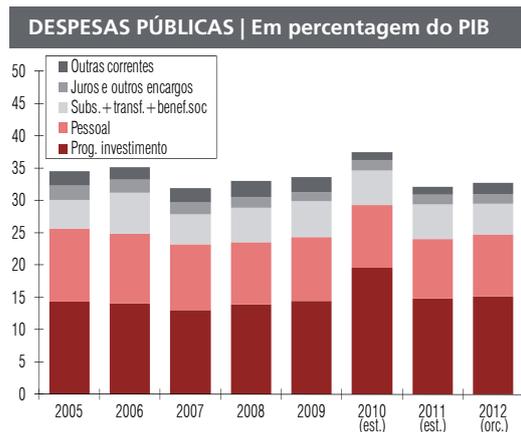


Gráfico II.2.7.



Fontes: Ministério das Finanças de Cabo Verde e FMI.

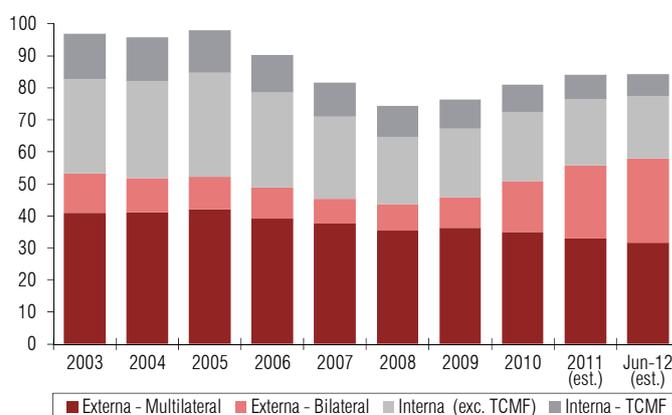
Do lado das despesas destacou-se a referida contenção do programa de investimento, que resultou numa execução de apenas 81% em relação ao orçamentado, o qual representou ainda assim quase 15% do PIB. As medidas introduzidas ao nível das despesas correntes incidiram sobretudo nas aquisições de bens e serviços (nomeadamente em deslocações e estadias), tendo sido registadas maiores encargos com pessoal (recrutamento nas áreas da segurança e educação), benefícios sociais (pensões, subsídios de doença e de maternidade e prestações familiares) e subsídios (pagamentos a

partidos políticos relativos às eleições legislativas e aos candidatos às eleições presidenciais, para além do défice tarifário da Electra, empresa de eletricidade e água).

Como habitualmente, as necessidades de financiamento do Estado em 2011, decorrentes do défice orçamental mas pressionadas também pela concessão de empréstimos a Empresas Públicas, foram satisfeitas em 86% pelo recurso ao endividamento externo. No entanto, o Tesouro cabo-verdiano teve de recorrer à emissão de títulos para fazer face a necessidades de gestão de tesouraria e para cobrir a contrapartida interna do investimento público. Como resultado, o *stock* de dívida pública cresceu mais de 13% em 2011, sobretudo externa (destacando-se, a nível bilateral, a utilização das linhas de crédito estabelecidas com Portugal) mas também interna, junto do sector bancário.

Gráfico II.2.8.

DÍVIDA PÚBLICA | Em percentagem do PIB



Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde e FMI.

O orçamento para 2012 apontava para um ligeiro aumento do défice global, pressionado ainda pelo programa de investimento público e por alguma subida de despesas correntes (sobretudo com o pessoal e classificadas em outras despesas correntes), para além de nova redução dos donativos.

A execução orçamental da primeira metade de 2012 apresenta uma derrapagem do défice, duplicando o seu valor em termos homólogos. Para tal tem concorrido a aceleração do programa de investimento e dos encargos com juros, para além de uma quebra nas receitas relativas a donativos (executada em 15% do previsto) e em algumas classes de impostos (em particular do IVA, apenas 39% do orçamentado). As autoridades introduziram já algumas medidas corretivas, a nível da contenção de despesas, com a intenção de obterem um défice inferior ao orçamentado. De referir ainda o contínuo crescimento da dívida pública (+9% até junho de 2012), sobretudo externa e relativa à utilização das linhas de crédito portuguesas.

II.2.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

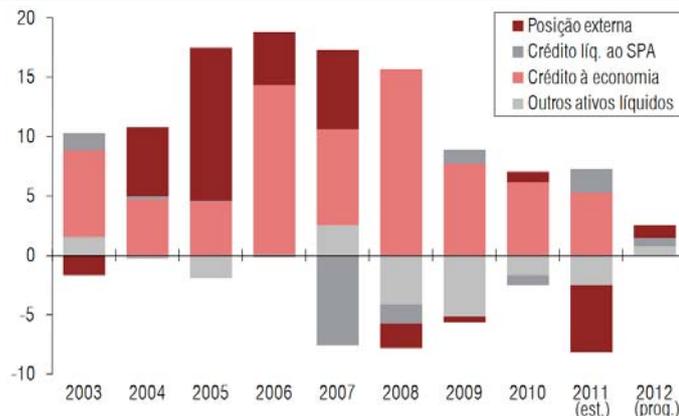
A deterioração da posição externa condicionou a evolução da situação monetária do país em 2011, pressionando as reservas cambiais. As disponibilidades líquidas sobre o exterior do BCV reduziram-se em cerca de EUR 33 milhões no ano transato, passando a cobrir 3.2 meses das importações de bens e serviços do ano (-1 meses relativamente aos 4.2 meses de 2010). Esta diminuição repercutiu-se igualmente na contenção da expansão da massa monetária, a qual não ultrapassou 3.6% no ano findo, face a 5.9% em 2010.

Foi possível contudo acomodar as necessidades acrescidas de financiamento do Estado, com reflexo no aumento do crédito líquido ao sector público administrativo (+12% relativamente ao ano anterior).

Este crescimento resultou sobretudo de um aumento do crédito titulado junto do sistema bancário, através de emissões líquidas de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro, com taxas de colocação perto dos 6% e 4%, respetivamente. De realçar ainda que o crédito à economia manteve uma dinâmica significativa em 2011, com uma taxa de crescimento de 13%, traduzindo a habitual procura de particulares (a mais representativa, sobretudo habitação) mas também por parte de alguns sectores, com destaque para os transportes e comunicações e os serviços sociais e pessoais.

Gráfico II.2.9.

FATORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do *stock* inicial da massa monetária



Fontes: Banco de Cabo Verde e FMI.

Ao longo de 2011, o BCV procurou responder às evoluções adversas com que se foi debatendo. A autoridade monetária introduziu alterações ao regime de disponibilidades mínimas de caixa, com o alargamento da base de incidência (a partir de junho de 2011) e aumento do coeficiente para 18% (em janeiro de 2012). Procedeu igualmente a algumas modificações no acesso à sua facilidade de cedência, no sentido de introduzir restrições no acesso e de onerar a sua utilização recorrente (em dezembro de 2011), e aumentou a sua taxa diretora relativa aos Títulos de Regularização Monetária, TRM, para 5.75% em janeiro de 2012 (e, consequentemente, do corredor de facilidades que lhe está associado).

Contando igualmente com o recurso acrescido do sector público ao financiamento interno, a liquidez do sistema bancário aparenta ter sofrido uma redução, traduzida no recurso sistemático às facilidades de cedência de liquidez do BCV (sobretudo até novembro de 2011) e na reanimação do mercado monetário interbancário (com maior incidência a partir de maio de 2011).

A programação monetária inicialmente traçada para 2012 apontava para uma nova desaceleração do ritmo de expansão da massa monetária (para 2%), conjugando uma ligeira melhoria da posição externa líquida do sistema com algum recurso do Estado ao financiamento junto do sector bancário. A evolução até julho denota um reforço bem mais significativo que o previsto da posição externa do sistema, sobretudo através da acumulação de reservas externas por parte do BCV. O crédito líquido ao sector público tem vindo a aumentar, sendo o principal responsável pela subida do crédito líquido total, já que o crédito à economia tem vindo a mostrar alguma estagnação fruto de um maior nível de exigência na concessão de crédito por parte dos bancos.

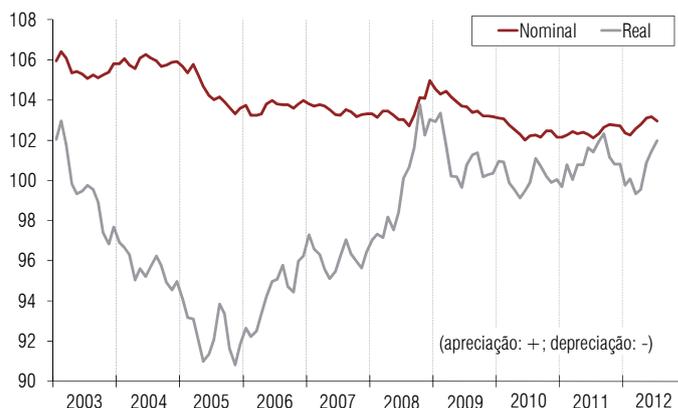
Estes fatores apontam para uma atenuação das pressões sobre a liquidez do sistema, patente na recuperação dos investimentos em títulos do banco central, cujo montante vivo atingia CVE 3.2 mil milhões no final de julho de 2012, quando ainda no final de janeiro de 2012 registava um valor nulo.

Relativamente à estrutura dos meios de pagamento merece destaque a aceleração dos depósitos de emigrantes, com taxas de crescimento homólogas de cerca de 9% nos primeiros meses de 2012

(recuperando dinâmicas de inícios de 2007), para o que terá contribuído algum aumento das taxas passivas para os prazos mais longos e ao alargamento do diferencial face às Euribor. Em sentido contrário, tem vindo a acentuar-se a diminuição da circulação (7.2% da massa monetária em dezembro e apenas 6.6% em julho de 2012) e dos depósitos à ordem de residentes em moeda nacional (embora recuperando ligeiramente em 2012).

Gráfico II.4.10.

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA | Índices base 100: 2000, médias mensais



Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

O Relatório de Estabilidade Financeira publicado pelo BCV em junho de 2012 mostra que, apesar de algum crescimento da atividade bancária em 2011, o aumento dos custos operacionais e as perdas por imparidades de valor registadas na carteira de ativos dos bancos implicaram alguma deterioração da rentabilidade (em 7.9%) e da solvabilidade (cujo rácio se situou ainda assim em 13.97%, bastante acima do mínimo regulamentar de 10%). Mantém-se como principal vulnerabilidade a elevada exposição creditícia ao sector do imobiliário e a um número reduzido de contrapartes, tendo igualmente sido observada alguma deterioração da qualidade da carteira de crédito e diminuição das provisões.

Quadro A.II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
	Unidades	2008	2009	2010	2011		2012	
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB p.m.	milhões de EUR	1079	1152	1255	1358	1370	1488	
	t. var. real	6.2	3.7	5.2	5.6	5.0	4.3	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	6.7	-0.4	3.4	2.3	3.6	2.3	2.2 Ago.
	t. var. média	6.8	1.0	2.1	2.1	4.5	2.1	2.8 Ago.
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	% PIB	32.5	29.5	28.7	29.2	25.0	24.8	
Donativos	% PIB	4.8	5.9	6.9	5.7	2.8	2.5	
Despesas totais	% PIB	34.9	35.6	39.5	39.6	33.8	34.8	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-1.8	-6.2	-11.0	-10.3	-8.8	-9.8	
Sem donativos	% PIB	-6.6	-12.1	-17.8	-16.0	-11.6	-12.3	
Dívida interna	% PIB	30.7	30.6	30.0		28.4	26.3 Jun.	
dq: TCMF ^(a)	% PIB	9.6	9.2	8.6		7.4	6.8 Jun.	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito ao SPA (liq.)	t. var. anual	-8.1	7.0	-4.5	12.5	12.2	4.1	11.2 Jul. ^(e)
Crédito à economia	t. var. anual	28.7	11.8	10.6	7.2	13.3	-0.8	0.3 Jul. ^(e)
Massa monetária (M3)	t. var. anual	7.9	3.3	5.9	9.7	3.6	1.9	2.5 Jul. ^(e)
TAXAS DE JURO ^(b)								
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4.15	4.14	4.53		4.22	4.22 Jul.	
Redesconto	taxa anual	7.50	7.50	7.50		7.50	9.75 Jul.	
Cedência de liquidez	taxa anual	8.25	8.25	7.25		7.25	8.75 Jul.	
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	3.40	3.59	4.00		4.10	4.13 Mai.	
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	41.3	-19.1	46.0	20.9	56.0	19.7	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	17.9	-12.0	6.2	11.2	29.5	1.2	
Balança corrente	% PIB	-15.5	-15.6	-12.9	-10.5	-15.0	-11.7	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-22.1	-21.1	-19.3	-16.1	-18.6	-14.4	
Balança corrente e de capital	% PIB	-13.8	-12.8	-10.5	-8.9	-14.3	-11.1	
Reservas oficiais	meses import. ^(d)	4.0	4.2	4.2	4.2	3.2	3.1	3.6 Jun.
DÍVIDA EXTERNA								
Valor total	milhões de EUR	470.5	527.9	638.8		762.5	861.9 Jun.	
	% PIB	43.6	45.8	50.9		55.7	57.9 Jun.	
	% exportações ^(d)	97.3	128.6	131.8		134.3	137.5 Jun.	
Serviço da dívida	% exportações ^(d)	4.6	5.5	4.7		2.1	3.9 Jun.	
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 Ago.
Nominal CVE/USD	t. média	75.3	79.4	83.3	80.5	79.3	78.2	89.1 Ago.
ITCE nominal (base 100: 2000) ^(c)	t. var. anual	0.0	0.3	-1.3		0.0	0.2 Jul. ^(e)	
ITCE real (base 100: 2000) ^(c)	t. var. anual	3.7	1.3	-0.9		0.9	1.2 Jul. ^(e)	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); (c) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2005/09 (valorização: +; desvalorização: -); (d) Importações e exportações de bens e serviços; (e) Variação face a dezembro anterior.

Quadro A.II.2.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, em milhões de CVE					
	2008	2009	2010	2011	2012
	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.
Sector primário	7481	11901			
Agricultura, pecuária e silvicultura	6580	10859			
Pesca	902	1042			
Sector secundário	19296	21712			
Indústria e energia	7969	9997			
Construção	11327	11715			
Sector terciário	75413	85458			
Comércio	20029	22369			
Hotéis e restaurantes	4684	5700			
Transportes e comunicações	22512	24028			
Banca e seguros	6113	7735			
Habitação	6336	7251			
Administração pública	12549	14774			
Outros serviços	3189	3602			
Serviços bancários ^(a)	-5292	-6056			
Impostos sobre importações	13369	14054			
PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)	118949	127069	138355	151049	164129
Consumo	116164	128949	139630	158393	168457
Público	16648	19099	21200	21003	22110
Privado	99516	109849	118430	137390	146347
Investimento	55430	49684	52160	55133	55147
Formação bruta de capital fixo	55430	49684	52160	55133	55147
Variação de existências	0	0	0	0	0
Procura interna	171594	178633	191790	213526	223604
Exportações de bens e serviços	25819	21919	25895	30321	33481
Procura global	197413	200552	217685	243846	257086
Importações de bens e serviços	78464	73483	79330	92797	92957
<i>Para memória:</i>					
Poupança interna bruta	2786	-1880	-1275	-7344	-4328
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1078.8	1152.4	1254.7	1369.9	1488.5
PIBpm nominal (milhões de USD)	1578.9	1600.8	1661.3	1905.3	2100.0
Deflador do PIB (variação anual em %)	4.4	3.0	3.5	4.0	4.2
PIB nominal (variação anual em %)	10.9	6.8	8.9	9.2	8.7
PIB real (variação anual em %)	6.2	3.7	5.2	5.0	4.3

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de atividade.

Quadro A.II.2.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem				
		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	--	4.14	3.35
2002	Dezembro	--	2.98	1.88
2003	Dezembro	--	-2.28	1.19
2004	Dezembro	--	0.61	-1.89
2005	Dezembro	--	1.80	0.40
2006	Dezembro	--	5.81	4.85
2007	Dezembro	--	3.97	4.40
2008	Dezembro	--	6.69	6.78
2009	Dezembro	--	-0.37	0.98
2010	Dezembro	--	3.43	2.08
2011	Dezembro	--	3.58	4.47
2010	Janeiro	0.28	0.09	0.52
	Fevereiro	0.28	-0.46	0.00
	Março	0.28	0.83	-0.26
	Abril	0.37	2.15	-0.22
	Maio	0.00	1.96	-0.22
	Junho	0.64	2.90	0.02
	Julho	0.18	2.51	0.28
	Agosto	1.09	2.96	0.58
	Setembro	0.00	2.67	0.91
	Outubro	-0.36	3.16	1.44
	Novembro	-0.09	2.78	1.76
	Dezembro	0.72	3.43	2.08
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	2.22	1.47
2011	Janeiro	0.00	3.14	2.33
	Fevereiro	1.16	4.05	2.71
	Março	0.44	4.22	3.00
	Abril	1.41	5.31	3.26
	Maio	-0.09	5.22	3.53
	Junho	0.70	5.27	3.73
	Julho	0.09	5.17	3.95
	Agosto	0.17	4.22	4.06
	Setembro	0.52	4.76	4.23
	Outubro	-0.60	4.50	4.34
	Novembro	-0.34	4.24	4.46
	Dezembro	0.09	3.58	4.47
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	4.50	4.60
2012	Janeiro	-0.61	2.95	4.45
	Fevereiro	0.70	2.48	4.32
	Março	0.00	2.03	4.13
	Abril	0.43	1.04	3.77
	Maio	0.86	2.00	3.50
	Junho	0.26	1.55	3.19
	Julho	1.02	2.50	2.97
	Agosto	-0.17	2.15	2.80
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	2.30	2.09

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: Foi adotada, em janeiro de 2008, uma nova estrutura de consumo e um novo cabaz de bens e serviços no cálculo do IPC, inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias realizado entre outubro de 2001 e outubro de 2002.

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.2.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de CVE							
	2009	2010	2011		2012		
	Est.	Est.	Proj.	Sem. I	Est.	Proj.	
1. CONTA CORRENTE	-19878	-17879	-15655	-15681	-22615	-19179	-8427
Balança comercial	-53735	-56822	-60062	-32924	-67197	-63992	-28308
Exportações (f.o.b.) ^(a)	7365	11282	13187	7006	16759	19775	8457
Importações (f.o.b.)	-61100	-68104	-73249	-39930	-83956	-83768	-36765
Balança de serviços (líq.)	12703	17132	22398	8603	20830	23964	13254
Exportações	37883	42174	47839	20827	45833	49341	25690
dq Transportes	11083	14877		5788	11920		6785
Turismo	20913	22023	25083	12162	27848	31106	15774
Importações	-25179	-25042	-25442	-12224	-25002	-25377	-12436
dq Transportes	-10010	-8472		-4390	-8944		-4254
Turismo	-5236	-4838		-2443	-4578		-1815
Balança de rendimentos (líq.)	-3442	-6480	-5913	-3737	-4713	-4773	-3292
Exportações	1776	1170			629		332
dq Juros extra. das contrib. p/ TF ^(b)	0	0			0		0
Rendimento TF ^(b) (ano anterior)	467	518	486	0	486	373	0
Importações	-5218	-7650			-5342		-3624
dq Juros da dívida pública prog.	-548	-667	-784	-417	-852	-863	-674
Transferências correntes	24596	28290	27922	12377	28464	25623	9919
Transferências oficiais	6894	8789	8454	2250	5515	4417	2426
Transferências privadas	17702	19501	19468	10127	22949	21207	7493
dq Remessas de emigrantes	10195	10336	11212	5897	13369	13707	6543
2. CONTA DE CAPITAL E OPER. FIN.	20209	25671	17417	12011	19943	18736	9565
Conta de Capital	3670	3311	2288	368	985	950	691
Transferências de capital	3670	3311	2288	368	985	950	691
dq Perdão de dívida	0	0	0	0	0	0	0
Donativos para o TF ^(b)	0	0	0	0	0	0	0
Conta de Operações Financeiras	16539	22360	15128	11643	18958	17786	8874
Investimento direto	9491	9282	9524	5256	7275	6998	624
dq Receitas de privatizações p/ TF ^(b)	0	0	0	0	0	0	0
Investimento de carteira	451	0	0	0	0	0	-22
Outras operações	6597	13078	5604	6387	11683	10787	8272
dq Desemb. de empréstimos SPA	8248	16488	16871	7001	15987		8569
Desembolsos para o TF ^(b)	0	0		0	0		0
Amortizações programadas	-1945	-1832	-1875	-874	-1815		-953
Alimentação do TF ^(b)	0	0		0	0		0
3. ERROS E OMISSÕES	-901	-5539	0	-3752	591	-36	1769
4. BALANÇA GLOBAL: (1)+(2)+(3)	-569	2253	1761	-7422	-2082	-479	2907
5. FINANCIAMENTO	569	-2253	-1761	7422	2082	479	-2907
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	444	-2185	-1761	7566	3676	479	-2931
Financiamento excecional	125	-68	0	-144	-1594	0	24
dq Saques sobre a Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	0	0	0	0
Reemb. progr. Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	125	-68	0	-144	-1594	0	24
6. DIF. DE FINANCIAMENTO ^(d) : (4)+(5)	0	0	0	0	0	0	0
<i>Para memória:</i>							
Conta Corrente (em % do PIB)	-15.6	-12.9	-10.4	--	-15.0	-11.7	--
Conta Corrente e de Capital (em % do PIB)	-12.8	-10.5	-8.8	--	-14.3	-11.1	--
Reservas oficiais (em meses de importações) ^(e)	4.2	4.2	4.2	3.0	3.2	3.1	3.5

Fonte: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido *off-shore* para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Ativos Externos líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro A.II.2.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2004 a 2011
Alemanha	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Espanha	0.3	21.3	27.3	20.9	37.1	61.8	72.6	70.2	46.6
Holanda	0.2	0.6	0.6	0.2	0.5	0.5	0.3	0.2	0.4
Portugal	78.3	51.6	49.8	58.3	40.6	33.5	22.7	18.0	37.9
E.U.A.	19.4	12.3	1.4	1.4	0.4	1.2	1.6	0.5	3.3
Outros	1.7	14.1	20.9	19.2	21.4	3.1	2.8	11.1	11.8
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2004 a 2011
Alemanha	0.9	0.7	1.1	1.4	1.6	2.3	0.4	0.5	1.1
Brasil	4.6	8.0	6.4	6.3	5.7	4.5	3.7	2.7	4.9
Espanha	3.8	7.6	5.6	4.5	7.3	9.8	10.6	9.9	7.8
E.U.A.	13.2	2.7	1.4	1.2	0.9	1.0	1.6	0.9	2.2
Holanda	13.7	15.7	11.2	16.3	17.0	16.7	16.8	19.1	16.3
Portugal	42.5	45.6	50.2	45.2	50.3	48.3	51.4	44.7	47.5
Outros	21.2	19.6	24.1	25.1	17.3	17.3	15.4	22.0	20.1
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.7.

DÍVIDA PÚBLICA Em milhões de CVE							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jun-12
					Est.	Est.	Est.
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	47535	48664	51880	58210	70433	84074	95042
Credores Multilaterais	38171	40391	42248	46185	48274	49777	51863
Credores Bilaterais	9364	8273	9632	12026	22159	34297	43179
Governo	6444	5608	7375	9846	13369	18131	20392
Outros	2920	2665	2257	2179	8790	16166	22786
DÍVIDA INTERNA TOTAL	40311	38991	36492	38820	41466	42870	43153
dq: Bilhetes do Tesouro	7351	4285	3005	1730	600	1550	1174
Obrigações do Tesouro	20578	21207	20182	23870	27369	28609	29299
Sistema Bancário	19543	16082	13421	14379	15162	17236	15821
Sistema Não-Bancário	9379	11520	11682	12752	14356	14482	16112
TCMF ^(a)	11389	11389	11389	11690	11948	11153	11219
	<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	48.8	45.4	43.6	45.8	50.9	55.7	57.9
Dívida interna total (exc. TCMF)	29.7	25.7	21.1	21.4	21.3	21.0	19.5
TCMF	11.7	10.6	9.6	9.2	8.6	7.4	6.8
Dívida interna total (inc. TCMF)	41.4	36.4	30.7	30.6	30.0	28.4	26.3
	<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	113.3	105.9	97.3	128.6	131.8	134.3	137.5
Serviço div. de médio e longo prazo	5.9	5.1	4.6	5.5	4.7	2.1	3.9

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro A.II.2.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em milhões de CVE									
	2009	2010	2011				2012		
			Est.	Orç.	Sem. I	Est.	g.e. ^(a)	Orç.	Sem. I
1. RECEITAS TOTAIS	37522	39725	43725	17428	37746	86.3	40737	16415	40.3
1.1. Receitas correntes	29985	30239	35147	16268	33547	95.4	36709	15824	22.0
Impostos	25530	26241	29633	14285	29563	99.8	32092	13689	42.7
Impostos s/ rendimento	8061	7892	8907	4366	8661	97.2	9698	4583	47.3
Impostos s/ bens e serviços	11081	12015	13646	6628	13840	101.4	15121	5941	39.3
dq: IVA	9747	10521	11948	5597	11603	97.1	12756	5032	39.4
Imp. s/ transações internacionais	5438	5634	6227	2862	6228	100.0	6227	2801	45.0
Outros impostos	951	701	854	428	835	97.8	1046	364	34.8
Segurança social	46	42	31	15	37	116.2	12	9	72.4
Outras receitas	4409	3956	5483	1968	3947	72.0	4604	2126	46.2
1.2. Donativos	7536	9486	8577	1160	4199	49.0	4028	591	14.7
1.3. Transf. de empresas públicas ^(b)	0	0	0	0	0	--	0	0	--
2. DESPESAS TOTAIS ^(c)	45287	54657	59261	22175	51043	86.1	57037	24485	42.9
2.1. Despesas correntes ^(d)	26931	27497	31665	14054	28676	90.6	32209	13805	42.9
Despesas com o pessoal	12571	13323	15172	6731	13929	91.8	15729	7004	44.5
Bens e serviços	2554	2806	3331	933	2559	76.8	3354	884	26.4
Juros e outros encargos	1861	2173	2523	1108	2256	89.4	2470	1556	63.0
dq: Dívida interna	1271	1460	1505	692	1404	93.3	1410	872	61.9
Dívida externa	547	699	988	417	852	86.2	1000	684	68.4
Subsídios	845	752	947	406	1020	107.7	439	180	40.9
Transferências	3713	3873	4105	1879	3723	90.7	4037	1491	36.9
Benefícios sociais	2504	2893	3211	1583	3339	104.0	3328	1624	48.8
Outras despesas	2883	1677	2376	733	1601	67.4	2852	566	19.9
dq: Bolsas de estudo	388	455	457		465	101.8	465	226	48.6
2.2. Programa de investimento	18356	27161	27596	8121	22367	81.1	24828	10680	43.0
3. ATIVOS NÃO FINANCEIROS: (3.1-3.2)	120	248	-120	31	16	--	-149	3	--
3.1. Compra de ativos não financeiros	138	252	161	33	58	35.7	135	3	2.1
3.2. Venda de ativos não financeiros	18	4	281	2	42	15.0	284	0	0.0
4. SALDO CORRENTE: (1.1-2.1)	3055	2742	3482	2214	4871	--	4500	2019	--
5. SALDO GLOBAL S/Donativos: (1-2-3-1.2)	-15422	-24666	-23994	-5938	-17512	--	-20179	-8664	--
6. SALDO GLOBAL base compromissos: (1-2-3)	-7886	-15180	-15416	-4778	-13313	--	-16151	-8072	--
7. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	0	17	0	27	50	--	0	116	--
7.1. Externos	0	0	0	0	0	--	0	0	--
7.2. Internos	0	17	0	27	50	--	0	116	--
8. SALDO GLOBAL base caixa: (6+7)	-7886	-15163	-15416	-4751	-13263	--	-16151	-7957	--
9. FINANCIAMENTO	7886	15163	15416	6860	13263	--	16151	11418	--
9.1. Ativos financeiros	-836	-849	-3980	-1692	-3151	--	-3115	-1439	--
Reembolso empréstimos a EP	24	29	25	0	31	--	23	0	--
Concessão de empréstimos a EP	-860	-862	-3955	-1651	-3135	--	-2138	-1374	--
Ações e outras participações	0	-15	-50	-41	-46	--	-1000	-64	--
9.2. Passivos financeiros	8721	16012	19396	8552	16414	--	19265	12856	--
Externos (líq.)	6301	14524	14903	6127	14172	--	15283	8417	--
Desembolsos	8248	16498	16818	7001	15987	--	16866	9339	--
Amortizações	-1947	-1975	-1915	-874	-1815	--	-1582	-922	--
Internos (líq.)	2420	1489	4493	2425	2242	--	3982	4440	--
Sistema bancário	1233	-846	2932	3532	2194	--	1008	2793	--
Outros	1188	2335	1561	-1107	48	--	2974	1647	--
10. DIF. FINANC./DISCREPÂNCIA ^(e) : (8+9)	0	0	0	2109	0	--	0	3461	--

Fontes Banco de Cabo Verde, Min. Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à atividade dessas mesmas empresas); (c) Inclui despesas relativas a atrasados e despesas não discriminadas; (d) Inclui valores a regularizar em 2011 e 2012; (e) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.2.9.

	2008		2009		2010		2010/2009		2011		2011/2010		2012		2012p/2011		2012		2012			
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	[1]	[2]	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Maio	Junho	Julho	Julho			
SÍNTESE MONETÁRIA Em milhões de CVE																						
POSIÇÃO EXTERNA	28924	28442	29417	34	0.9	31065	23060	-21.6	-5.7	24327	5.5	1.1	23200	28397	28889							
Ativos externos (líq.)	31184	31064	33686	8.4	2.5	26810	-20.4	-6.2														
Banco de Cabo Verde	30903	30445	32505	6.8	2.0	28837	-11.3	-3.3														
Disp.líq. s/ exterior	30686	30242	32427	7.2	2.1	34188	28752	-11.3	-3.3	28272	-1.7	-0.4	30355	31683	32352							
Outros ativos (líq.)	217	203	78	-61.8	-0.1	86	10.1	0.0														
Bancos comerciais	281	619	1181	90.9	0.5	-2028	--	-2.9														
Responsab. m/l prazo	-2260	-2622	-4269	62.8	-1.6	-3750	-12.2	0.5														
ATIVOS INTERNOS (líq.)	73165	77010	82259	6.8	5.0	91394	92603	12.6	9.3	93550	1.0	0.8	93011	89850	89658							
Crédito interno total	84224	93324	100343	7.5	6.7	108547	113465	13.1	11.8	113502	0.0	0.0	113963	115877	115966							
Crédito líquido ao S.P.A.	17551	18784	17938	-4.5	-0.8	20172	20131	12.2	2.0	20954	4.1	0.7	21222	22925	22389							
dt: ao Gov. Central	6806	7528	5709	-24.2	-1.7	8375	46.7	2.4														
s/ Trust Fund (a)	11038	11339	11597	2.3	0.2	10802	-6.9	-0.7														
Crédito à economia	66673	74540	82406	10.6	7.5	88375	93334	13.3	9.8	92548	-0.8	-0.7	92740	92952	93577							
Empresas públicas	282	189	174	-7.7	0.0	506	190.0	0.3														
Sector privado	66390	74351	82231	10.6	7.5	92829	12.9	9.5														
Crédito às IFNIM	0	0	0	--	--	0	0	--	--	0	--	--	0	0	0							
Outras rubricas (líq.)	-11059	-16314	-18084	-10.8	-1.7	-17153	-20862	-15.4	-2.5	-19952	4.4	0.8	-20952	-26027	-26307							
TOTAL DO ATIVO	102089	105452	111676	5.9	--	122460	115663	3.6	--	117877	1.9	--	116211	118247	118547							
MASSA MONETÁRIA	102089	105452	111676	5.9	5.9	122460	115663	3.6	3.6	117877	1.9	1.9	116211	118247	118547							
Base monetária	25952	26830	25922	-3.4	--	28818	24439	-5.7	--													
Circulação monetária	8713	8362	8514	1.8	--	8376	-1.6	-0.1														
Dep. à ordem em m/n	33458	31505	35057	11.3	--	31120	-11.2	-3.5														
Quase-moeda	59918	65585	68105	3.8	--	76166	11.8	7.2														
TOTAL DO PASSIVO	102089	105452	111676	5.9	--	122460	115663	3.6	--	117877	1.9	--	116211	118247	118547							

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Fundo estabelecido *off-share* para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro A.II.2.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012	2012
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Jul.
Taxas ativas									
De 7 a 30 dias	8.53	12.84	11.59	12.99	13.91	8.96	12.09	10.48	15.81
De 31 a 90 dias	9.64	9.79	11.80	12.09	11.55	9.24	8.76	15.82	14.12
De 91 a 180 dias	10.51	10.78	10.17	11.26	11.80	9.04	9.63	9.63	9.79
De 181 dias a 1 ano	8.14	9.83	9.33	9.30	9.04	8.97	9.53	9.68	9.47
De 1 a 2 anos	12.43	11.81	11.82	10.69	10.08	10.07	9.56	9.72	9.65
De 2 a 5 anos	12.29	12.03	11.15	10.84	10.05	9.93	10.04	10.28	10.27
De 5 a 10 anos	11.35	10.71	10.27	10.20	10.23	9.52	9.45	9.63	9.64
Superior a 10 anos	10.92	10.77	10.43	10.12	9.83	9.22	9.33	9.30	9.30
Descoberto	15.34	16.04	15.38	14.95	15.72	15.98	16.64	17.07	17.23
Taxas passivas									
Residentes									
De 7 a 30 dias	4.28	4.10	3.06	3.01	2.94	2.91	2.99	3.99	3.01
De 31 a 90 dias	3.15	3.05	2.83	3.40	3.39	3.41	3.37	4.21	3.47
De 91 a 180 dias	3.81	3.69	3.85	4.26	4.10	4.07	4.12	3.74	4.08
De 181 dias a 1 ano	4.28	4.16	4.15	4.14	4.53	4.22	4.16	4.21	4.22
De 1 a 2 anos	4.29	4.17	4.19	4.47	4.14	4.59	4.64	4.82	4.83
Não Residentes									
De 7 a 30 dias	2.86	2.25	2.21	1.62	2.98	2.98	2.91	3.35	2.91
De 31 a 90 dias	3.36	3.56	3.81	1.81	2.88	3.13	3.08	4.44	2.95
De 91 a 180 dias	3.63	3.99	3.99	3.52	3.92	3.76	3.91	3.75	3.87
De 181 dias a 1 ano	4.12	4.31	4.19	3.96	3.91	3.98	4.09	3.99	4.05
De 1 a 2 anos	4.23	4.08	4.14	4.59	4.66	4.72	4.87	5.05	4.93
Emigrantes									
De 7 a 30 dias	3.28	3.70	3.42	3.49	3.49	3.49	3.49	5.19	3.50
De 31 a 90 dias	3.48	3.41	3.43	3.48	3.51	3.52	3.51	5.18	3.50
De 91 a 180 dias	4.14	4.20	4.13	4.08	4.10	4.22	4.23	4.13	4.17
De 181 dias a 1 ano	4.56	4.33	4.32	3.71	4.14	4.17	4.17	4.15	4.16
De 1 a 2 anos	4.53	4.36	4.25	4.44	4.93	4.99	5.05	5.26	5.25
Taxas de referência									
Instrumentos do BCV									
Redesconto	8.50	8.50	7.50	7.50	7.50	7.50	9.75	9.75	9.75
Cedência de liquidez	7.50	7.50	8.25	8.25	7.25	7.25	8.75	8.75	8.75
Absorção de liquidez	1.00	1.00	2.75	2.75	1.75	1.75	3.25	3.25	3.25
Bilhetes do Tesouro									
91 dias	3.00		3.40	3.59	4.00	4.10			
182 dias	3.00	3.49				4.19		4.25	
364 dias	3.06	3.49					4.25		
<i>Para memória:</i>									
Inflação (t.v. homóloga no mês)	5.81	3.97	6.69	-0.37	3.43	3.58	2.03	1.55	2.50

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: As taxas ativas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efetivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos/aplicações relativos às operações ativas/passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro A.II.2.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias				
	CVE/USD	ITCE ^(a)		
		base 100: 2000		
		Nominal	Real	
2001	123.21	101.59	100.47	
2002	117.26	103.41	100.28	
2003	97.80	105.53	99.60	
2004	88.74	105.91	95.64	
2005	88.65	104.42	92.31	
2006	87.93	103.67	94.35	
2007	80.62	103.47	96.16	
2008	75.34	103.46	99.75	
2009	79.38	103.75	101.01	
2010	83.28	102.45	100.14	
2011	79.28	102.43	101.01	
2010				
Janeiro	77.11	103.11	100.96	
Fevereiro	80.51	103.05	100.94	
Março	81.20	102.75	99.87	
Abril	82.53	102.53	99.54	
Mai	87.45	102.28	99.13	
Junho	90.25	102.03	99.48	
Julho	86.67	102.21	99.89	
Agosto	85.43	102.24	101.08	
Setembro	84.71	102.17	100.71	
Outubro	79.41	102.48	100.22	
Novembro	80.54	102.48	99.91	
Dezembro	83.53	102.14	100.04	
2011				
Janeiro	82.79	102.14	99.69	
Fevereiro	80.83	102.27	100.78	
Março	78.26	102.42	100.03	
Abril	76.50	102.31	100.79	
Mai	76.78	102.39	100.78	
Junho	76.69	102.30	101.62	
Julho	77.23	102.12	101.42	
Agosto	76.92	102.31	101.96	
Setembro	79.90	102.66	102.32	
Outubro	80.62	102.78	101.15	
Novembro	81.21	102.74	100.80	
Dezembro	83.58	102.73	100.82	
2012				
Janeiro	85.58	102.38	99.76	
Fevereiro	83.47	102.26	100.09	
Março	83.51	102.57	99.34	
Abril	83.77	102.80	99.54	
Mai	86.01	103.10	100.87	
Junho	88.02	103.19	101.45	
Julho	89.69	102.96	101.98	
Agosto	89.05	103.04	---	

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -).

GUINÉ-BISSAU



ÁREA: 36 125 KM²

CAPITAL: Bissau

POPULAÇÃO: 1.6 milhões
(2011; fonte: ONU)

MOEDA: Franco CFA

A Guiné-Bissau registou em 2011 um nível de crescimento económico superior à média dos anos precedentes, impulsionado pelo bom comportamento das exportações de castanha de caju, o seu produto preponderante. A inflação vem mantendo até ao presente a trajetória descendente que vinha registando desde meados do ano anterior. Em 2012 espera-se uma desaceleração do crescimento, no contexto do clima de incerteza vivido no país.

II.3.1. SÍNTESE

O ano de 2012 ficou marcado na Guiné-Bissau pelas perturbações políticas ocorridas em abril que vieram interromper um período de alguma estabilidade que se tinha observado nos anos anteriores.

Esta estabilidade tinha contribuído para o registo de taxas de crescimento económico relativamente elevadas (4.5% em 2010 e 5.3% em 2011) e alguma melhoria na gestão das finanças públicas, bem como o acesso à *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI), no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, a qual possibilitou uma redução substancial da dívida externa guineense. Desde 2010 estava igualmente em curso um programa com o FMI no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF), que deveria durar até 2013 e que visava reforçar os progressos já alcançados no domínio macroeconómico.

De um ponto de vista económico o ano de 2011 tinha sido especialmente propício, pois a conjugação de um bom nível de produção de castanha de caju (o principal bem de exportação da Guiné-Bissau) com um elevado preço de venda deste produto, tinha dado origem a um substancial crescimento das exportações, principal fator justificativo da elevada variação do produto, que assim apresentou a mais alta taxa de crescimento da última década.

O crescimento previsto para 2012 no âmbito da preparação orçamental cifrava-se em 2.5%, mas o impacto na esfera económica das perturbações que ocorreram em abril permitem admitir que esse valor não se venha a concretizar.

Quadro II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2009	2010	2011	2012
		Est.	Est.	Proj.
PIB real (t. v. anual)	3.4	4.5	5.3	2.5
Inflação (t. v. a. média)	-2.8	2.3	4.8	3.3
Massa monetária (t. v. anual)	6.8	29.6	39.1	-8.1
Balança corrente (% PIB)	-5.7	-8.3	-1.6	-4.7
Saldo orçamental (% PIB)	3.7	-0.2	-1.9	-1.0
Dívida externa (% PIB)	121.9	19.1	17.5	17.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

O sector primário continua a ser preponderante na estrutura económica da Guiné-Bissau, tendo representado em 2011 cerca de 48% do produto. Para além do cultivo de produtos de subsistência, na agricultura destaca-se a produção da castanha de caju, que tradicionalmente representa mais de 80% das exportações, mas que no ano de 2011 teve um contributo ainda mais destacado.

A nível das contas públicas registaram-se progressos em termos de contenção das despesas correntes (e uma redução marcada dos encargos com juros, efeito do alívio da dívida), o que no entanto tem sido contrabalançado pela diminuição que se tem vindo a verificar desde 2009 no montante de donativos captados. O défice orçamental agravou-se de 2010 para 2011 (de 0.2 para 1.9% do PIB), mas esperava-se que melhorasse em 2012, evolução que, após as perturbações verificadas, será de difícil concretização.

O comportamento dos preços tem sido favorável pois, após um surto inflacionário que se verificou desde junho de 2010 até meados de 2011, passou a registar-se uma trajetória de desinflação que se vem prolongando ao longo de 2012, traduzida por uma taxa homóloga de 1.9% em junho, enquanto exatamente um ano atrás a mesma taxa era superior a 7%.

No que diz respeito às contas externas, o bom comportamento das exportações (castanha de caju) permitiu acomodar a subida das importações verificada em 2011 e deu mesmo origem a que o saldo da balança corrente registasse uma evolução francamente positiva (contrariando portanto as previsões iniciais que apontavam para um agravamento). Os fluxos de capital voltaram a registar os padrões habituais, após as alterações ocorridas em 2010, associadas ao perdão da dívida.

Em 2011 registou-se um significativo crescimento monetário (39%), alimentado essencialmente pelo maior volume de disponibilidades líquidas sobre o exterior (efeito do crescimento das exportações), bem como do crédito à economia. Essa expansão monetária vem-se prolongando em 2012, alimentada pelo comportamento do crédito. O sector bancário tem vindo a ganhar algum relevo, como atesta o já referido crescimento do crédito.

As expetativas relativas ao comportamento da economia da Guiné-Bissau no presente ano são naturalmente muito condicionadas pela incerteza causada pelas perturbações políticas ocorridas em abril e pela duração do impacto dessa situação. Na sua mais recente estimativa, o FMI admite uma contração de 2.8% no PIB.

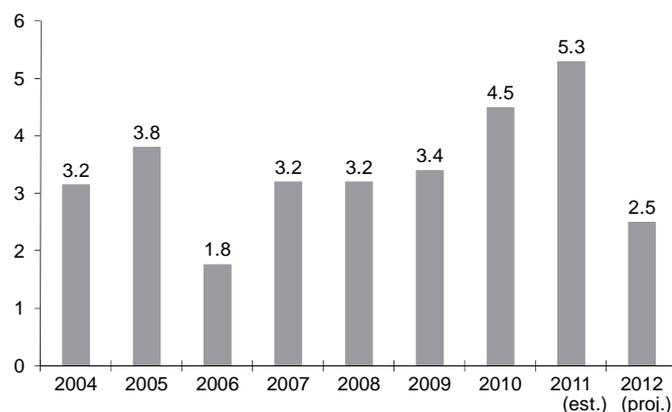
Do lado positivo refira-se que aqueles acontecimentos não parecem ter afetado particularmente o comportamento dos preços, que - ao contrário de 2008 - não tem reproduzido internamente os aumentos entretanto verificados no preço internacional do petróleo e dos bens agrícolas. A participação da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) tem contribuído para este comportamento favorável dos preços.

II.3.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O crescimento económico guineense apresentou-se em 2011 alinhado com a região subsariana, tendo registado uma taxa de variação real do PIB de 5.3%; esta situação não se havia verificado na generalidade dos anos anteriores, durante a qual a Guiné-Bissau não conseguiu acompanhar o dinamismo regional.

Gráfico II.3.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Dada a predominância do sector primário na estrutura económica (e dentro dele a produção de castanha de caju, cujo grande mercado de exportação é a Índia) e o reduzido peso da integração económica regional guineense (apesar da participação na UEMOA), os potenciais efeitos positivos da maior dinâmica das economias limítrofes não se têm materializado na Guiné-Bissau.

A aceleração do crescimento em 2011 (taxa de variação real de 5.3%) deveu-se essencialmente ao bom momento das exportações (de bens agrícolas), embora o consumo e o investimento (nomeadamente o privado, apesar da sua ténue expressão em termos relativos) tenham igualmente contribuído para este resultado.

O sector terciário, nomeadamente o subsector “comércio, restaurantes e hotéis”, evidenciou também algum dinamismo que se traduziu nomeadamente no lançamento de alguns pequenos projetos na área do turismo.

Admite-se que em 2012 se venha a verificar alguma desaceleração da atividade económica, a que acresce o impacto negativo da subida dos preços de importação (e consequente degradação dos termos de troca).

Gráfico II.3.2.

INFLAÇÃO | Variação mensal do IPC, em percentagem

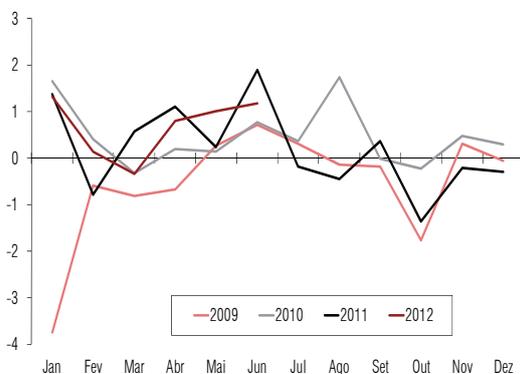
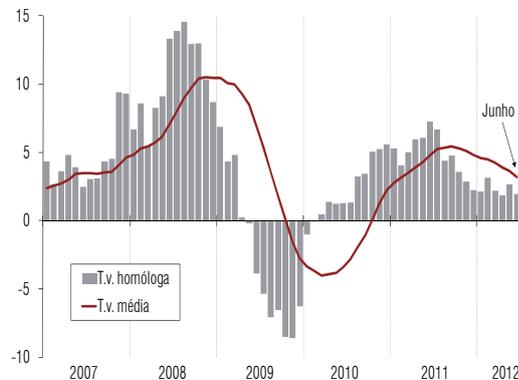


Gráfico II.3.3.

INFLAÇÃO | Variação anual do IPC, em percentagem



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Para além do bom comportamento do produto e das exportações em 2011, também deve ser registada a dinâmica favorável dos preços, que, após terem atingido um pico de inflação superior a 7% (taxa homologa) em junho de 2011, apresentaram uma maior moderação na segunda metade desse ano e ao longo do presente ano (cf. gráficos II.3.2. e II.3.3.).

Ao contrário do que sucedeu em 2008, quando o aumento do preço mundial dos bens energéticos e alimentares fez disparar a inflação na Guiné-Bissau e em praticamente todo o continente africano, desta vez a transmissão para o domínio interno da dinâmica dos preços internacionais tem sido mais moderada. O facto do principal bem alimentar importado pela Guiné ser o arroz (cujo preço não tem apresentado as mesmas elevadas variações que a generalidade dos outros bens agrícolas) poderá de alguma forma justificar este comportamento.

No final de junho deste ano a inflação média na Guiné-Bissau tinha já recuado para 3.2%, portanto muito próximo do limite superior estabelecido pelo critério de convergência da UEMOA (3%).

II.3.3. CONTAS EXTERNAS

Os saldos das balanças comercial e corrente da Guiné-Bissau melhoraram sensivelmente em 2011, tendo-se aproximado de uma situação de equilíbrio (-1.2 e -1.6%, respetivamente), fruto do substancial aumento das exportações de castanha de caju, as quais registaram um aumento de 100% e correspondem a mais de 95% das exportações totais.

Registou-se igualmente um aumento das importações, nomeadamente as de bens alimentares (predominantemente arroz) e de produtos petrolíferos (em ambos os casos mais um efeito preço do que quantidade).

Quadro II.3.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2009	2010	2011	2012
		Est.	Est.	Proj.
Balança corrente	-5.7	-8.3	-1.6	-4.7
Balança comercial	-9.8	-8.2	-1.2	-4.4
Exportações	14.7	14.8	24.3	18.7
Importações	-24.5	-23.0	-25.4	-23.1
Serviços e rendimentos	-7.8	-7.1	-8.1	-7.1
Transferências correntes	11.9	7.0	7.7	6.8
Bal. de capital e financeira	8.2	11.6	7.9	5.3
Endividamento líquido	0.0	-106.5	1.9	0.5
Transf. Capital e IDE	8.3	116.8	6.3	5.0
Capitais c-p, erros e omissões	0.4	1.3	-0.2	-0.2
Balança global	2.5	3.4	6.4	0.6

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

O bom desempenho das exportações de castanha de caju deveu-se quer a uma muito boa colheita, quer ao continuado aumento dos preços de venda deste produto (mais de 10% em 2011, que se veio adicionar às subidas já ocorridas nos anos anteriores). Apesar da Índia continuar a ser o maior mercado de exportação deste produto (cerca de 79% do total), em 2011 as exportações para Singapura assumiram um papel de relevo (cerca de 13%) (cf. gráfico II.3.4.).

Do lado das importações também se verificou neste ano a emergência de um novo parceiro comercial relevante – o Vietname – país de origem de uma fração significativa do arroz importado. Portugal continua a ser no entanto o país de origem do maior volume de importações (cf. gráfico II.3.5.).

Gráfico II.3.4.

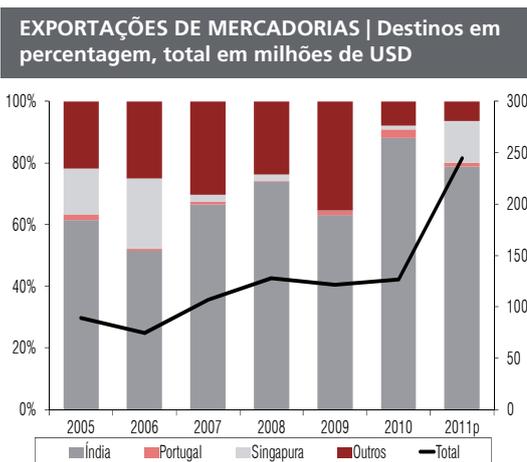
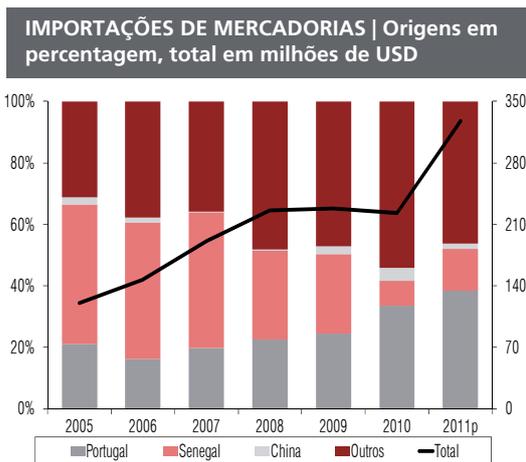


Gráfico II.3.5.



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

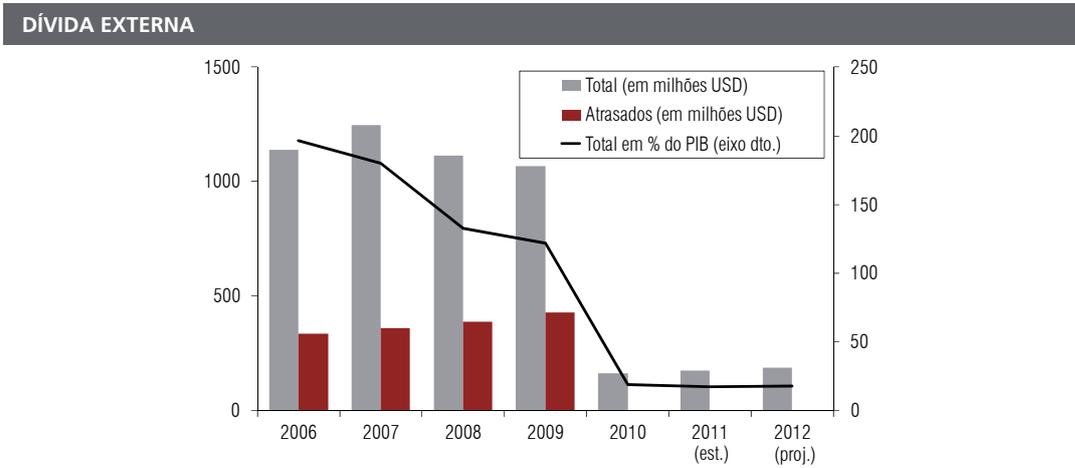
As transferências correntes, nomeadamente as de natureza oficial associadas à ajuda à balança de pagamentos, aumentaram face aos níveis do ano anterior, mas mantém-se ainda abaixo dos anos precedentes. Os saldos das balanças de serviços e de rendimentos não se afastaram muito dos valores médios dos anos precedentes.

A balança de capitais e financeira apresentou em 2011 um excedente, que, embora inferior ao do ano precedente (ano que ficou marcado pelo alívio da dívida), contribuiu para o registo de um saldo positivo da balança global (6.4% do PIB) e ao consequente aumento das disponibilidades sobre o exterior.

As projeções elaboradas para 2012 apontam para um novo aumento do défice da balança corrente, que resulta essencialmente da redução prevista do valor das exportações.

Os valores conhecidos até à data para a dívida externa indiciam que esta se terá mantido sensivelmente ao nível do ano anterior (cerca de 174 milhões de USD em 2011 face a 163 milhões em 2010). Estes valores são naturalmente mais baixos do que o que se registavam até então, pois, como se referiu anteriormente, em 2010 a Guiné-Bissau beneficiou de um significativo alívio da dívida, no quadro da iniciativa MDRI (*Multilateral Debt Relief Initiative*).

Gráfico II.3.6.



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

A dívida externa no final de 2011 correspondia a cerca de 17.5% do PIB, enquanto ainda em 2006 se aproximava dos 200% (cf. gráfico II.3.6.)

II.3.4. FINANÇAS PÚBLICAS

Durante o ano de 2011 as autoridades guineenses mantiveram o esforço de aperfeiçoamento da máquina tributária e de contenção das despesas públicas, o que se traduziu nomeadamente por níveis de execução orçamental genericamente próximos dos 100% e por um reforço do peso das receitas tributárias face ao PIB (que no entanto ainda se mantém abaixo dos valores observados nos países vizinhos, igualmente pertencentes à UEMOA).

Apesar desse esforço, a redução no valor das receitas não-tributárias (nomeadamente as relacionadas com as licenças de pesca) deu origem a um agravamento do défice global, que em 2011 registou o valor de -1.9% do PIB (cf. quadro II.3.3.)

A gestão das finanças públicas vinha sendo acompanhada pelo FMI no âmbito do seu programa ao abrigo da facilidade *ECF (Extended Credit Facility)*, cuja terceira revisão (genericamente favorável na sua apreciação) havia ocorrido em setembro de 2011. Os acontecimentos políticos desencadeados em abril deste ano levaram ao adiamento da realização da quarta revisão, que deveria ter ocorrido no primeiro semestre.

Ao longo dos últimos anos, o desafio para as autoridades fiscais guineenses tem sido o de manter o orçamento tendencialmente equilibrado (portanto evitando o recurso ao financiamento interno) num

contexto de um menor fluxo de donativos (nomeadamente de apoio direto ao orçamento), que se seguiu ao alívio da dívida: em 2011 os donativos representaram pouco mais de 8% do PIB, enquanto ainda em 2009 tinham representado praticamente o dobro daquele valor.

A resposta das autoridades a este desafio vinha consistindo essencialmente na procura de uma maior eficácia da máquina fiscal, nomeadamente reduzindo as situações de benefício de isenção aduaneira e definindo prioridades na realização das despesas, no sentido de impedir o seu aumento. Por outro lado, a escassez de recursos vem adiando a realização de projetos de investimento em infraestruturas (como se comprova pelo facto do peso das despesas de capital em relação ao PIB estar a decrescer).

Quadro II.3.3.

FINANÇAS PÚBLICAS Em percentagem do PIB				
	2009	2010	2011	2012
		Est.	Est.	Proj.
Receitas totais	25.0	20.0	18.9	17.3
Receitas correntes	9.1	10.5	10.3	12.4
Receitas não-tributárias	2.3	2.7	2.1	3.0
Receitas tributárias	6.8	7.8	8.2	9.3
Donativos	15.9	9.4	8.1	8.0
Despesas totais	21.3	20.2	20.8	19.2
Despesas correntes	12.1	11.6	12.3	12.4
Juros da dívida programados	0.5	0.2	0.1	0.1
Despesas de capital	9.2	8.6	8.0	8.9
Saldo corrente	-3.0	-1.1	-2.0	0.0
Saldo global	3.7	-0.2	-1.9	-1.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Não são conhecidas até ao momento as novas orientações em matéria orçamental e, em geral, no domínio das finanças públicas. Registe-se no entanto o facto do crédito líquido ao sector público até ao final de junho (últimos valores conhecidos) ter vindo a aumentar, tendo o seu nível regressado a valores que já não se observavam desde 2008.

De qualquer modo, a escassez de recursos e o enquadramento resultante da participação na UEMOA condicionam de forma marcante as opções possíveis, pois o financiamento monetário do défice está limitado pelas regras de funcionamento daquela instituição.

Gráfico II.3.7.

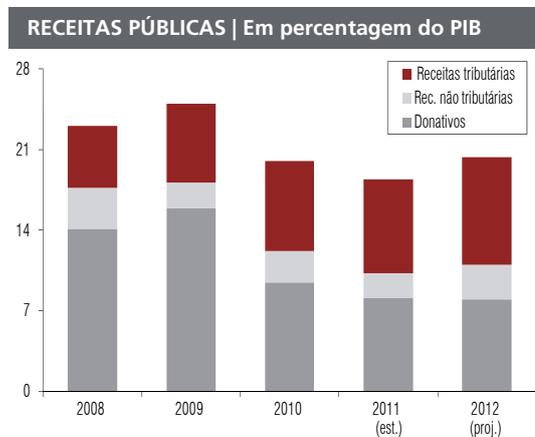
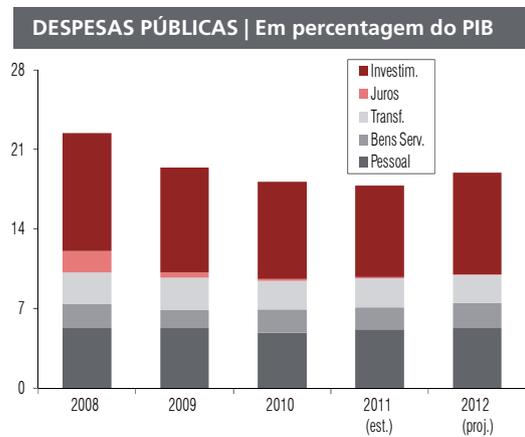


Gráfico II.3.8.



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

II.3.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

A massa monetária da Guiné-Bissau tem-se vindo a expandir significativamente (39% em 2001; 15% no primeiro semestre deste ano), induzida quer pelo crescimento das disponibilidades líquidas sobre o exterior (em 2011) quer, sobretudo, pelo aumento do crédito.

O crescimento das disponibilidades líquidas sobre o exterior encontra a sua justificação no bom desempenho das exportações e no comportamento favorável da balança de capitais e financeira em 2011, dinâmica que no entanto deixou de se registar no presente ano. Já o crédito (ao sector privado e ao sector público administrativo) tem vindo a aumentar desde 2010, processo que se vem acentuando ao longo de 2012.

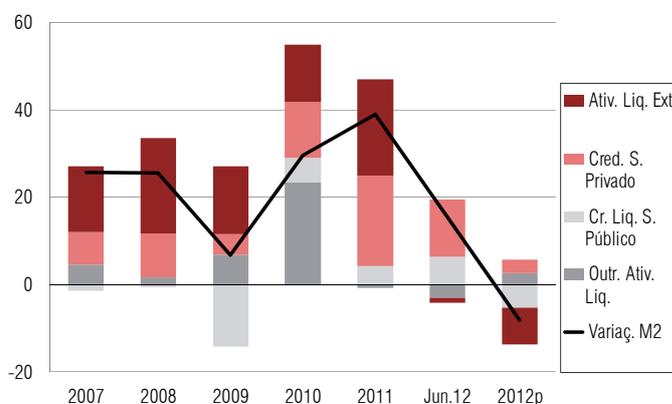
Até ao momento, esse forte crescimento monetário não se tem traduzido em tensões inflacionistas (a inflação tem mesmo apresentado uma trajetória decrescente desde meados de 2011).

Ao longo deste ano de 2012 tem-se vindo a verificar um acentuar da procura por meios imediatos de pagamento (circulação), os quais voltaram a representar mais de 50% da massa monetária.

Os objetivos da programação monetária elaborada no final de 2011 no âmbito do programa ECF, que apontavam para uma forte moderação do crédito e da expansão monetária ao longo de 2012, estarão neste momento comprometidos, dada a evolução verificada ao longo deste ano, mantendo-se os comportamentos expansionistas do ano anterior. Nos primeiros seis meses deste ano a massa monetária apresentava já um crescimento superior a 15%.

Gráfico II.3.9.

FATORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do *stock* inicial da massa monetária



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

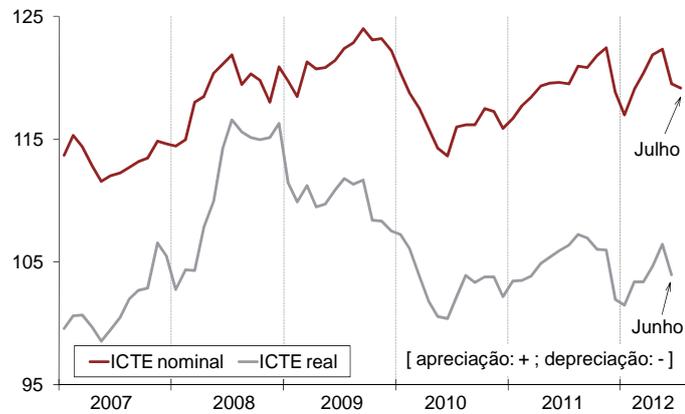
A mais significativa diferença entre a dinâmica de 2011 e a atual reside no comportamento das disponibilidades líquidas sobre o exterior, as quais cresceram significativamente em 2011 mas que apresentavam em junho deste ano uma redução face aos níveis de dezembro passado.

A taxa de câmbio efetiva (quer em termos nominais, quer reais) registou ao longo de praticamente todo o ano de 2011 um comportamento de apreciação moderada, que se veio a inverter nos últimos meses desse ano, para regressar aos níveis anteriores durante o primeiro trimestre de 2012.

Refira-se que o comportamento dessa taxa efetiva (nomeadamente em termos nominais) é fortemente condicionado pela evolução da rupia indiana (e – em menor grau – pelo dólar de Singapura), já que os restantes principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau utilizam igualmente o franco CFA (os países vizinhos) ou o euro (como Portugal), moedas cuja paridade é fixa e portanto contribuem para uma elevada estabilidade dos valores deste índice.

Gráfico II.3.10.

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA | Índices base 100: 2000, médias mensais



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Tendo em conta as características estruturais da economia guineense e o seu padrão de comércio externo, a evolução cambial não será exatamente o fator preponderante na determinação dos fluxos de comércio externo da Guiné-Bissau. Já a evolução dos termos de troca (fortemente dependente do comportamento do preço de bens primários específicos, como o petróleo, o arroz ou a castanha de caju) é fundamental para a determinação da sustentabilidade das contas externas da Guiné-Bissau.

Quadro A.II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
	Unidades	2008	2009	2010	2011		2012	
					Est.	Prog.	Est.	Prog.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	milhões de EUR	589.9	595.3	645.4	675.5	717.3	761.8	
PIB real	t.v. anual	3.2	3.4	4.5	4.3	5.3	2.5	
Inflação (I. P. Consumidor)	t.v. homóloga	8.7	-6.3	5.6	--	2.2	5.0	1.9 <i>Jun.</i>
	t.v. média anual	10.4	-2.8	2.3	4.0	4.8	3.3	3.2 <i>Jun.</i>
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	% PIB	23.1	25.0	20.0	21.6	18.9	17.3	
Despesas totais	% PIB	23.9	21.3	20.2	22.6	20.8	19.2	
Saldo global	% PIB	-0.8	3.7	-0.2	-1.0	-1.9	-1.0	
Saldo global sem donativos	% PIB	-14.9	-12.2	-9.7	-9.5	-10.0	-8.9	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito líquido ao SPA	t.v. anual	-16.6	-114.0	-353.4	158.3	183.3	-81.3	98.9 <i>Jun.</i>
Crédito à economia	t.v. anual	71.5	24.9	56.4	26.2	48.3	10.1	44.9 <i>Jun.</i>
Massa monetária (M2)	t.v. anual	25.5	6.8	29.6	6.0	39.1	-8.1	15.3 <i>Jun.</i>
TAXAS DE JURO								
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.0	3.0	3.0		3.0	3.0 <i>Jun.</i>	
Activa, a 1 ano	t. anual	16.0	16.0	16.0		16.0	16.0 <i>Jun.</i>	
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações f.o.b. (em USD)	t.v. anual	19.6	-5.1	4.0	18.6	93.4	-25.2	
Importações f.o.b. (em USD)	t.v. anual	53.4	1.0	-2.3	22.0	47.2	-40.1	
Balança Corrente	% PIB	-3.3	-5.7	-8.3	-6.9	-1.6	-4.7	
Bal. Corrente s/ Transf. Oficiais ^(a)	% PIB	-8.7	-13.0	-5.3	-9.8	-4.8	-6.4	
DÍVIDA EXTERNA								
Stock total	milhões de USD	1 114	1 068	163		174	189	
	% PIB	132.7	121.9	19.1		17.5	17.8	
	% exportações ^(b)	915.2	857.7	135.9		71.3	102.9	
Serviço da dívida	% exportações ^(b)	34.5	16.0	766.4		0.2	0.3	
TAXAS DE CÂMBIO								
USD / Franco CFA (merc. oficial)	taxa média	447.8	472.2	495.4		471.9	533.8	<i>Jul.</i>
ITCE Nominal (base 100: 2000) ^(c)	taxa de variação	4.8	2.2	-4.2		2.7	0.3	<i>Jul.</i> ^(d)
ITCE Real (base 100: 2000) ^(c)	taxa de variação	9.7	-1.2	-6.3		1.9	2.0	<i>Jun.</i> ^(d)

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As transferências oficiais não incluem as receitas de licenças de pesca; (b) Exportações de bens e serviços; (c) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2005/11; (d) Variações face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.3.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, em mil milhões de francos CFA					
	2008	2009	2010	2011 Est.	2012 Proj.
Sector primário	179.4	170.4	189.9	212.7	223.3
Agropecuária, silvicultura e pesca	179.4	170.4	189.9	212.7	223.3
Sector secundário	52.1	49.9	53.7	57.7	62.7
Indústria ^(a)	49.0	46.7	48.7	52.1	56.7
Construção	3.1	3.2	5.0	5.6	5.9
Sector terciário	140.5	150.8	156.3	174.3	186.3
Comércio, restaurantes e hotéis	74.1	80.1	76.3	85.5	90.6
Transportes e comunicações	16.5	15.9	18.1	20.3	23.1
Administração pública	33.6	40.5	46.3	51.3	54.4
Banca, seguros e outros serviços	16.3	14.3	15.6	17.2	18.2
Produto Interno Bruto (custo de factores)	372.0	371.1	399.9	444.6	472.3
Impostos indirectos	14.9	19.4	23.5	25.9	27.4
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	386.9	390.5	423.4	470.5	499.7
Consumo	413.5	429.3	458.8	474.1	518.8
Investimento	23.5	24.6	28.1	33.8	34.9
Público	13.7	17.1	18.1	19.4	19.2
Privado	9.8	7.5	10.0	14.4	15.7
Procura interna	437.0	453.9	486.9	507.9	553.7
Exportações	77.0	73.0	84.5	136.2	115.5
Procura global	514.0	526.9	571.4	644.1	669.2
Importações	127.1	136.5	148.1	173.6	169.4
<i>Para memória:</i>					
Poupança interna bruta	-26.6	-38.9	-35.5	-3.6	-19.1
PIBpm nominal (milhões de USD)	864.1	826.9	854.6	997.1	1 059.0
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	13.3	-2.4	3.8	5.5	3.6
PIBpm nominal (variação anual em %)	16.9	0.9	8.4	11.1	6.2
PIBpm real (variação anual em %)	3.2	3.4	4.5	5.3	2.5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui eletricidade e água.

Quadro A.II.3.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem					
	Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]	
2001	Dezembro		-1.9	3.3	
2002	Dezembro		2.5	3.3	
2003	Dezembro		0.7	-3.5	
2004	Dezembro		2.9	0.8	
2005	Dezembro		0.3	3.4	
2006	Dezembro		3.2	2.0	
2007	Dezembro		9.3	4.6	
2008	Dezembro		8.7	10.4	
2009	Dezembro		-6.3	-2.8	
2010	Dezembro		5.6	2.3	
2011	Dezembro		2.2	4.8	
2010	Janeiro	1.7	1.7	-1.0	-3.4
	Fevereiro	0.4	2.1	0.0	-3.7
	Março	-0.3	1.7	0.5	-4.0
	Abril	0.2	1.9	1.4	-3.9
	Maio	0.1	2.1	1.2	-3.8
	Junho	0.8	2.9	1.3	-3.4
	Julho	0.4	3.2	1.3	-2.8
	Agosto	1.7	5.0	3.2	-2.0
	Setembro	0.0	5.0	3.4	-1.1
	Outubro	-0.2	4.8	5.0	0.0
	Novembro	0.5	5.3	5.2	1.2
	Dezembro	0.3	5.6	5.6	2.3
2011	Janeiro	1.4	1.4	5.3	2.8
	Fevereiro	-0.8	0.6	4.1	3.1
	Março	0.6	1.2	5.0	3.5
	Abril	1.1	2.3	6.0	3.9
	Maio	0.2	2.5	6.1	4.3
	Junho	1.9	4.5	7.2	4.8
	Julho	-0.2	4.3	6.7	5.2
	Agosto	-0.5	3.8	4.4	5.3
	Setembro	0.4	4.2	4.8	5.4
	Outubro	-1.4	2.8	3.6	5.3
	Novembro	-0.2	2.5	2.8	5.1
	Dezembro	-0.3	2.2	2.2	4.8
2011	Janeiro	1.3	1.3	2.2	4.6
	Fevereiro	0.1	1.5	3.1	4.5
	Março	-0.3	1.1	2.2	4.2
	Abril	0.8	1.9	1.9	3.9
	Maio	1.0	2.9	2.7	3.6
	Junho	1.2	4.2	1.9	3.2

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.3.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em mil milhões de francos CFA						
	2008	2009	2010 Est.	2011		2012 Proj.
				Proj.	Est.	
Balança Corrente	-12.9	-22.4	-35.0	-32.7	-7.3	-23.5
<i>Excluindo transferências oficiais ^(a)</i>	-33.7	-50.6	-45.3	-46.0	-22.5	-32.2
Balança comercial	-31.6	-38.1	-34.6	-45.9	-5.5	-22.0
Exportações (f.o.b.)	57.4	57.4	62.7	67.2	114.2	93.2
dq: Castanha de caju	46.2	46.8	51.8	55.4	104.4	82.9
Importações (f.o.b.)	-89.0	-95.5	-97.3	-113.1	-119.7	-115.2
Balança de serviços	-18.5	-25.4	-29.0	-21.1	-31.9	-32.0
Balança de rendimentos	-6.6	-5.2	-1.1	-0.2	-6.0	-3.6
dq: Juros programados	-6.3	-5.4	-0.9	-0.2	-0.1	-0.3
Transferências Correntes	43.8	46.3	29.7	34.5	36.1	34.0
Públicas	28.7	31.2	15.5	18.3	19.5	17.0
dq: Ajuda à balança de pagamentos	16.4	28.5	9.4	13.3	12.4	6.2
dq: Receitas das pescas	7.9	3.0	5.2	5.0	4.3	8.3
Privadas	15.1	15.1	14.2	16.2	16.6	17.0
Balança de Capitais e Financeira	15.5	32.0	49.3	32.7	37.4	26.5
Endividamento	-12.7	-2.2	-450.8	9.0	9.0	2.4
Desembolsos	0.1	8.5	4.7	9.4	9.4	2.9
dq: Projetos	0.1	8.5	4.7	9.4	9.4	2.9
Amortizações programadas	-12.8	-10.7	-455.5	-0.4	-0.4	-0.5
Transf. de capital e invest. direto estrang. (líq.)	28.6	32.6	494.7	25.4	29.5	25.1
dq: Alívio de dívida	4.9	0.0	454.1	0.0	0.0	0.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-0.4	1.6	5.4	-1.7	-1.1	-1.0
Balança Global	2.6	9.6	14.3	0.0	30.1	3.0
Financiamento	-2.6	-9.6	-14.3	0.0	-30.1	-3.0
Variação das reservas oficiais (aumento: -) ^(b)	-8.6	-8.4	-3.0	-3.5	-31.0	-3.0
Variação de atrasados (redução: -)	6.0	-1.2	-11.3	3.5	0.9	0.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As receitas das licenças de pesca não são consideradas transferências oficiais; (b) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

Quadro A.II.3.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005 a 2011
Cabo Verde	0.6	0.1	0.0	0.1	0.1	0.2	0.1	0.1
China	0.1	0.0	0.0	0.2	0.2	1.4	1.3	0.6
França	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	2.0	1.1	0.9
Gâmbia	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.0	0.0	0.0
Holanda	0.1	0.0	0.3	0.0	0.4	0.5	0.0	0.2
Índia	61.5	51.6	66.6	73.9	63.2	88.2	78.8	81.1
Portugal	1.8	0.5	0.8	0.3	1.5	2.6	1.3	2.8
Senegal	0.4	22.5	26.2	17.4	27.4	1.5	0.9	2.2
Singapura	14.9	22.8	2.3	2.1	0.0	1.3	13.4	9.6
Outros	20.5	2.4	3.7	5.9	6.2	2.2	3.0	2.5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.3.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005 a 2011
China	2.3	1.6	0.2	0.4	2.6	4.1	1.7	2.1
Espanha	1.1	0.9	1.9	1.1	2.7	1.8	3.4	3.1
França	4.5	2.6	0.5	2.2	4.1	11.4	6.0	4.7
Gâmbia	1.4	7.4	1.4	2.0	0.9	1.1	0.8	2.1
Holanda	8.0	6.3	5.6	4.5	4.9	5.6	4.2	5.9
Índia	0.6	0.3	2.4	1.0	0.3	1.0	0.7	0.8
Japão	0.7	0.7	0.2	1.5	1.3	4.4	3.7	2.6
Portugal	21.0	16.1	19.7	22.4	24.4	33.5	38.4	29.8
Senegal	45.6	44.5	44.2	29.0	25.9	8.2	13.5	21.6
Outros	14.9	19.8	23.9	35.9	32.9	28.9	27.5	27.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.3.7.

DÍVIDA EXTERNA Em milhões de USD						
	2007	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Est.	2012 Prog.
Dívida de médio ou longo prazo	1 244.2	1 112.8	1 049.7			
Credores multilaterais	588.4	531.7	494.4			
Credores bilaterais	655.9	581.1	555.3			
Dívida de curto prazo	1.3	1.2	1.1			
Dívida Externa Total	1 245.6	1 113.9	1 068.1	163.2	174.5	188.5
dq: Atrasados	360.1	388.6	427.5	0.0	0.0	0.0
<i>Dívida de médio ou longo prazo</i>	359.3	387.8				
<i>Credores multilaterais</i>	37.8	39.4				
<i>Credores bilaterais</i>	321.5	348.4				
<i>Clube de Paris</i>	237.0	254.3				
<i>Outros países</i>	84.5	94.1				
<i>Dívida de curto prazo</i>	0.8	0.8				
Serviço de dívida de m/l prazo programado	35.5	42.0	18.8	920.4	0.4	0.6
Capital	25.5	28.6	8.7	919.4	0.0	0.2
Juros	10.0	13.4	10.2	1.0	0.4	0.4
				<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>		
Dívida externa total	1 162.2	915.2	857.7	135.9	71.3	102.9
Serviço de dívida de m/l prazo programado	33.1	34.5	16.0	766.4	0.2	0.3
Capital	23.8	23.5	7.4	765.5	0.0	0.1
Juros	9.4	11.0	8.6	0.8	0.2	0.2
				<i>(em % do PIB)</i>		
Dívida externa total	180.1	132.7	121.9	19.1	17.5	17.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: Os valores a partir de 2009 refletem o impacto do alívio de dívida da Iniciativa HIPC e da MDRI.

Quadro A.II.3.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de francos CFA							
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011		2012 Proj.	
				Proj.	Est. <i>g.e. (a)</i>		
1. Receitas Totais	89.3	97.5	84.6	88.8	86.6	97.5	101.6
1.1. Receitas correntes	34.6	35.4	44.6	49.9	48.5	97.2	61.8
Receitas não-tributárias	13.7	8.8	11.5	11.9	10.1	84.9	15.1
dq: Licenças de pesca	7.9	3.0	5.2	5.0	4.3	86.0	8.3
Receitas tributárias	20.9	26.6	33.1	37.9	38.4	101.3	46.7
1.2. Donativos	54.7	62.1	40.0	38.9	38.1	97.9	39.8
dq: Projectos	38.4	33.6	30.6	25.7	25.7	100.0	33.6
dq: Ajuda orçamental	16.4	28.5	9.4	13.3	12.4	93.2	6.2
2. Despesas Totais	92.4	83.2	85.5	97.9	95.7	97.8	106.4
2.1. Despesas correntes	52.4	47.2	49.3	55.3	57.9	104.7	61.8
Despesas c/ pessoal	20.5	20.5	20.7	23.8	24.2	101.7	26.3
Bens e serviços	8.0	6.4	8.6	9.1	9.2	101.1	11.0
Transferências	10.9	11.0	10.7	12.6	12.1	96.0	12.5
Juros da dívida programados	7.3	1.8	0.7	0.8	0.6	75.0	0.3
Outras despesas	5.7	7.5	8.6	9.0	11.9	132.2	11.8
2.2. Despesas de capital	40.0	36.0	36.2	42.5	37.8	88.9	44.6
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-17.8	-11.8	-4.7	-5.4	-9.4	174.1	0.0
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-57.8	-47.8	-40.9	-48.0	-47.2	98.3	-44.6
5. Saldo Global: (1.) - (2.) <i>(base compromissos)</i>	-3.1	14.3	-0.9	-9.1	-9.1	100.0	-4.8
6. Variação de Atrasados	10.0	-3.6	-7.7	-3.5	-3.8		-1.5
6.1. Internos	4.8	-4.9	-7.7	-3.5	-3.8		-1.5
6.2. Externos	5.2	1.3	0.0	0.0	0.0		0.0
7. Valores em trânsito, erros e omissões	-0.5	0.0	-1.8	0.0	0.0		0.0
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.) <i>(base caixa)</i>	6.4	10.7	-10.5	-12.6	-12.9		-6.3
9. Financiamento	-6.4	-10.7	10.3	12.6	12.9		6.3
9.1. Interno (líq.)	-4.6	-10.5	7.1	0.0	0.0		0.0
dq: Sistema bancário	-4.6	-10.5	7.1	0.0	0.0		0.0
9.2. Externo (líq.)	-1.8	-0.2	3.2	9.1	9.4		2.8
dq: Desembolsos	0.1	1.0	4.7	9.4	9.4		2.9
dq: Amortizações	-12.8	-10.7	-455.5	-0.4	0.0		-0.1
dq: Alívio de Dívida	4.9	5.7	454.1	0.0	0.0		0.0
10. Diferencial de Financiamento ^(b)	0.0	0.0	0.1	3.5	3.5		3.5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução: valor realizado em percentagem do valor orçamentado / programado; (b) Necessidade (+) ou capacidade (-) de financiamento.

Quadro A.II.3.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Em mil milhões de francos CFA											
	2008	2009	2010	2011		2011/2010		2012		Jun.12/2011	
				Proj.	Est.	[1]	[2]	Proj.	Junho	[1]	[2]
Ativos Líquidos s/ Exterior	66.6	80.6	93.3	80.1	119.3	27.9	22.0	104.7	117.3	-1.7	-1.1
Banco Central	53.0	61.4	64.4	65.2	95.4	48.2	26.2	68.9	90.3	-5.4	-3.0
Bancos Comerciais	13.6	19.2	28.9	14.9	23.9	-17.3	-4.2	35.8	27.0	13.3	1.8
Crédito Interno Total	28.5	20.2	32.0	48.6	61.7	92.8	25.0	57.7	95.4	54.8	19.5
Crédito líquido ao SPA	11.1	-1.6	4.0	16.1	11.2	183.3	4.2	2.1	22.3	98.9	6.4
Crédito à economia	17.4	21.8	34.0	32.5	50.5	48.3	20.9	55.6	73.1	44.9	13.1
Outros Ativos (líq.)	-5.2	-4.7	-6.7	-3.0	-7.7	15.2	-0.8	-3.0	-12.9	68.2	-3.0
Total do Ativo	90.0	96.1	118.5	125.6	173.3	46.2		159.3	199.8	15.3	
Massa Monetária (M2)	90.0	96.1	124.6	125.6	173.3	39.1		159.3	199.8	15.3	
Circulação monetária	54.1	57.1	64.1	76.8	85.5	33.5		82.7	102.8	20.1	
Depósitos à ordem	28.6	33.1	49.3	...	63.4	28.6		...	71.2	12.2	
Quase - Moeda / Dep. Prazo	7.3	5.8	11.1	...	24.3	118.1		...	25.9	6.3	
Total do Passivo	90.0	96.1	118.5	125.6	173.3	46.2		159.3	199.8	15.3	

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, BCEAO, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro A.II.3.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun.	
Depósitos							
Depósitos a prazo:							
Até 90 dias		1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5
De 91 a 180 dias		1.8	1.8	1.8	1.8	1.8	1.8
De 181 a 365 dias		3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Crédito							
Até 90 dias		14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0
De 90 a 180 dias		15.0	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0
De 181 a 365 dias		16.0	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0
Descoberto em Dep. Ordem		18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
Operações do Banco Central							
Sistema bancário							
Taxa de desconto		4.75	4.75	4.25	4.25	4.25	4.25
Coeficiente de Reservas		3.0	3.0	3.0	7.0	7.0	5.0
<i>Para memória:</i>							
Inflação (t.v.h. no mês)		9.3	8.7	-6.3	5.6	2.2	1.9

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.3.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias		EUR / Fr. CFA	USD / Fr. CFA	ITCE ^{(a)(b)}	
				base 100: 2000	
				Nominal	Real
2001		655.96	728.18	101.44	100.31
2002		655.96	695.86	104.21	103.26
2003		655.96	579.28	110.39	102.41
2004		655.96	527.53	113.33	102.45
2005		655.96	531.17	111.01	100.61
2006		655.96	521.92	114.01	101.45
2007		655.96	478.68	113.49	101.62
2008		655.96	447.78	118.99	111.44
2009		655.96	472.19	121.63	110.07
2010		655.96	495.42	116.56	103.17
2011		655.96	471.86	119.65	105.11
2010	Janeiro	655.96	459.68	120.41	107.21
	Fevereiro	655.96	479.35	118.77	106.10
	Março	655.96	483.48	117.50	103.83
	Abril	655.96	489.24	115.89	101.80
	Maio	655.96	522.31	114.25	100.54
	Junho	655.96	537.36	113.65	100.38
	Julho	655.96	513.80	116.00	102.16
	Agosto	655.96	508.86	116.19	103.89
	Setembro	655.96	502.27	116.19	103.30
	Outubro	655.96	472.01	117.50	103.74
	Novembro	655.96	480.43	117.26	103.78
	Dezembro	655.96	496.21	115.88	102.14
2011	Janeiro	655.96	491.19	116.70	103.44
	Fevereiro	655.96	480.62	117.71	103.48
	Março	655.96	468.61	118.43	103.82
	Abril	655.96	454.06	119.33	104.84
	Maio	655.96	457.30	119.57	105.36
	Junho	655.96	455.94	119.61	105.90
	Julho	655.96	459.91	119.52	106.35
	Agosto	655.96	457.56	120.95	107.24
	Setembro	655.96	476.52	120.86	106.95
	Outubro	655.96	478.75	121.81	106.02
	Novembro	655.96	483.97	122.45	105.96
	Dezembro	655.96	497.83	118.85	101.94
2012	Janeiro	655.96	508.87	117.01	101.47
	Fevereiro	655.96	496.08	119.06	103.34
	Março	655.96	496.92	120.37	103.39
	Abril	655.96	498.40	121.90	104.66
	Maio	655.96	513.07	122.34	106.43
	Junho	655.96	523.69	119.50	103.94
	Julho	655.96	533.82	119.16	...

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Notas: (a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2005 - 2011 (apreciação + ; depreciação -).

MOÇAMBIQUE



ÁREA: 799 380 KM²

CAPITAL: Maputo

POPULAÇÃO: 24 milhões
(2011; fonte: ONU)

MOEDA: Metical

A economia manteve um bom desempenho, alicerçado no consumo privado e nas exportações. As contas externas foram pressionadas pelo aumento das importações decorrentes do forte investimento privado e do plano público de infraestruturas, o qual sobrecarregou igualmente as contas públicas. A política monetária conteve, com sucesso, as pressões inflacionistas, o que permitiu a reversão progressiva das condições monetárias restritivas, iniciada ainda em 2011.

II.4.1. SÍNTESE

A economia moçambicana manteve um bom desempenho em 2011, apesar da crise internacional. O ritmo de crescimento do produto situou-se em 7.3%, ao mesmo nível dos valores médios da última década – uma sólida taxa de crescimento de 7.6%, bastante acima da relativa à África subsariana (5.8%). O relacionamento com o FMI tem sido importante e constante no processo de estabilização macroeconómica, encontrando-se atualmente em vigor um programa ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI), assinado em junho de 2010, com a duração de três anos.

Quadro II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2009	2010	2011	2012
		Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	6.3	7.1	7.3	6.7
Inflação (t.v. média)	3.8	12.4	10.9	7.2
Massa monetária (t.v.)	32.6	24.6	7.8	18.8
Balança Corrente (% PIB)	-12.2	-11.5	-14.4	-12.7
Saldo orçamental (% PIB)	-5.5	-3.8	-5.4	-6.4
Dívida externa (% PIB)	39.6	38.8	31.5	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

A dinâmica do produto moçambicano em 2011 assentou principalmente no consumo privado e no crescimento das exportações de bens, tanto dos vários megaprojetos (alumínio, energia eléctrica, gás natural, titânio e carvão), como dos produtos tradicionais. Apesar desse bom comportamento, o aumento da procura de bens de investimento importados, impelida pela expansão dos megaprojetos e pelo plano público de infraestruturas, e maiores importações de serviços e de dividendos repatriados repercutiram-se na degradação do défice corrente externo. Contudo, a forte entrada de capitais associada ao investimento direto externo possibilitou um nível de reservas cambiais equivalente a 5.2 meses das importações de bens e serviços do ano (-0.2 meses que em 2010).

Esta aceleração do investimento público financiado externamente condicionou a evolução das contas públicas em 2011, elevando o défice global a 5.4% do PIB, apesar das boas arrecadações de receitas tributárias e da contenção em algumas classes de despesas correntes. O financiamento do défice foi efetuado não só recorrendo a empréstimos externos como junto do sector bancário interno.

A política monetária esteve sobretudo condicionada pela necessidade de contrariar as pressões inflacionistas que se registavam desde 2010, mantendo um cariz restritivo ao longo de grande parte de 2011, com repercussão na diminuição no ritmo de expansão da massa monetária e do crédito à economia. Como resultado desta política, associada a uma prudente política orçamental, sobretudo no primeiro semestre do ano, e pela evolução favorável dos preços dos bens alimentares e petrolíferos, a taxa de inflação apresentou uma vincada trajetória descendente ao longo do ano, a qual se prolongou aos primeiros meses de 2012.

Alicerçado nestes bons resultados, e com o objetivo de fomentar a expansão do crédito ao sector privado, o banco central iniciou ainda em 2011 a reversão progressiva das condições monetárias, reduzindo as taxas de referência e o coeficiente de reservas de caixa, para além de ter recorrido a intervenções de cedência de liquidez nos mercados interbancários.

Como forma de mitigar o impacto da crise internacional, as autoridades moçambicanas optaram por manter o nível de despesa em 2012, continuando o programa de investimento público (com pendor nas infraestruturas), incorrendo assim em novo aumento do défice público e da dívida externa do Estado.

Espera-se contudo que a melhoria das infraestruturas contribua para aumentar a capacidade de escoamento de produtos dos megaprojetos (sobretudo ao nível da exploração de carvão), cujas exportações serão capazes de sustentar um ritmo de crescimento do produto interno em 6.7%, ainda que em abrandamento em relação ao ano anterior. Esse bom comportamento das exportações, a par de alguma redução da dinâmica das importações de bens, deverá traduzir-se num desagrevamento do défice corrente externo, permitindo uma nova acumulação de reservas cambiais que garanta um nível de cobertura das importações previstas idêntico ao do ano anterior (5.2 meses).

Dada a redução presente e prevista da ajuda externa, as autoridades equacionam a possibilidade de recorrer a empréstimos externos, eventualmente de cariz não concessional, para fechar o diferencial de financiamento do programa de investimento. A recente análise de sustentabilidade da dívida, elaborada pelo FMI e o Banco Mundial, apesar de evidenciar alguma degradação dos indicadores, mantém baixo o risco de incumprimento do país, alertando, no entanto, para a vulnerabilidade da dívida externa face a choques cambiais e sobre as exportações.

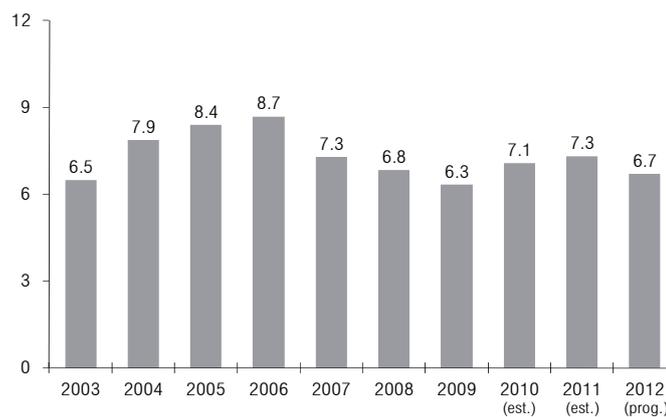
O desafio do reforço da capacidade de gestão da dívida e de planeamento e avaliação dos investimentos está presente nas preocupações das autoridades, aproveitando a riqueza abundante de recursos naturais para criar espaço orçamental para apoiar a transformação estrutural da economia no longo prazo.

II.4.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A economia moçambicana evidenciou um bom desempenho em 2011, estimando-se que o crescimento económico real tenha atingido 7.3%, +0.2 p.p. relativamente aos 7.1% de 2010. Nos últimos 10 anos, Moçambique apresentou uma taxa média de crescimento de 7.6%, constituindo-se como um dos países da África subsariana com maior dinâmica do produto, bastante acima da média de 5.8% registada naquela região no mesmo período.

Gráfico II.4.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e FMI.

Tal como nos últimos anos, a dinamização da atividade económica em 2011 esteve sobretudo ligada à produção dos sectores agrícola (incluindo pecuária, silvicultura e atividades relacionadas), transportes e comunicações (que continua a reforçar o seu peso) e indústria transformadora. À semelhança de 2010,

no seu conjunto, estes três sectores foram responsáveis por cerca de metade do crescimento real do produto no ano findo.

Na ótica da despesa e ainda que dominado pelo comportamento do consumo, principalmente privado (que terá aumentado 7.7% em termos reais em 2011), o crescimento económico contou com uma forte dinâmica das exportações de bens, sobretudo ligadas aos megaprojetos mas também nos produtos tradicionais. Contudo, a expansão de alguns megaprojetos e o programa de infraestruturização implementado pelo Estado induziram um aumento da procura de bens de investimento importados.

Para 2012, as projeções apresentadas apontam para algum abrandamento do ritmo de expansão da atividade económica, para 6.7%, decorrente da contínua degradação do ambiente económico externo. As dificuldades apresentadas por alguns dos principais parceiros comerciais moçambicanos, com os pertencentes à União Europeia a representarem mais de 50% das suas exportações, poderá provocar alguma moderação na procura externa dirigida ao país, bem como alguma diminuição nas entradas de capital do exterior (redução da ajuda e menor disponibilidade de crédito). Ainda assim, a remoção parcial de alguns constrangimentos ao nível de infraestruturas de transporte deverá permitir um bom desempenho do sector mineiro exportador (nomeadamente carvão), mitigando deste modo o impacto negativo da envolvente externa.

Gráfico II.4.2.

INFLAÇÃO | Variação mensal do IPC, em percentagem

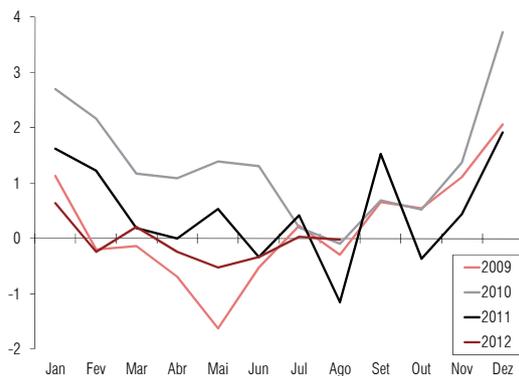
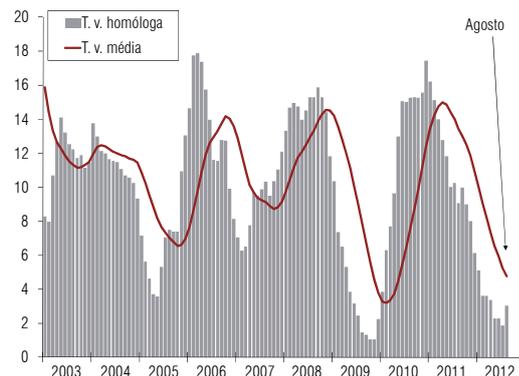


Gráfico II.4.3.

INFLAÇÃO | Variação anual do IPC, em percentagem



Fontes: Banco de Moçambique e INE de Moçambique.

Os esforços desinflationistas das autoridades moçambicanas conduziram a taxa de inflação a uma descida acentuada ao longo de 2011, terminando o ano em 6.1% em termos homólogos (17.4% em dezembro de 2010). Esta trajetória descendente, que se tem vindo a manter ao longo de 2012, reflete não só a implementação de uma política monetária mais restritiva (igualmente com reflexos na apreciação do metical), da adoção de uma política de alguma contenção orçamental (sobretudo no primeiro semestre) e da evolução favorável dos preços internacionais dos bens alimentares e dos produtos energéticos, para além da maior oferta interna de produtos frescos (frutas e vegetais, com peso elevado no cabaz do índice de preços).

Apesar do estabelecimento de condições monetárias mais acomodáticas, iniciado ainda em 2011 mas aprofundada ao longo de 2012, as projeções existentes apontam para que a inflação média se venha a fixar perto dos 7% no final do corrente ano.

II.4.3. CONTAS EXTERNAS

Apesar do bom comportamento das exportações de bens, o **défi ce corrente externo moçambicano aumentou em 2011, atingindo 14.4% do PIB (11.5% em 2010)**, substancialmente acima do inicialmente programado (11.9%), decorrente não só da subida das importações (relativas a bens de investimento), como da deterioração da balança de serviços e rendimentos.

Quadro II.4.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2009	2010	2011	2012
			Est.	Prog.
Balança Corrente	-12.2	-11.5	-14.4	-12.7
Balança Comercial	-12.8	-12.2	-12.2	-9.5
Exportações	21.5	24.2	23.9	21.9
Importações	-34.3	-36.4	-36.1	-31.4
Balança Serv. e Rend.	-7.1	-6.1	-8.6	-8.0
Transferências Correntes	7.7	6.8	6.4	4.8
Bal. Capitais e Financ.	12.9	11.6	18.4	14.1
Bal. Capitais	4.2	3.6	3.1	3.0
Bal. Financeira	8.7	8.0	15.3	11.2
dq: IDE (líq.)	8.9	8.2	18.0	11.2
Erros e Omissões	1.3	0.6	-1.2	0.0
Balança Global	1.9	0.6	2.8	1.4

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

As exportações moçambicanas evidenciaram um crescimento de 19% relativamente ao ano anterior, repercutindo a maior atividade dos megaprojetos e também a boa dinâmica das exportações tradicionais (madeira, caju e tabaco). Esse bom desempenho foi, no entanto, acompanhado por um aumento da procura de bens importados, principalmente de investimento, quer pelo sector privado como pelo público, tendo o saldo da balança comercial mantido o seu peso relativo (-12.2% do PIB).

Gráfico II.4.4.



Gráfico II.4.5.



Fontes: Banco de Moçambique.

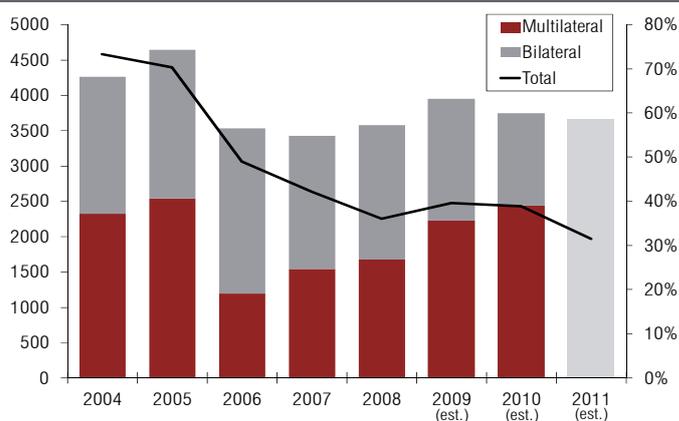
Deste modo, o principal factor conducente à degradação da balança corrente adveio do aumento registado no défi ce da balança de serviços e rendimentos, que se elevou a 8.6% do PIB em 2011 (6.1% do PIB em 2010), decorrente sobretudo de maiores importações de serviços relativos a

transportes e construção (ligada ao investimento), bem como dos montantes de dividendos repatriados pelos megaprojetos (praticamente inexistentes em 2010).

Igualmente liderado pelos megaprojetos, o volume de investimento direto externo mais que duplicou em 2011, relativamente ao ano anterior, elevando-se a 18% do PIB. Esta forte entrada de divisas possibilitou o reforço do excedente da balança de capitais e financeira e, conseqüentemente, da balança global, repercutindo-se num aumento das reservas externas do Banco de Moçambique em USD 321 milhões, garantindo um nível confortável equivalente a 5.2 meses das importações bens e serviços do ano.

Gráfico II.4.6.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA | Em milhões de USD, total em percentagem do PIB



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

Para 2012, espera-se um desagravamento do défice da balança corrente, para 12.7% do PIB, resultante principalmente da prevista melhoria da balança comercial. Tal como indiciam os dados relativos ao primeiro trimestre, a manutenção da boa dinâmica das exportações, nomeadamente dos megaprojetos, e a desaceleração das importações de bens, proporcionarão a redução do défice comercial para 9.5% do PIB. Em termos negativos, destaque para um novo aumento dos dividendos repatriados pelos megaprojetos e para a prevista redução dos donativos.

O financiamento do investimento público permitirá mitigar parcialmente a redução prevista do investimento direto externo, possibilitando a manutenção de um saldo positivo da balança global e, em consequência, sustentando as reservas externas num nível sensivelmente idêntico ao de 2011.

II.4.4. FINANÇAS PÚBLICAS

Tal como previsto no orçamento, as contas públicas moçambicanas evidenciaram uma deterioração em 2011, com o défice global a ascender a 5.4% do PIB (3.8% em 2010), sobretudo devido à aceleração do investimento público financiado externamente na segunda metade do ano. Contudo, o agravamento do défice ficou aquém do orçamentado (6.7% do PIB), graças a um bom comportamento da receita e a alguma contenção das despesas correntes. O saldo corrente registou deste modo um crescimento significativo, subindo a 2.7% do PIB (1.5% no ano anterior).

À semelhança de 2010, as receitas tributárias registaram um aumento considerável no ano findo, passando a representar cerca de 20% do PIB (+2.1 p.p.), decorrente sobretudo do esforço desenvolvido pela administração fiscal no aumento da sua eficácia. As melhorias introduzidas traduziram-se principalmente em arrecadações acima do orçamentado de impostos sobre o rendimento (em especial sobre as pessoas coletivas) e sobre o consumo (destacando-se as recuperações de IVA). Do lado das

receitas, de registar a contínua redução do peso dos donativos na estrutura de financiamento das contas públicas, representando apenas 8% do PIB no final de 2011 (8.9% do PIB em 2010), ainda que influenciado pela apreciação do metical ao longo do ano, a qual reduziu o valor dos donativos, quando expressos em moeda local.

Quadro II.4.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB				
	2009	2010	2011	2012
			Est.	Prog.
Receitas totais	27.1	29.3	30.5	28.8
Receitas correntes	17.6	20.3	22.5	22.2
Donativos	9.5	8.9	8.0	6.6
Despesas totais	32.6	33.1	35.9	35.2
Despesas correntes	18.0	18.7	19.9	19.8
Juros da dívida prog.	0.5	0.8	1.0	1.1
Desp. de capital	12.9	13.7	14.1	12.1
Empréstimos Líquidos	1.7	0.6	1.7	3.3
Saldo corrente	-0.4	1.5	2.7	2.4
Saldo global	-5.5	-3.8	-5.4	-6.4

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

Apesar de alguma contenção nas despesas correntes, patente principalmente nos encargos com a aquisição de bens e serviços, as despesas com o pessoal registaram um crescimento de 22.5% relativamente a 2010, elevando-se a perto de 10% do PIB. Ainda que esteja já em implementação a remoção gradual do subsídio aos combustíveis, registado na rubrica transferências e subsídios, este voltou a atingir em 2011 um montante importante, equivalente a 1.1% do PIB em 2011 (1.5% do PIB no ano anterior).

No segundo semestre de 2011 registou-se uma aceleração do programa de investimento público, sobretudo nos projetos financiados por donativos externos, impulsionando as despesas de capital para 14.1% do PIB no final do ano (13.7% em 2010) e determinando um agravamento do défice global para 5.4% do PIB. O financiamento deste défice foi feito sobretudo com recurso ao endividamento externo, embora em 2011 o Estado tenha igualmente recorrido ao sistema bancário, contrariando a tendência que se vinha verificando nos últimos anos.

A intenção de limitar os efeitos sobre a economia moçambicana do ambiente externo adverso, assim como a necessidade de manter os compromissos assumidos na recente estratégia de combate à pobreza¹ (um dos alicerces do PSI em vigor), levou as autoridades moçambicanas a prever para 2012 a manutenção de um nível de despesa semelhante ao de 2011. O orçamento para o corrente ano aponta deste modo para um novo ímpeto do investimento público e para a manutenção da despesa identificada como prioritária, procurando simultaneamente conter o crescimento da despesa com o pessoal (sobretudo nas contratações em áreas não prioritárias) bem como prosseguindo e acelerando a remoção gradual dos subsídios aos combustíveis (parcialmente contrariada pelos aumentos recentes dos preços do petróleo).

Face à prevista redução dos donativos, reflexo da crise internacional, e à antevisão de alguma desaceleração das receitas tributárias (já patente na execução conhecida relativa ao primeiro trimestre), espera-se um aumento do défice global para 6.4% do PIB em 2012. As maiores necessidades de financiamento deverão novamente ser cobertas por endividamento externo (sobretudo assistência do

¹ Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), de maio de 2011, que apresenta uma afetação estratégica de recursos em áreas consideradas prioritárias, com base nos objetivos gerais de (i) aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira, (ii) promoção de emprego e (iii) desenvolvimento humano e social. O documento salienta ainda que o alcance destes objetivos depende de um cenário macroeconómico estável e competitivo, uma gestão de finanças públicas eficiente e eficaz e uma governação transparente, íntegra e justa.

Banco Mundial), procurando limitar o recurso ao sistema bancário interno, como forma de evitar constrangimentos ao sector privado no acesso ao crédito bancário.

Gráfico II.4.7.

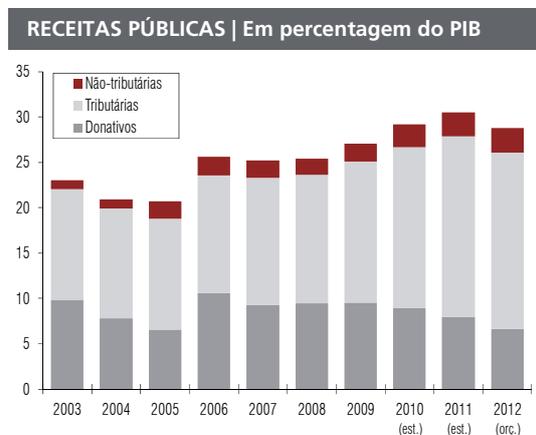
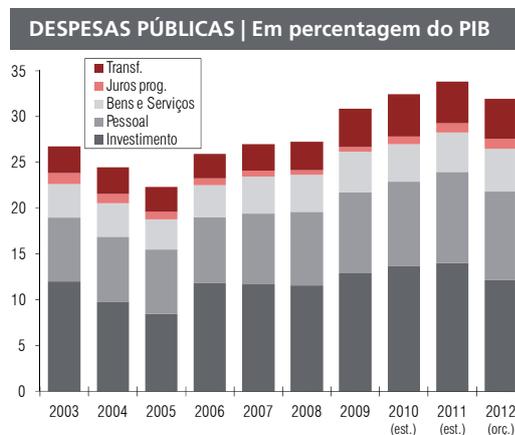


Gráfico II.4.8.



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

Esta pressão adicional sobre o endividamento externo, que se deverá manter nos anos seguintes fruto do programa de investimento traçado, foi objeto de avaliação de sustentabilidade por parte do FMI e do Banco Mundial em maio de 2012, a qual concluiu que os principais indicadores de dívida se mantêm dentro dos limites considerados sustentáveis, apesar de se antecipar o seu crescimento. Contudo, os testes de esforço efetuados revelaram que a dívida externa moçambicana apresenta algum grau de vulnerabilidade face a choques na taxa de câmbio (depreciação do metical) e nas exportações (queda dos preços internacionais do alumínio, produto que representa cerca de metade das exportações do país).

II.4.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

Face à necessidade de inverter a trajetória ascendente da inflação e de aumentar a capacidade de atração de capitais externos, o Banco de Moçambique adotou a partir de agosto de 2010 uma política monetária de cariz mais restritivo, que se prolongou durante grande parte de 2011. Essas medidas tomadas pelo banco central (que incluíram aumentos das taxas de referência e do coeficiente de reservas obrigatórias, bem como intervenções nos mercados cambiais) tiveram reflexos positivos na redução sustentada da inflação, tendo acabado por conter o crescimento da base monetária, que registou 8.5%, menos 6 p.p. que o previsto.

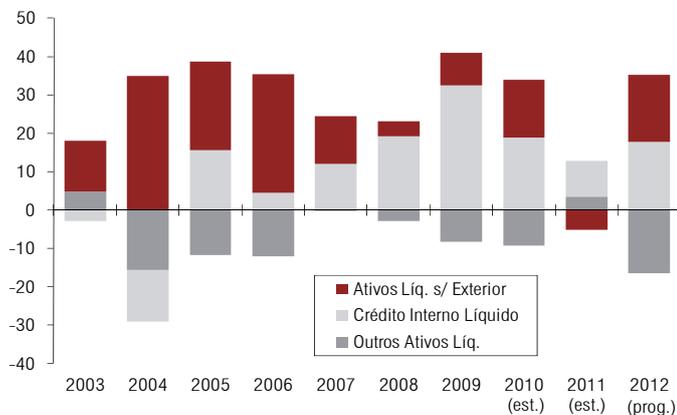
A massa monetária evidenciou também uma expansão abaixo da programada (7.8% em 2011, -10.5 p.p. que o valor projetado), prolongando e aprofundando a desaceleração iniciada em 2010. As medidas tomadas resultaram em algum abrandamento do crédito à economia, principalmente em moeda estrangeira, tendo o crédito concedido ao sector público mostrado um aumento relativamente significativo.

Em face dos resultados positivos conseguidos ao nível da contenção das pressões inflacionistas, a partir do terceiro trimestre de 2011, o Banco de Moçambique iniciou um processo de aligeiramento das condições monetárias, permitindo a libertação de liquidez bancária como forma de fomentar uma maior expansão do crédito ao sector privado. Deste então, e até setembro de 2012, a autoridade monetária procedeu a descidas da sua taxa de referência (relativa às operações de cedência de liquidez), em 6 p.p. em termos acumulados, para 10.5%, e do coeficiente de reservas de caixa, em 1 p.p., para 8%, para além de ter efetuado intervenções de cedência de liquidez nos mercados interbancários. O cariz mais

acomodatício da política monetária tem vindo a ser acompanhado de uma análise cuidada das previsões para a inflação e das condições praticadas no fornecimento de crédito à economia.

Gráfico II.4.9.

FATORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em percentagem do *stock* inicial da massa monetária



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

Estas descidas das taxas de referência propagaram-se às taxas de juro praticadas no mercado monetário interbancário e no mercado primário de Bilhetes do Tesouro, que evidenciaram reduções em torno dos 7 p.p., desde o início do ano, e às taxas praticadas nas operações bancárias, em cerca de 2 p.p., tanto nas ativas como nas passivas.

No quadro do programa acordado ao abrigo do PSI, a programação monetária efetuada para 2012 aponta para uma aceleração do crescimento do crédito à economia, como consequência da adoção de condições menos restritivas na política monetária. Consequentemente, a massa monetária deverá voltar a aumentar o seu ritmo de expansão, para 18,8%, acomodando igualmente um novo aumento do crédito líquido ao sector público administrativo para além do reforço das reservas externas do banco central.

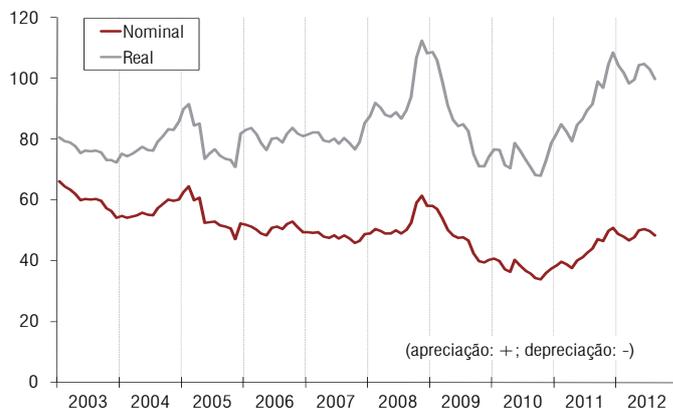
A gradual melhoria da coordenação com o Ministério das Finanças ao nível do enquadramento das operações de intervenção, assim como a nível da previsão de liquidez e do desenvolvimento dos mercados e instrumentos, fazem parte da estratégia das autoridades na preparação para um futuro regime de *inflation-targeting*. Paralelamente, e ainda que o sistema bancário tenha vindo a mostrar uma certa resiliência face à crise internacional, o banco central pretende reforçar a supervisão do sistema financeiro, através da realização regular de testes de esforço à liquidez bancária, por exemplo, da introdução de melhorias na cooperação com os supervisores das casas-mãe dos bancos estrangeiros presentes no território e do ajustamento dos planos de contingência para o sector bancário (nomeadamente na assistência de liquidez de emergência ou do enquadramento legal para a resolução de problemas no sector).

Seguindo um regime cambial de câmbios flutuantes, o banco central moçambicano recorre contudo a intervenções no mercado cambial interbancário como instrumento de regulação de liquidez e como meio de atenuação das pressões sobre a taxa de câmbio. Como reflexo das condições monetárias apertadas e das fortes entradas de capitais, em 2011, o metical evidenciou uma tendência de apreciação face às principais moedas de referência para Moçambique (dólar norte-americano, euro e rand sul-africano). A valorização acumulada foi mais significativa face ao rand sul-africano (37%), seguido do dólar norte-americano e do euro (25% e 20%, respectivamente). Com a inversão do cariz da política, registou-se, a partir de janeiro de 2012, uma inversão da trajetória, com o metical a desvalorizar cerca de 5% até agosto face ao rand sul-africano e ao dólar norte-americano e de quase

3% em relação ao euro. Esta evolução traduziu-se em movimentos no mesmo sentido em termos reais, com o respetivo índice cambial efetivo a denotar uma apreciação de 38% em 2011 e uma depreciação de 8% até agosto do corrente ano.

Gráfico II.4.10.

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA | Índices base 100: 2000, médias trimestrais



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

Em maio de 2011 as autoridades moçambicanas anunciaram a aceitação das obrigações previstas no Artigo VIII dos Estatutos do FMI, prosseguindo, faseadamente, com a eliminação efetiva de todas as restrições cambiais existentes sobre pagamentos e transferências relacionadas com transações correntes. O Banco de Moçambique tomou igualmente a decisão formal de acabar com práticas de taxas de câmbio diferenciadas (anteriormente existentes, por exemplo, entre as taxas praticadas no mercado cambial interbancário e as usadas nas transações do Banco de Moçambique com o Estado e o com o Banco Mundial). Neste contexto, o banco central continuará a controlar a implementação da nova lei cambial e dos seus regulamentos, bem como o funcionamento do mercado cambial, por forma a evitar a existência de práticas inconsistentes com as obrigações previstas no Artigo VIII.

Quadro A.II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS		2008	2009	2010	2011		2012		
	Unidades	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
PRODUTO E PREÇOS									
PIB nominal	milhões de EUR	6712	6835	6997	9351	8932	10071		
PIB real	t. var. anual	6.8	6.3	7.1	7.2	7.3	6.7		
Inflação (Índ.Preços no Consumidor)	t. var. homóloga	11.8	2.3	17.4	8.4	6.1	5.6	3.0	Ago.
	t. var. média	14.5	3.8	12.4	9.5	10.9	7.2	4.8	Ago.
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	25.6	27.1	29.3	29.1	30.5	28.8		
Despesas totais	% PIB	27.9	32.6	33.1	35.8	35.9	35.2		
Défice global	% PIB	-2.3	-5.5	-3.8	-6.7	-5.4	-6.4		
Défice global sem donativos	% PIB	-11.8	-15.0	-12.7	-14.5	-13.3	-13.0		
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-13.1	-1.6	-6.5	12.4	53.6	55.9	16.0	Jul. (c)
Crédito à economia	t. var. anual	45.9	58.6	29.3	17.8	6.4	22.7	5.5	Jul. (c)
Massa monetária (M3)	t. var. anual	20.3	32.6	24.6	18.3	7.8	18.8	9.8	Jul. (c)
TAXAS DE JURO									
Passiva, a 1 ano	t. anual	11.6	10.2	12.2		13.4		12.2	Jul.
Ativa, a 1 ano	t. anual	21.8	19.2	21.7		23.7		21.8	Jul.
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Export. mercadorias (em USD)	t. var. anual	10.0	-19.1	8.7	10.3	19.0	12.2		
Import. mercadorias (em USD)	t. var. anual	29.6	-6.1	2.6	10.2	19.2	6.5		
Balança corrente	% PIB	-11.9	-12.2	-11.5	-11.9	-14.4	-12.7		
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-19.6	-19.1	-17.8	--	-20.6	--		
Reservas oficiais	meses de import. (b)	4.7	5.4	5.4	5.0	5.2	5.2		
DÍVIDA EXTERNA									
Stock total	milhões de EUR	2423	2707	2717		2638			
	% PIB	36.1	39.6	38.8		31.5			
	% exportações (b)	119.2	142.9	137.9		108.0			
Serviço da dívida	% exportações (b)	2.3	1.8	2.3		2.1			
TAXAS DE CÂMBIO									
MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	35.72	38.95	45.44		40.28		35.91	Ago.
MZM/USD (mercado oficial)	t. média	24.17	26.71	32.99		29.06		28.53	Ago.
MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	25.15	29.24	35.65		31.04		29.47	Ago.
ITCE nominal (base 100: 2000) (a)	t. variação (c)	19.2	-30.5	-7.1		35.4		-4.6	Ago.
ITCE real (base 100: 2000) (a)	t. variação (c)	26.8	-31.4	5.9		37.9		-7.9	Ago.

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -); (b) De bens e serviços; (c) Variação face a dezembro do ano anterior.

Quadro A.II.4.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, em milhões de MZM						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
Sector primário	52 829	67 231	71 652	89 229	102 049	
Agricultura e pecuária	49 431	63 436	67 425	83 974	96 335	
Pesca	3 398	3 795	4 227	5 255	5 714	
Sector secundário	49 338	52 211	57 134	69 103	76 364	
Indústria extrativa	2 967	3 350	3 566	4 074	5 042	
Indústria transformadora	29 370	30 906	34 449	39 880	43 104	
Eletricidade e água	11 065	11 322	11 586	13 277	14 828	
Construção	5 936	6 633	7 533	11 872	13 390	
Sector terciário	88 484	101 223	113 536	132 159	152 614	
Comércio e Reparações	28 970	33 581	37 735	46 400	55 877	
Restaurantes e Hotéis	3 081	3 504	3 904	4 837	6 205	
Transportes e Comunicações	19 011	22 237	24 913	28 666	33 030	
Serviços Financeiros	9 088	9 522	10 508	12 034	12 813	
Aluguer de Imóveis	12 225	13 331	14 254	14 883	15 726	
Serviços Públicos	18 164	21 206	24 751	28 109	31 805	
Outros	-2 055	-2 158	-2 529	-2 770	-2 842	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	190 652	220 664	242 322	290 491	331 028	
Impostos indirectos	16 991	19 111	23 891	27 487	28 753	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	207 644	239 775	266 213	317 978	359 780	426 000
Consumo	191 136	222 204	248 737	285 093	325 903	367 048
Público	24 738	29 691	34 368	44 020	48 896	
Privado	166 398	192 513	214 369	241 073	277 007	
Investimento	31 783	41 708	39 796	58 674	70 331	97 128
Formação Bruta de Capital Fixo	33 504	39 614	43 959	51 862	64 701	
Variação de Existências	-1 721	2 094	-4 163	6 812	5 630	
Procura interna	222 919	263 912	288 533	343 767	396 234	464 176
Exportações de bens e serviços	64 146	72 638	73 799	89 565	98 372	109 669
Procura global	287 065	336 550	362 332	433 332	494 606	573 844
Importações de bens e serviços	79 423	96 775	96 119	115 354	134 826	147 844
<i>Para memória:</i>						
Poupança interna bruta	16 508	17 571	17 476	32 885	33 877	58 952
PIBpm nominal (milhões de USD)	8 123	9 919	9 967	9 640	11 607	14 200
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	7.4	8.1	4.4	11.5	5.4	11.0
PIBpm nominal (variação anual em %)	15.2	15.5	11.0	19.4	13.1	18.4
PIBpm real (variação anual em %)	7.3	6.8	6.3	7.1	7.3	6.7

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2002	Dezembro	2.5	9.1	17.3
2003	Dezembro	2.8	11.4	11.5
2004	Dezembro	1.9	9.3	11.4
2005	Dezembro	3.9	13.1	7.0
2006	Dezembro	2.2	8.1	13.6
2007	Dezembro	3.2	12.1	9.2
2008	Dezembro	0.9	11.8	14.5
2009	Dezembro	2.1	2.3	3.8
2010	Dezembro	3.7	17.4	12.4
2011	Dezembro	1.9	6.1	10.9
2011	Janeiro	1.6	16.2	13.5
	Fevereiro	1.2	15.1	14.2
	Março	0.2	14.0	14.7
	Abril	0.0	12.8	15.0
	Maio	0.5	11.8	14.9
	Junho	-0.3	10.0	14.4
	Julho	0.4	10.2	14.0
	Agosto	-1.1	9.1	13.5
	Setembro	1.5	10.0	13.0
	Outubro	-0.4	9.0	12.5
	Novembro	0.4	8.0	11.9
	Dezembro	1.9	6.1	10.9
2012	Janeiro	0.6	5.1	10.0
	Fevereiro	-0.2	3.6	9.0
	Março	0.2	3.6	8.2
	Abril	-0.2	3.4	7.4
	Maio	-0.5	2.3	6.6
	Junho	-0.3	2.3	5.9
	Julho	0.0	1.9	5.3
	Agosto	0.0	3.0	4.8

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do BP.

Notas: Em 2004, foi alterada a base de cálculo do IPC (para dezembro de 2004) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.4.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD								
	2008	2009	2010	2011			2012	
				Est.	Prog.	Trim. I	Est.	Prog.
Balança Corrente	-1179	-1220	-1113	-1380	-386	-1673	-1803	-524
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-1948</i>	<i>-1901</i>	<i>-1718</i>	<i>--</i>	<i>-610</i>	<i>-2394</i>	<i>--</i>	<i>-683</i>
Balança comercial	-990	-1275	-1179	-1297	-475	-1411	-1344	-431
Exportações (f.o.b.)	2653	2147	2333	2574	635	2776	3116	963
dq: Megaprojetos	1851	1311	1668	1960	--	2015	2325	--
Importações (c.i.f.)	-3643	-3422	-3512	-3871	-1110	-4187	-4460	-1394
dq: Megaprojetos	-754	-791	-900	-1035	--	-1547	-1508	--
Balança de serviços	-410	-457	-506	-615	-180	-794	-895	-185
Balança de rendimentos	-631	-251	-85	-225	11	-207	-239	-38
dq: Dividendos dos Megaprojetos	-492	-224	0	-219	--	-157	-254	--
Juros programados	-28	-20	-30	--	-9	-35	--	-11
Transferências correntes	852	763	657	757	258	738	675	131
Transferências oficiais	768	682	605	--	224	721	--	160
dq: Donativos externos	778	687	605	675	225	725	661	160
Transferências privadas	84	82	52	--	34	17	--	-29
Balança de Capitais e Financeira	1190	1288	1116	1471	201	2131	2005	292
Balança de Capitais	421	422	348	431	72	355	422	73
Balança Financeira	769	866	768	1040	129	1777	1583	219
Investimento direto estrangeiro (líq.)	587	890	790	867	84	2090	1590	182
Endividamento do SPA (líq.)	342	434	468	885	63	530	926	123
Endividamento do sector privado (líq.)	-97	-487	-348	-343	100	-610	-671	-135
Outras operações (líq.) ^(a)	-64	28	-142	-368	-118	-234	-261	48
Erros e Omissões	111	126	56	0	144	-136	0	179
Balança Global	122	194	58	91	-42	322	200	-52
Financiamento	-122	-194	-58	-91	42	-322	-200	52
Variação das reservas oficiais ^(a)	-140	-352	-87	-89	36	-321	-198	47
Utilização de fundos do FMI (líq.) ^(b)	0	156	18	-2	5	-2	-2	5
Financiamento excepcional	18	2	10	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferencial de Financiamento ^(c)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: **(a)** Em 2009 inclui a mobilização da alocação de DSE de 108.8 milhões, registada como passivos no investimento das autoridades monetárias, com contrapartida no aumento das reservas oficiais; **(b)** Desembolsos em 2009 e 2010 relativos ao acordo ao abrigo da *Exogenous Shocks Facility*; **(c)** Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2004 a 2011
África do Sul	12.9	16.2	15.2	17.2	9.2	21.4	21.6	22.2	17.2
Bélgica	0.6	0.1	0.1	0.3	0.5	0.7	0.4	0.4	0.4
China	1.6	1.9	1.4	1.7	1.6	3.5	3.9	2.0	2.2
Espanha	2.5	1.9	1.8	1.5	1.3	1.5	1.7	2.8	1.9
E.U.A.	0.6	2.2	0.3	0.2	0.5	1.9	0.9	0.3	0.8
Países Baixos	60.9	59.7	59.7	61.8	55.5	41.6	51.0	48.9	54.5
Índia	2.2	1.5	1.3	0.7	0.8	2.6	1.5	2.2	1.6
Malawi	3.3	2.8	1.0	0.7	1.4	2.2	1.2	3.6	1.9
Portugal	2.8	1.2	1.2	1.3	0.8	1.5	4.7	2.9	2.0
Zimbabwe	2.3	2.9	3.2	2.9	2.1	3.4	3.2	3.6	3.0
Outros	10.3	9.6	14.7	11.7	26.2	19.6	10.0	11.2	14.6

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2004 a 2011
África do Sul	41.4	42.9	36.3	32.4	29.1	35.5	51.2	37.0	37.9
Austrália	0.1	0.7	0.1	0.3	0.1	0.6	0.1	1.0	0.4
China	2.0	2.5	2.6	3.5	3.9	4.6	5.7	6.4	4.2
E.U.A.	2.4	2.6	2.2	2.7	4.0	3.6	0.5	2.8	2.6
França	1.7	0.9	0.8	0.8	0.6	0.8	0.3	1.1	0.8
Países Baixos	11.0	11.5	15.6	14.5	17.4	13.0	16.5	9.8	13.8
Índia	3.1	3.6	3.2	4.4	3.6	6.5	1.1	4.3	3.8
Japão	0.8	0.8	0.6	3.1	3.2	3.8	5.5	3.1	2.9
Portugal	3.3	3.6	3.3	3.5	2.9	3.8	8.0	4.0	4.2
Outros	34.3	30.9	35.3	34.9	35.2	28.0	11.0	30.5	29.4

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.7.

DÍVIDA EXTERNA Em milhões de USD					
	2007	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Dívida de médio ou longo prazo	3 424.0	3 581.3	3 947.7	3 743.6	3 656.2
Credores multilaterais	1 543.4	1 672.9	2 229.0	2 436.6	--
Credores bilaterais	1 880.6	1 908.4	1 718.8	1 307.0	--
Países da OCDE	639.6	560.1	216.9	326.7	--
Países do Club de Paris (não OCDE)	159.9	159.9	159.7	158.1	--
Países da Europa de Leste	107.1	107.2	227.5	148.5	--
Outros países	974.0	1 081.2	1 342.3	673.7	--
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--
Dívida Externa Total	3 424.0	3 581.3	3 947.7	3 743.6	3 656.2
Serviço da dívida de m/l prazo programado	47.6	69.1	49.2	63.2	72.7
Capital	31.9	41.5	28.7	33.1	37.7
Juros	15.7	27.6	20.4	30.1	35.0
	<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>				
Dívida externa total	136.4	119.2	142.9	137.9	108.0
Serviço de dívida	1.9	2.3	1.8	2.3	2.1
	<i>(em % do PIB)</i>				
Dívida externa total	42.2	36.1	39.6	38.8	31.5

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de MZM									
	2008	2009	2010	2011			2012		
	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est.	<i>g.e.</i> ^(a)	Orç.	Trim. I	<i>g.e.</i> ^(a)
1. Receitas Totais ^(b)	61.33	72.03	93.18	104.70	109.75	104.8	122.68	24.64	20.1
1.1. Receitas correntes	38.27	46.73	64.48	76.79	81.12	105.6	94.57	18.96	20.0
Receitas não-tributárias	4.25	5.26	7.94	9.23	9.58	103.8	11.66	2.91	25.0
Receitas tributárias	34.02	41.47	56.54	67.56	71.54	105.9	82.91	16.04	19.4
Impostos sobre o rendimento	11.72	13.72	18.48	22.01	24.89	113.1	27.49	5.24	19.0
Impostos sobre o consumo	18.05	22.89	31.69	37.69	38.42	101.9	45.76	8.49	18.5
Imp. s/ comércio internacional	3.59	4.08	5.26	6.53	6.73	103.1	8.00	1.63	20.4
Outros impostos	0.65	0.78	1.10	1.33	1.51	113.5	1.66	0.69	41.4
1.2. Donativos	22.64	25.30	28.34	27.91	28.63	102.6	28.11	5.68	20.2
2. Despesas Totais ^(c)	66.89	86.70	105.19	128.94	129.10	100.1	150.09	26.11	17.4
2.1. Despesas correntes ^(d)	37.63	47.87	59.56	72.99	71.50	98.0	84.46	18.91	22.4
Despesas com o pessoal	19.27	23.62	29.11	36.25	35.66	98.4	41.35	10.75	26.0
Bens e serviços	9.71	11.72	13.09	16.85	15.57	92.4	19.84	3.90	19.7
Transferências e subsídios	7.40	11.17	14.69	16.58	16.46	99.3	18.63	3.21	17.3
Juros da dívida programados	1.26	1.36	2.67	3.31	3.58	108.2	4.63	0.97	21.0
2.2. Despesas de Capital	27.74	34.41	43.70	44.27	50.60	114.3	51.74	7.03	13.6
Financiamento Interno	10.93	11.72	20.03	18.77	20.32	108.3	24.26	4.11	16.9
Financiamento Externo	16.81	22.69	23.67	25.50	30.28	118.7	27.48	2.93	10.7
2.3. Empréstimos Líquidos	1.52	4.42	1.93	11.68	6.17	52.8	13.89	0.08	0.5
3. Saldo Corrente: (1.1-2.1)	0.64	-1.15	4.92	3.80	9.63	--	10.11	0.05	--
4. Saldo Global s/ Donativos: (1-2-1.2)	-28.20	-39.97	-40.35	-52.15	-47.98	--	-55.52	-7.15	--
5. Saldo Global: (1-2)	-5.57	-14.67	-12.01	-24.24	-19.35	--	-27.41	-1.47	--
6. Financiamento	5.57	14.67	12.01	24.24	19.35	--	27.41	1.34	--
6.1. Interno (líq.) ^{(e), (f)}	-4.08	1.17	-1.23	2.09	3.36	160.8	2.50	0.71	28.5
dq: Sistema bancário	-1.31	-0.18	-0.74	1.52	6.55	--	3.17	--	--
6.2. Externo (líq.)	9.65	13.50	13.25	22.15	15.99	72.2	24.91	0.63	2.5
Desembolsos ^(e)	9.56	14.20	14.28	23.26	17.11	73.6	27.19	1.02	3.8
Amortizações	-0.75	-0.70	-1.03	-1.11	-1.12	100.9	-2.27	-0.39	17.2
7. Diferencial de Financiamento ^(g)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	--	0.00	-0.13	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Inclui receitas não discriminadas; (c) Inclui despesas não discriminadas; (d) Inclui outras despesas correntes; (e) Inclui movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; (f) Para 2009 e 2010 inclui receitas de privatizações; (g) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Em mil milhões de MZM												
	2009	2010	2011		2011/2010		2012	2012p/2011		2012	2012	2012
	Est.	Est.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Jun.	Jul.
Ativos Líq. s/ Exterior	63.8	79.9	75.2	73.0	-8.6	-5.1	98.2	34.5	17.5	72.1	77.8	82.2
Banco Central	49.7	57.1	59.6	56.9	-0.4	-0.2	73.0	28.3	11.2	55.4	60.0	64.5
Disponib. s/ Exterior	59.6	68.9	--	66.9	-2.9	-1.5	--	--	--	65.8	70.3	75.0
Responsab. s/ Exterior	-10.0	-11.8	--	-10.0	-15.1	1.3	--	--	--	-10.4	-10.3	-10.5
Bancos Comerciais	14.1	22.8	15.7	16.1	-29.2	-5.0	25.2	56.2	6.3	16.6	17.8	17.7
Crédito Interno Total	60.0	80.2	98.1	92.6	15.5	9.3	118.1	27.6	17.7	95.1	100.4	98.8
Crédito líquido ao S.P.A.	-11.5	-12.2	-10.7	-5.7	53.6	4.9	-2.5	55.9	2.2	-4.0	-2.6	-4.8
Crédito concedido	28.7	22.9	--	37.7	64.2	11.0	--	--	--	44.7	47.0	43.8
Depósitos	-38.7	-34.3	--	-43.0	25.4	-6.5	--	--	--	-48.6	-49.5	-48.4
Moeda nacional	-38.0	-34.0	--	-42.9	26.4	-6.7	--	--	--	-48.5	-49.4	-48.4
Moeda estrangeira	-0.7	-0.3	--	-0.1	-79.9	0.2	--	--	--	-0.1	-0.1	-0.1
Fundos consignados	-1.5	-0.9	--	-0.3	-61.3	0.4	--	--	--	-0.1	-0.1	-0.1
Crédito à economia	71.4	92.4	108.8	98.3	6.4	4.4	120.6	22.7	15.5	99.1	102.9	103.6
Moeda nacional	48.7	65.2	76.9	76.5	17.3	8.4	94.0	22.9	12.2	76.7	78.5	78.6
Moeda estrangeira	22.8	27.2	31.9	21.8	-19.8	-4.0	26.6	22.1	3.3	22.4	24.4	25.0
Outras Rubricas (líq.)	-16.6	-26.6	-15.5	-21.8	-18.1	3.6	-45.5	108.7	-16.5	-24.0	-22.2	-23.2
Total do Ativo	107.1	133.4	157.8	143.8	7.8	--	170.8	18.8	--	143.1	155.9	157.9
Massa Monetária (M3)	107.1	133.4	157.8	143.8	7.8	7.8	170.8	18.8	18.8	143.1	155.9	157.9
Base monetária	24.5	31.6	36.2	34.3	8.5	2.0	41.2	20.1	4.8	31.0	34.1	34.8
Circulação monetária	13.1	17.4	24.6	17.5	0.5	--	21.9	25.3	--	15.3	17.5	17.6
Depósitos à ordem	60.8	73.7	82.1	80.1	8.6	--	93.5	16.7	--	80.2	87.7	88.5
Quase-moeda	33.2	42.3	51.1	46.2	9.3	--	55.4	19.9	--	47.7	50.7	51.8
Total do Passivo	107.1	133.4	157.8	143.8	7.8	--	170.8	18.8	--	143.1	155.9	157.9

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro A.II.4.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem										
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012	2012	
		Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Jul.	
Depósitos	91-180 dias		12.1	11.2	8.8	11.5	12.7	12.5	11.6	10.8
	181-365 dias		12.7	11.6	10.2	12.2	13.4	12.9	12.6	12.2
	1-2 anos		12.2	11.1	9.4	14.3	13.2	11.5	11.4	11.4
Crédito	Até 180 dias		23.0	22.0	18.6	22.0	24.4	23.4	22.0	22.9
	181-365 dias		22.2	21.8	19.2	21.7	23.7	22.9	22.0	21.8
	1-2 anos		22.1	20.7	18.8	22.6	24.9	24.6	23.7	23.1
Taxas de Referência										
	Facilidade Perm. de Cedência		15.5	14.5	11.5	15.5	15.0	13.8	11.5	11.5
	Bilhetes do Tesouro (91 dias) ^(a)		14.8	14.0	9.5	14.7	11.8	8.6	4.2	3.8
	MMI sem garantia (Até 7 dias)		13.9	12.4	8.0	13.1	11.7	8.8	6.6	3.8

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Por não terem existido operações neste prazo, os valores de março e junho de 2012 correspondem aos meses imediatamente anteriores (fevereiro e maio).

Quadro A.II.4.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias											
	MZM/EUR			MZM/USD					MZM/	ITCE ^(a)	
	Oficial (Of)	Livre (Li)	Li/Of (%)	Oficial (Of)	Paralelo (Pa)	Livre (Li)	Pa/Of (%)	Li/Of (%)	/ZAR Livres	base 100: 2000	
										Nom.	Real
2000	13979.9	14044.8	0.46	15140.9	15995.9	15254.1	5.65	0.75	2187.1	100.00	100.00
2001	18293.7	18515.4	1.21	20455.5	21145.4	20706.5	3.37	1.23	2537.1	82.03	87.03
2002	21896.4	22370.7	2.17	23180.4	24281.3	23665.4	4.75	2.09	2373.7	76.88	90.51
2003	26360.4	26874.1	1.95	23340.9	24248.7	23782.3	3.89	1.89	3187.7	60.26	76.18
2004	27457.0	27782.7	1.19	22130.9	23165.5	22581.3	4.67	2.04	3523.4	56.51	78.36
2005	28337.5	28576.1	0.84	22936.3	23614.4	23068.4	2.96	0.58	3617.1	54.19	78.38
2006 ^(b)	32.18	31.38	-2.47	24.98	26.93	26.03	7.82	4.18	3.77	50.60	80.72
2007	35.57	35.02	-1.55	25.56	26.64	25.84	4.24	1.09	3.67	47.95	80.30
2008	35.72	35.49	-0.65	24.17	25.15	24.30	4.05	0.52	2.98	52.18	94.03
2009	38.95	37.25	-4.37	26.71	29.24	27.52	9.47	3.03	3.33	47.33	85.48
2010	45.44	43.63	-3.99	32.99	35.65	33.96	8.09	2.95	4.65	37.13	73.29
2011	40.28	40.46	0.45	29.06	31.04	29.07	6.81	0.03	4.04	42.58	89.81
2011											
Janeiro	43.03	43.51	1.12	32.48	35.42	32.65	9.06	0.51	4.73	38.48	81.88
Fevereiro	42.82	43.00	0.42	31.51	33.83	31.63	7.36	0.37	4.41	39.64	84.79
Março	43.45	43.42	-0.07	31.01	32.62	31.05	5.18	0.14	4.50	38.88	82.36
Abril	44.97	44.33	-1.42	30.71	32.27	30.73	5.09	0.06	4.57	37.65	79.38
Maiο	42.52	43.09	1.34	30.11	31.65	30.10	5.11	-0.03	4.38	40.04	84.66
Junho	41.39	41.96	1.38	29.16	30.65	29.16	5.09	0.00	4.30	41.03	86.49
Julho	39.79	40.22	1.08	28.17	30.30	27.97	7.55	-0.72	4.12	42.49	89.38
Agosto	39.18	39.29	0.28	27.38	30.26	27.22	10.53	-0.57	3.86	44.03	91.41
Setembro	37.00	37.38	1.03	27.15	29.66	27.19	9.24	0.15	3.62	47.10	98.87
Outubro	38.31	37.14	-3.05	27.05	29.51	27.11	9.08	0.21	3.42	46.48	96.94
Novembro	35.92	36.53	1.70	26.95	28.26	26.94	4.86	-0.03	3.31	49.87	104.51
Dezembro	34.96	35.65	1.97	27.02	28.04	27.07	3.77	0.19	3.31	50.73	108.42
2012											
Janeiro	35.74	35.08	-1.85	27.18	29.50	27.26	8.54	0.29	3.41	48.67	104.40
Fevereiro	35.99	35.94	-0.14	27.17	29.05	27.27	6.90	0.38	3.57	47.89	101.82
Março	36.85	36.25	-1.63	27.46	28.73	27.64	4.62	0.64	3.64	46.66	98.32
Abril	36.53	36.51	-0.05	27.76	29.05	27.98	4.63	0.79	3.58	47.62	99.65
Maiο	34.98	35.33	1.00	27.63	28.63	27.88	3.63	0.92	3.42	50.05	104.22
Junho	34.82	34.95	0.37	27.89	28.60	28.09	2.56	0.70	3.36	50.42	104.77
Julho	34.68	34.44	-0.69	28.03	28.97	28.21	3.35	0.66	3.42	49.82	103.06
Agosto	35.91	35.98	0.18	28.53	29.47	28.80	3.29	0.96	3.49	48.37	99.84

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -); (b) Em julho de 2006 foi efetuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



ÁREA: 997 KM²

CAPITAL: Cidade de São Tomé

POPULAÇÃO: 187.4 milhares
(2011; fonte: INE-STP)

MOEDA: Dobra

Os principais destaques da conjuntura em meados de 2012 vão para a tendência de descida da inflação, que chegou a atingir níveis historicamente baixos, e para o reforço da consolidação orçamental, genericamente prevalecente desde 2008. Foi também preservado um ritmo apreciável de crescimento económico, assim como um nível suficiente de reservas cambiais, num contexto de melhoria modesta mas generalizada da posição externa.

II.5.1. SÍNTESE

As fragilidades macroeconómicas e estruturais de São Tomé e Príncipe são reconhecidamente profundas, assim como as suas debilidades socioeconómicas, cuja ultrapassagem é assumida pelos próprios responsáveis santomenses como um desafio prioritário mas moroso. Não obstante a relevância desses constrangimentos, é possível constatar que a economia santomense tem conhecido progressos assinaláveis, em vários domínios, no decurso dos últimos anos – progressos esses enquadrados por diversas iniciativas das autoridades santomenses, de que são exemplo recente a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016 (ENRP), o novo programa de ajustamento apoiado pelo FMI (em vigor desde julho de 2012, na sequência de dois outros programas anteriormente executados) e o Acordo de Cooperação Económica (ACE) vigente com Portugal (que as autoridades santomenses encaram como elemento de suporte ao regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, adotado em 2010).

Quadro II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS						
	2009	2010	2011	2011	2012	2013
	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	4.0	4.5	4.5	4.9	4.5	5.5
Inflação (t.v.a. homóloga)	16.1	12.9	12.0	11.9	8.0	6.0
Massa monetária (t.v.anual)	8.2	25.1		10.5	6.1	15.2
Balança corrente e de capital (% PIB)	3.9	-27.7	-25.1	-25.3	-17.8	-23.0
Saldo orçamental global (% PIB)	-18.0	-10.4	-27.7	-12.0	-6.8	-12.3
Saldo primário interno (% PIB)	-8.1	-4.1	-4.0	-3.0	-3.2	-3.1
Dívida externa (% PIB)	69.2	78.8		74.9		

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

A evolução da conjuntura macroeconómica ao longo de 2011 e do primeiro semestre de 2012 esteve genericamente em consonância com essa dinâmica de progresso, conforme fica patente nas principais tendências observadas: a intensificação do ritmo de crescimento económico, a redução modesta mas generalizada dos desequilíbrios externos, a expansão moderada da liquidez, a preservação das reservas cambiais em patamares relativamente confortáveis e ainda, em especial, os dois elementos que serão porventura merecedores de maior destaque – o aprofundamento da consolidação orçamental e o abrandamento da cadência inflacionária.

A relevância assumida pelas fragilidades estruturais manifesta-se, porém, de várias formas – entre as quais uma acentuada volatilidade da conjuntura em função de diferentes fatores exógenos. Foi o que sucedeu no segundo trimestre de 2012, quando a inflação voltou a subir, refletindo essencialmente as dificuldades surgidas com a produção e a distribuição internas de bens alimentares básicos. Este período foi também marcado por uma alteração das condições monetárias, com uma expansão mais acelerada do crédito interno e da liquidez, em paralelo com uma deterioração das reservas cambiais (embora esta tenha sido posteriormente revertida, de acordo com dados preliminares).

Antes de sofrer o impacto negativo das dificuldades no mercado dos bens alimentares, a inflação tinha caído para 8.0% em abril de 2012 – ou seja, o valor mais baixo de que há registo com a atual série do índice de preços (iniciada em 1993). Sustentado ao longo de um ano, o abrandamento da cadência inflacionária conjugou-se com a apreciação do dólar (a partir do terceiro trimestre de 2011), permitindo assim a estabilização da moeda santomense, em termos efetivos reais – ou seja, a preservação das condições de competitividade-preço face ao exterior. Além da inflação, é para as finanças públicas que vai o maior destaque positivo da evolução conjuntural recente, com o défice primário interno a cair para 3.0% do PIB em 2011 (cerca de um ponto percentual abaixo do orçamentado e do verificado no ano anterior) – confirmando a tendência de consolidação genericamente prevalecente desde 2008.

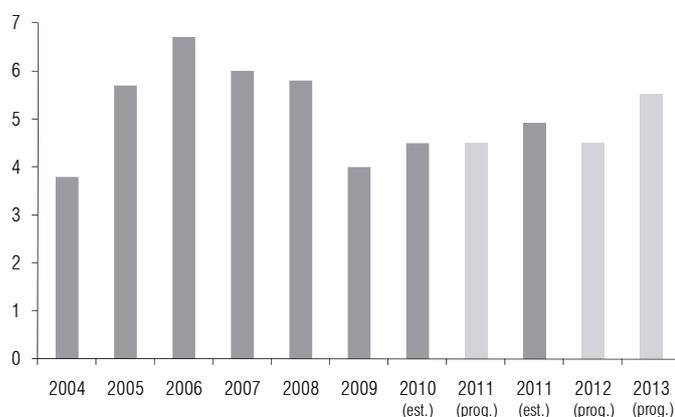
II.5.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O ritmo de expansão da atividade económica em São Tomé e Príncipe vem acelerando gradualmente desde 2009, estimando-se até que tenha superado as expectativas em 2011 – embora se anteveja também um abrandamento transitório no ano em curso (cf. Gráfico II.5.1.). A retração de 2009 tinha sido essencialmente determinada pelo impacto da crise internacional, que afetou a economia santomense de diversas formas mas permitiu, todavia, a manutenção de um ritmo de crescimento ainda bastante robusto. Aliás, desde o início do milénio que invariavelmente se registam ganhos anuais de rendimento *per capita* – mesmo utilizando a taxa de crescimento populacional agora apurada, depois do censo geral de 2011 (mais elevada do que antes se admitia): um aumento médio anual de 3.13% desde 2001, que levou a população santomense a cifrar-se em 187 356 habitantes.

A evolução favorável da atividade económica em 2011 (com um crescimento real de 4.9% face ao ano anterior, ou seja 4 décimas acima do programado) terá ficado a dever-se, em larga medida, ao bom desempenho de duas variáveis cruciais. Por um lado, a ajuda externa, que sustenta o investimento público e só em finais de 2010 começou realmente a recuperar (com destaque para a reabilitação da rede viária), após quase dois anos de relativa retração. Por outro lado, o investimento direto estrangeiro, que tinha acusado uma quebra acentuada em 2009 e recuperou significativamente a partir do segundo semestre de 2010. Em termos sectoriais, apesar de não estarem ainda disponíveis valores desagregados para as contas nacionais relativas aos anos mais recentes, há indicações de um bom desempenho, em 2011, por parte de sectores como a construção, a agricultura, o turismo e outros serviços.

Gráfico II.5.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual, em percentagem



Fontes: BCSTP e FMI.

Já o relativo abrandamento da atividade que se projeta para o conjunto de 2012 deverá refletir fatores como a queda esperada do investimento estrangeiro (repercutindo o atraso na execução de certos projetos estruturantes), uma campanha agrícola menos favorável (no caso de determinadas culturas) e a desaceleração do crédito à economia (cujo ritmo de 2009/2010 se afigurava, porém, insustentável). As perspetivas para 2013 e para os anos imediatos – tal como vêm espelhadas na nova ENRP e no novo programa apoiado pelo FMI – são, contudo, bastante positivas, antecipando-se uma intensificação do crescimento (até ao patamar dos 6%), graças ao impacto induzido pelos projetos de investimento em curso, por diversas reformas estruturais favoráveis ao crescimento e ainda pelo início da exploração petrolífera (que tanto as autoridades como o FMI admitem agora poder ocorrer em 2015).

Ao mesmo tempo que vai evidenciando um ritmo de crescimento bastante apreciável, a economia santomense tem igualmente registado avanços significativos no tocante à estabilização nominal, particularmente patente no abrandamento gradual da cadência inflacionária – embora com oscilações,

que refletem a sua vulnerabilidade em relação a diferentes fatores específicos. Entre estes últimos, destacam-se dois: por um lado, as subidas dos preços internacionais das matérias-primas (alimentos e combustíveis), que foram determinantes para os surtos inflacionistas de 2008 e 2011; por outro lado, as dificuldades recorrentes com a produção e o abastecimento internos de certos bens alimentares (em parte devidas a fatores climáticos). A relevância deste segundo fator foi especialmente notória em maio e junho de 2012, quando a variação do índice geral de preços (3.9% em termos cumulativos – cf. Gráfico II.5.3.) se ficou essencialmente a dever ao aumento de 63.1% registado nesse período pelo subgrupo de Frutas e Legumes (cujo peso no referido índice geral corresponde a 10.9%).

Gráfico II.5.2.

INFLAÇÃO | Variação anual do IPC, em percentagem

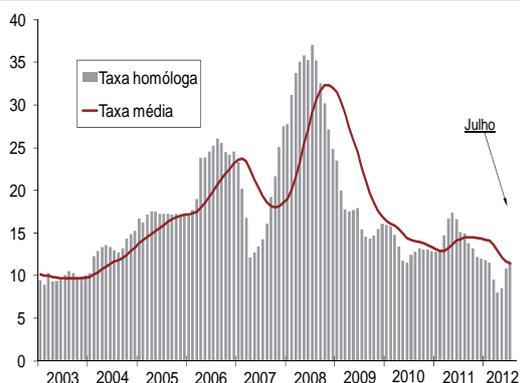
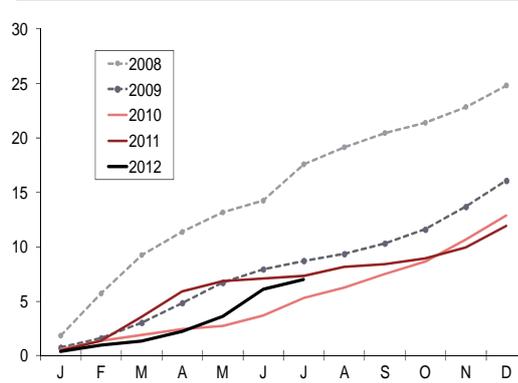


Gráfico II.5.3.

INFLAÇÃO | Variação acumulada do IPC (no ano), em percentagem



Fontes: BCSTP.

Esse fenómeno pontual foi decisivo para contrariar a tendência fortemente favorável que a inflação vinha evidenciando até abril de 2012 (cf. Gráfico II.5.2.). De facto, a taxa de variação homóloga anual do IPC tinha, nessa altura, caído para o nível mais baixo alguma vez verificado com a atual série (iniciada em 1993). O valor de 8.0% então apurado, após onze quebras mensais consecutivas, corresponde a patamares que só tinham sido atingidos, de forma sustentada, no início do milénio – desde dezembro de 2003 que a inflação homóloga anual não descia dos dois dígitos. A evolução favorável tinha, aliás, permitido já que fosse respeitada a meta (revista) de 12.0% estipulada para dezembro de 2011 no âmbito do programa apoiado pelo FMI.

O abrandamento tendencial da cadência inflacionária desde 2008 ficou a dever-se, em larga medida, ao esforço de consolidação orçamental em curso, assim como à condução genericamente prudente da política monetária. Tais fatores foram ainda potenciados pelo efeito de ancoragem das expectativas que é proporcionado, desde 2010, pelo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro – para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o ACE estabelecido entre Portugal e São Tomé e Príncipe. A preservação destes elementos de enquadramento continua, aliás, a ser considerada essencial pelas autoridades – que assumiram, no contexto do programa apoiado pelo FMI, o objetivo de conduzir progressivamente a inflação para “valores reduzidos com um só dígito”.

II.5.3. CONTAS EXTERNAS

O perfil tradicional da balança de pagamentos santomense caracteriza-se por uma forte dependência em relação à ajuda externa e ao investimento direto estrangeiro, que sustentam um volume de importações relativamente elevado. A médio prazo, tal perfil só deverá conhecer alterações significativas caso se concretizem as perspetivas de produção petrolífera – que o novo programa celebrado com o FMI admite agora (como cenário-base) poder iniciar-se já em 2015. No

entanto, mesmo estando ainda em linha com o referido perfil tradicional, as estimativas apuradas para as contas externas santomenses em 2011 refletem uma melhoria generalizada (se bem que modesta) ao nível dos saldos mais relevantes – fenómeno que deverá ter continuidade em 2012 (cf. Quadro II.5.2.).

Quadro II.5.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB						
	2009	2010	2011	2011	2012	2013
	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
Balança corrente	-23.0	-27.7	-37.1	-27.4	-21.8	-23.0
Balança comercial	-37.9	-46.2	-42.7	-42.1	-39.8	-35.1
Exportações	4.7	5.4	5.8	4.3	4.3	3.3
Importações	-42.6	-51.6	-48.5	-46.4	-44.1	-38.5
Serviços e rendimentos	-4.5	-5.9	-9.4	-5.1	-7.3	-3.9
dq: Receitas do turismo	4.2	5.5	4.4	6.1	6.7	7.3
Transferências unilaterais	19.5	24.4	15.0	19.7	25.3	16.0
Balança de capital e financeira	28.2	23.4	45.7	25.6	24.7	22.9
dq: Invest. direto estrangeiro	3.8	25.3	11.5	14.8	4.6	8.4
Bónus petrolíferos	0.0	0.0	12.0	0.8	3.9	0.0
Alívio da dívida	26.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Balança global	5.2	-4.2	8.6	-1.8	2.8	-0.2

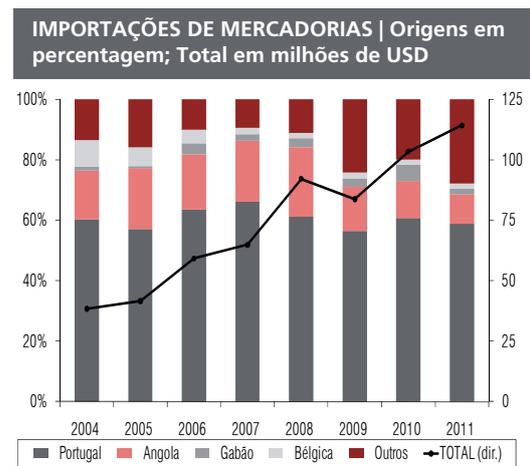
Fontes: BCSTP e FMI.

As importações de mercadorias continuaram a recuperar da quebra observada em 2009, embora a um ritmo menos intenso que em 2010. Repetindo o padrão habitual, foi sobretudo no segundo semestre deste ano e de 2011 que se deu uma aceleração mais significativa – dinâmica esta mantida no início do ano em curso (embora se admita um abrandamento posterior, refletindo a evolução do investimento estrangeiro). Destacaram-se em 2011 as importações de bens alimentares, combustíveis e material de construção – ao mesmo tempo que Portugal permanecia como principal fornecedor (cf. Gráfico II.5.5.). Em contrapartida, as exportações de mercadorias terão praticamente estagnado em valor (caindo assim em percentagem do PIB), não obstante a evolução positiva do cacau, principal produto exportado – que foi acompanhada pelo reforço dos Países Baixos como mercado de destino (cf. Gráfico II.5.4.).

Gráfico II.5.4.



Gráfico II.5.5.



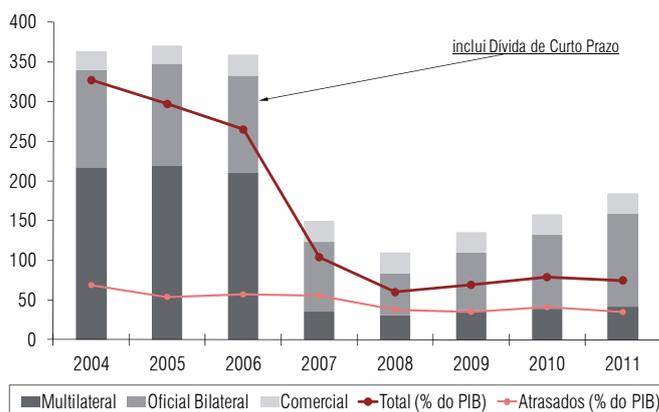
Fonte: BCSTP.

Uma parte substancial da queda relativa que o défice da balança corrente e de capital acusou em 2011 (de 27.7% para 25.3% do PIB) ficou, por conseguinte, a dever-se à redução do défice comercial (em percentagem do PIB, não em valor absoluto), embora mereça também destaque o contributo das duas

principais fontes de receita. Por um lado, a atividade turística, com um crescimento de 81%, em termos nominais, entre 2009 e 2011 – refletindo o aumento da capacidade hoteleira e das ligações aéreas internacionais. Por outro lado, as transferências oficiais (correntes e de capital), que continuam largamente predominantes, tendo permanecido em 2011 ao mesmo nível do ano anterior, em termos nominais. Merece ainda destaque, neste contexto, o facto de se voltarem a contabilizar bónus de assinatura de contratos petrolíferos, o que já não sucedia desde 2007 – tratando-se, neste caso, do primeiro valor relativo à prospeção na Zona Económica Exclusiva (ZEE) santomense¹.

Gráfico II.5.6.

DÍVIDA EXTERNA | Em milhões de USD; Total em percentagem do PIB



Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

Também os desembolsos de empréstimos externos ao sector público – que são estabelecidos em termos necessariamente concessionais – conheceram um reforço significativo em 2011, prestando assim um contributo importante para o financiamento do défice corrente e de capital. Tal contributo não seria, porém, suficiente para evitar uma redução das reservas cambiais, pelo segundo ano consecutivo – embora de forma menos pronunciada que em 2010 e estando já em perspetiva um reforço para 2012. Os novos desembolsos de empréstimos impulsionaram a dívida externa, em termos nominais (sobretudo face a Portugal e à Nigéria, e não obstante o perdão da Argélia), mas foi ainda possível verificar-se uma redução em percentagem do PIB – pela primeira vez desde 2008, quando culminou o perdão ao abrigo das Iniciativas HIPC e MDRI, coordenadas pelo FMI e pelo Banco Mundial (cf. Gráfico II.5.6.).

II.5.4. FINANÇAS PÚBLICAS

O primado da vertente orçamental no contexto geral da política económica é especialmente acentuado em São Tomé e Príncipe, refletindo o peso específico do Estado, a diversos níveis (desde logo na própria dimensão da despesa pública, que ronda os 50% do PIB) – mas refletindo também, em particular, as restrições decorrentes do regime de câmbios fixos adotado em 2010. De facto, a viabilidade de um regime deste tipo – ou seja, a possibilidade de sustentar uma taxa de câmbio fixa entre a dobra e o euro (com os potenciais benefícios associados) – assenta, em larga medida, na capacidade das autoridades para promoverem a consolidação das contas públicas. Este princípio foi por elas assumido em diferentes ocasiões e veio reforçar a estratégia de consolidação que está em curso, no essencial, desde 2008 – apesar dos constrangimentos impostos pelo contexto internacional. Tal estratégia, refletida nos sucessivos programas apoiados pelo FMI e no ACE estabelecido com Portugal,

¹ Recorde-se que estes “bónus de assinatura” são uma prática habitual na atividade petrolífera, correspondendo aos montantes oferecidos pelas companhias interessadas nos direitos de prospeção de uma determinada área (frequentemente através de leilão competitivo). No caso de São Tomé e Príncipe, foram arrecadados bónus – relativos à Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria (*Joint Development Zone, JDZ*) – nos anos de 2005 (USD 49.2 milhões) e 2007 (USD 28.6 milhões), admitindo-se uma nova receita em 2012 (USD 10.4 milhões).

tem como ideias principais o alargamento da base tributária, o combate à evasão fiscal e a racionalização/contenção das despesas correntes não-essenciais, para cujo efeito foram sendo introduzidas diversas reformas ao nível dos processos, das ferramentas e da plataforma tecnológica.

Quadro II.5.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB						
	2009	2010	2011	2011	2012	2013
	Est.	Est.	Orç.	Est.	Prog.	Prog.
Receitas totais	36.1	39.2	47.8	37.1	46.9	32.7
Receitas correntes	16.6	19.0	17.6	18.0	17.9	18.4
Donativos (incl. Alívio da dívida)	19.5	20.2	30.2	18.3	23.2	14.4
Bónus petrolíferos	0.0	0.0	0.0	0.8	5.8	0.0
Despesas totais	54.1	49.7	75.6	49.0	53.6	45.0
dq: Despesas com o pessoal	7.9	9.1	8.4	8.4	8.3	8.3
Juros da dívida externa	0.5	0.4	0.8	0.5	0.6	0.6
Investimento	32.9	28.5	55.4	28.9	34.2	25.7
Saldo global (base compromisso)	-18.0	-10.4	-27.7	-12.0	-6.8	-12.3
Excl. Alívio da dívida e Bónus petrol.	-19.0	-11.7	-28.6	-13.7	-13.4	-13.0
Saldo primário interno	-8.1	-4.1	-4.0	-3.0	-3.2	-3.1

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

Os resultados têm ficado progressivamente patentes, como se pode constatar através do indicador que melhor corresponde, no contexto santomense, à capacidade de intervenção das autoridades – ou seja, o défice primário interno². Este último, que ainda em 2006 rondava os 10% do PIB, foi diminuindo gradualmente ao longo dos anos seguintes (exceto em 2009, quando o impacto da crise internacional determinou uma forte quebra das receitas aduaneiras). Essa evolução, que as autoridades tencionam prolongar nos próximos anos, culminou em 2011 com o apuramento do défice primário interno mais reduzido de que há registo desde, pelo menos, o início do milénio: 3.0% do PIB – confortavelmente abaixo, até, dos 4.0% orçamentados à partida (cf. Quadro II.5.3.).

Gráfico II.5.7.

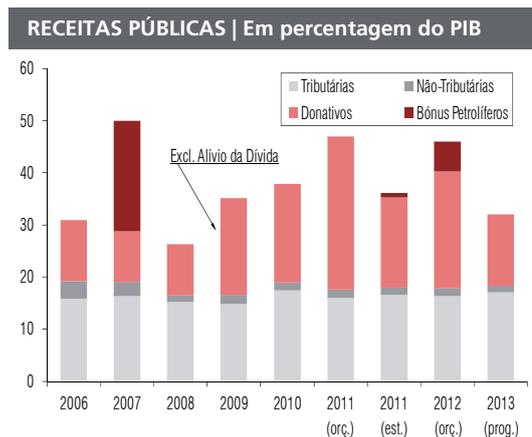
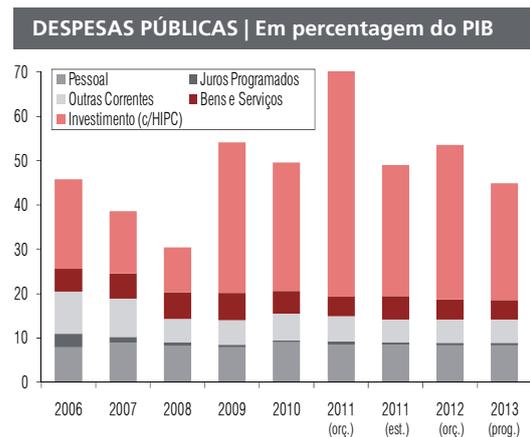


Gráfico II.5.8.



Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

O principal contributo para esse resultado veio do lado das receitas tributárias, embora a contenção verificada ao nível de algumas das principais classes de despesas correntes tenha sido igualmente decisiva. Na esfera tributária (com um grau de execução equivalente a 113.8% do orçamentado),

² Este indicador (privilegiado no âmbito dos programas de ajustamento estabelecidos entre as autoridades e o FMI) abrange apenas as rubricas de receitas e despesas públicas mais diretamente controladas pelo Tesouro santomense. Corresponde ao saldo global, em base de compromissos, excluindo donativos, receitas petrolíferas (de bónus e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

destacaram-se sobretudo as receitas aduaneiras, executadas a 126.2% (embora com um valor absoluto inferior ao excelente resultado de 2010), assim como os impostos diretos. Estes últimos, com uma execução de 130.5% face ao programado no OGE/2011, merecem um destaque especial. De facto, está agora evidente que a reforma da tributação direta, lançada em 2008, pode ser considerada um sucesso: entre 2007 e 2011, os impostos diretos aumentaram 152%, em termos nominais, e passaram a representar cerca de 30% das receitas correntes (contra aproximadamente 25% em 2007/2008).

No campo das despesas correntes, destacaram-se pela positiva os subsídios e transferências, os juros da dívida pública e a parte das despesas com o pessoal correspondente aos vencimentos e salários – todas elas confortavelmente abaixo do orçamentado. Em contrapartida, as verbas inscritas no OGE/2011 foram ultrapassadas no caso das outras despesas com o pessoal, das outras despesas correntes e dos bens e serviços (determinando uma execução de 110.1% para o conjunto das despesas correntes). Esta última rubrica, tradicionalmente difícil de controlar (em especial no tocante aos serviços de água, eletricidade e comunicações), parece aliás continuar a ser um fator de pressão em 2012, de acordo com os dados preliminares disponíveis para o primeiro semestre.

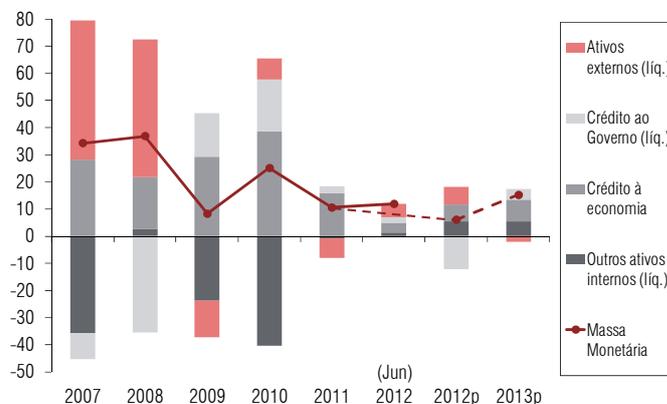
Relativamente ao quadro orçamental no seu conjunto, constata-se que o défice global se agravou em 2011 (mais 1.6 pontos percentuais do PIB – cf. Quadro II.5.3.), embora se antecipe uma recuperação já em 2012, devido ao impacto esperado dos bônus petrolíferos (cf. Gráfico II.5.7.). O resultado de 2011 ficou essencialmente a dever-se ao facto de as despesas de investimento terem sido financiadas numa proporção maior por empréstimos externos (cujos termos são concessionais, ou seja relativamente pouco onerosos) e numa proporção menor por donativos (classificados como receitas, pelo que afetam o défice global). As despesas de investimento registaram, aliás, um aumento (em percentagem do PIB), embora tenham ficado bastante aquém do orçamentado (cf. Gráfico II.5.8.) – refletindo a habitual tendência para um certo otimismo na previsão dos donativos e empréstimos disponíveis.

II.5.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

O ritmo de expansão da liquidez na economia santomense abrandou significativamente em 2011, ao mesmo tempo que os principais fatores explicativos da sua evolução acusavam variações bastante mais moderadas do que era tradicional. Tais tendências prolongaram-se ainda na primeira metade de 2012 – embora com uma certa aceleração por parte da massa monetária – estando igualmente programado que tenham continuidade nos próximos tempos (cf. Gráfico II.5.9.).

Gráfico II.5.9.

FATORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do valor inicial da massa monetária

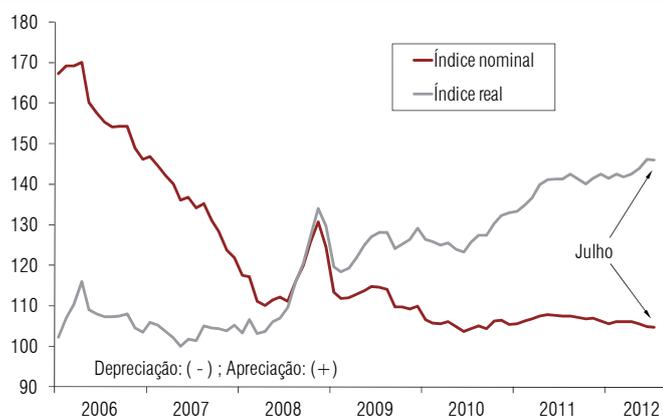


Fontes: BCSTP e FMI.

A evolução dos ativos externos – e, em especial, da parte detida pelo banco central – é particularmente importante no quadro do regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro que a economia santomense adotou em 2010 (com o duplo objetivo de ancorar o processo de estabilização nominal e de promover a atração de investimento). A preservação daquele agregado em níveis confortáveis é, de facto, crucial para a sustentabilidade do regime – pelo que merece destaque o reforço dos ativos externos totais no primeiro semestre de 2012, com uma variação equivalente a 4.8% do valor assumido pela massa monetária no final de 2011 (recuperando, assim, da queda registada no conjunto deste último ano). Importa, porém, ressaltar que esse desempenho globalmente positivo perdeu fôlego no segundo trimestre de 2012, além de que foi sustentado essencialmente pela parcela dos bancos comerciais – tendo os ativos externos líquidos do BCSTP caído cerca de 20% no mesmo trimestre (embora haja já indicações preliminares de uma recuperação nos dois meses seguintes, que terá levado este último agregado para um patamar superior ao atingido no final de 2011).

Gráfico II.5.10.

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA | Índices; base 100: Janeiro de 1999; Médias mensais



Fontes: BCSTP.

Ao nível dos ativos internos, o crédito líquido ao Governo exerceu um impacto expansionista moderado sobre a liquidez, tanto em 2011 como no primeiro semestre de 2012: aumentos equivalentes a menos de 3% do valor inicial da massa monetária – em contraste com variações bastante mais acentuadas no biénio 2009/2010. Já o crédito à economia continuou a ser o principal fator impulsionador da liquidez em 2011 (com uma variação correspondente a 15.8% da massa monetária inicial), embora revelando uma tendência genérica de abrandamento até março de 2012. Este desempenho esteve ainda, todavia, aproximadamente em linha com a expansão do produto nominal, apesar do contexto de aumento da taxa de esforço das famílias, de alguma diminuição das oportunidades de investimento rentável e de um aumento do crédito malparado em 2011, após quatro anos de redução (aumento esse acompanhado pela supervisão bancária, que intensificou as suas atividades).

A expansão mais moderada da liquidez em 2011 e no início de 2012 terá sustentado a tendência genérica de abrandamento que a inflação evidenciou no mesmo período – tendência essa que foi, por seu turno, determinante para a relativa estabilidade da moeda santomense, em termos reais, entre meados de 2011 e meados de 2012 (quando a inflação voltou a acelerar). O segundo principal fator determinante deste fenómeno (patente na oscilação do ITCER dentro de uma banda de apenas $\pm 1\%$, aproximadamente – cf. Gráfico II.5.10.) foi a depreciação do euro face ao dólar – e, por conseguinte, da dobra face ao kwanza (que é uma das moedas integrantes do cabaz do ITCER e tende a alinhar com o dólar). A estabilidade cambial significou uma oportuna preservação das condições de competitividade- preço com que a economia santomense se posiciona face ao exterior, depois da inevitável apreciação real que se tinha seguido à introdução do peg fixo ao euro, no início de 2010.

Quadro A.II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS									
	Unidades	2008	2009	2010	2011		2012		2013
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB nominal	mil milhões Dobras	2696	3185	3719	4006	4376	5063		5801
	milhões de EUR	124.8	141.5	151.8		178.6			
	milhões de USD	183.6	196.5	200.2	217.0	246.5	264.8		298.8
PIB real	tx. variação anual	5.8	4.0	4.5	4.5	4.9	4.5		5.5
Inflação (Índice de Preços no Consumidor)	t.v. homóloga anual	24.8	16.1	12.9	12.0	11.9	8.0	11.6 jul	6.0
	t.v. média anual	32.0	17.0	13.3	12.4	14.3	9.0	11.4 jul	7.1
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	percentagem do PIB	45.1	36.1	39.2	47.8	37.1	46.9		32.7
Receitas correntes	percentagem do PIB	16.5	16.6	19.0	17.6	18.0	17.9		18.4
Donativos	percentagem do PIB	28.6	19.5	20.2	30.2	18.3	23.2		14.4
dos quais: Alívio da dívida	percentagem do PIB	18.8	1.0	1.3	0.9	1.0	0.8		0.7
Bónus petrolíferos	percentagem do PIB	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	5.8		0.0
Despesas totais	percentagem do PIB	30.4	54.1	49.7	75.6	49.0	53.6		45.0
dq: Despesas correntes	percentagem do PIB	20.3	20.2	20.6	19.3	19.4	18.7		18.6
Despesas de investimento	percentagem do PIB	8.1	32.9	28.5	55.4	28.9	34.2		25.7
Saldo primário interno ^(a)	percentagem do PIB	-6.4	-8.1	-4.1	-4.0	-3.0	-3.2		-3.1
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	14.7	-18.0	-10.4	-27.7	-12.0	-6.8		-12.3
Excl. Alívio dívida e Bónus petrol.	percentagem do PIB	-4.1	-19.0	-11.7	-28.6	-13.7	-13.4		-13.0
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	14.3	-18.1	-10.9	-27.7	-11.4	-6.8		-12.3
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito líquido ao Governo Central	taxa var. anual	-152.7	37.7	78.4		63.5	-860.5	117.2 jun	29.7
Crédito à economia	taxa var. anual	22.8	39.1	40.0		14.7	5.6	8.7 jun	7.3
Massa monetária	taxa var. anual	36.9	8.2	25.1		10.5	6.1	15.0 jun	15.2
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	28.0	16.0	15.0		15.0		14.0 jul	
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	14.7	18.1	18.3	15.6	-2.8	8.5		-13.0
Importações f.o.b.	taxa var. anual	42.1	-9.2	23.4	1.7	10.5	2.2		-1.5
Balança comercial	percentagem do PIB	-46.0	-37.9	-46.2	-42.7	-42.1	-39.8		-35.1
Balança de serviços	percentagem do PIB	-6.4	-4.4	-6.2	-10.5	-5.2	-7.6		-4.2
Balança corrente	percentagem do PIB	-28.3	-23.0	-27.7	-37.1	-27.4	-21.8		-23.0
Excluindo Transferências oficiais	percentagem do PIB	-52.5	-42.9	-50.7	-50.6	-46.0	-46.0		-38.1
Balança corrente e de capital	percentagem do PIB	-9.4	3.9	-27.7	-25.1	-25.3	-17.8		-23.0
Ativos externos líquidos do BCSTP	milhões de EUR	55.9	50.9	40.7		36.4	43.7	33.5 jun	43.0
	milhões de USD	78.8	73.1	53.7		46.5	57.6	41.3 jun	56.7
DÍVIDA EXTERNA									
Dívida externa total	milhões de USD	110	136	158		184			
	percentagem do PIB	59.9	69.2	78.8		74.9			
Serviço da dívida externa	% das exportações	38.9	30.4	12.8		15.6			
TAXAS DE CÂMBIO									
Taxa bilateral STD/Euro (mercado oficial)	taxa média	21602	22510	24500	24500	24500	24500	24500 ago	24500
Taxa bilateral STD/USD (mercado oficial)	taxa média	14685	16208	18574		17754		20048 jul	
ITCE ^(b) nominal [apreciação: +]	tx. variação anual	-13.2	-4.0	-6.1		1.5		-2.7 jul	
ITCE ^(b) real [apreciação: +]	tx. variação anual	9.4	9.8	2.2		2.2		3.2 jul	

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos; (b) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005/2009.

Quadro A.II.5.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, em mil milhões de Dobras							
	2008	2009	2010	2011		2012	2013
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Prog.
Sector Primário	483	568					
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	314	371					
Pescas	152	178					
Indústrias extrativas	17	19					
Sector Secundário	513	550					
Indústrias transformadoras	208	215					
Eletricidade, gás e água	69	69					
Construção	236	266					
Sector Terciário	1 616	2 074					
Comércio	613	804					
Alojamento e restauração	38	47					
Transportes, armazenagem e comunicações	339	454					
Atividades financeiras	262	394					
Ativ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	109	135					
Administração pública, defesa e segurança social	112	109					
Educação	11	15					
Saúde e ação social	8	9					
Outras atividades	124	107					
SIFIM ^(a)	-187	-281					
Impostos Indiretos	270	273					
PRODUTO INTERNO BRUTO p.m.	2 696	3 185	3 719	4 006	4 376	5 063	5 801
Consumo	3 554	3 943					
Privado	3 170	3 496					
Público	383	447					
Investimento	582	589					
Formação bruta de capital fixo	716	750					
Variação de existências	-134	-161					
Procura Interna	4 136	4 532					
Exportações de bens e serviços	262	318	451	460	515	625	687
Procura Global	4 397	4 850					
Importações de bens e serviços	1 702	1 665	2 401	2 588	2 582	3 023	2 970
<i>Para memória:</i>							
PIBpm (taxa de variação real, em %)	5.8	4.0	4.5	4.5	4.9	4.5	5.5
PIBpm (taxa de variação nominal, em %)	38.0	18.1	16.8	7.7	17.7	15.7	14.6
PIB nominal (milhões de EUR; preços correntes)	124.8	141.5	151.8		178.6		
PIB nominal (milhões de USD; preços correntes)	183.6	196.5	200.2	217.0	246.5	264.8	298.8

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos.

Quadro A.II.5.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem					
		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
2000	Dezembro		9.6	9.6	12.2
2001	Dezembro		9.4	9.4	9.2
2002	Dezembro		9.0	9.0	10.1
2003	Dezembro		10.0	10.0	9.8
2004	Dezembro		15.2	15.2	13.3
2005	Dezembro		17.2	17.2	17.2
2006	Dezembro		24.6	24.6	23.1
2007	Dezembro		27.6	27.6	18.5
2008	Dezembro		24.8	24.8	32.0
2009	Dezembro		16.1	16.1	17.0
2010	Dezembro		12.9	12.9	13.3
2011	Dezembro		11.9	11.9	14.3
2010	Janeiro	0.6	0.6	15.9	16.4
	Fevereiro	0.8	1.4	15.8	16.1
	Março	0.5	1.9	14.8	15.8
	Abril	0.5	2.4	13.4	15.5
	Maio	0.3	2.7	11.8	15.0
	Junho	0.9	3.7	11.5	14.4
	Julho	1.6	5.3	12.4	14.2
	Agosto	0.9	6.2	12.8	14.0
	Setembro	1.2	7.5	13.2	13.9
	Outubro	1.0	8.6	13.0	13.8
	Novembro	1.9	10.7	13.0	13.6
	Dezembro	2.0	12.9	12.9	13.3
2011	Janeiro	0.5	0.5	12.8	13.1
	Fevereiro	0.9	1.4	12.9	12.9
	Março	2.2	3.6	14.7	12.9
	Abril	2.3	5.9	16.7	13.2
	Maio	0.9	6.8	17.4	13.7
	Junho	0.3	7.1	16.6	14.1
	Julho	0.2	7.3	15.1	14.3
	Agosto	0.8	8.1	14.9	14.5
	Setembro	0.3	8.4	13.8	14.5
	Outubro	0.5	8.9	13.2	14.5
	Novembro	1.0	10.0	12.2	14.4
	Dezembro	1.8	11.9	11.9	14.3
	<i>Dezembro (prog.)</i>			6.0	7.7
	<i>Dezembro (prog. revisto)</i>			12.0	12.4
2012	Janeiro	0.4	0.4	11.8	14.2
	Fevereiro	0.6	1.0	11.5	14.1
	Março	0.3	1.3	9.5	13.6
	Abril	0.9	2.2	8.0	12.9
	Maio	1.4	3.6	8.6	12.1
	Junho	2.4	6.1	10.9	11.7
	Julho	0.9	7.0	11.6	11.4
	<i>Dezembro (prog.)</i>			8.0	9.0
2013	<i>Dezembro (prog.)</i>			6.0	7.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.5.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD							
	2008	2009	2010	2011		2012	2013
				Est.	Prog.		
1. BALANÇA CORRENTE	-52.0	-45.1	-55.5	-80.5	-67.6	-57.6	-68.8
1.1. Balança comercial	-84.4	-74.6	-92.5	-92.6	-103.7	-105.3	-105.0
Exportações (f.o.b.)	7.8	9.2	10.9	12.6	10.6	11.5	10.0
das quais: Cacau	5.0	5.5	4.3	7.7	5.3	4.6	4.5
Reexportações	2.2	3.0	5.2	4.0	5.1	6.4	5.0
Importações (f.o.b.)	-92.2	-83.8	-103.4	-105.2	-114.3	-116.8	-115.0
das quais: Bens alimentares	-24.2	-29.0	-23.9	-33.5	-33.6	-32.6	-32.8
Bens de investimento	-35.3	-30.0	-38.0		-40.2	-44.1	-40.9
Combustíveis	-22.1	-14.7	-18.4	-19.8	-25.2	-25.8	-25.2
1.2. Balança de serviços	-11.7	-8.6	-12.5	-22.7	-12.7	-20.1	-12.6
Exportações	9.7	10.4	13.4	12.3	18.4	21.2	25.4
das quais: Viagens e turismo	7.7	8.3	11.1	9.5	15.1	17.7	21.8
Importações	-21.4	-19.0	-25.9	-35.0	-31.1	-41.3	-38.0
das quais: Fretes e seguros	-17.3	-15.8	-20.7		-22.9		
1.3. Balança de rendimentos	-0.1	-0.3	0.7	2.3	0.2	0.8	0.9
Crédito	1.9	1.6	2.9		1.9		
Débito	-2.0	-1.9	-2.3		-1.7		
do qual: Juros da dívida programados	-1.5	-1.4	-1.6		-1.1		
1.4. Transferências correntes	44.2	38.3	48.9	32.5	48.7	67.0	47.9
Transferências privadas	-0.2	-0.9	2.8	3.1	2.9	2.9	3.0
Transferências oficiais	44.4	39.2	46.1	29.4	45.8	64.1	44.9
das quais: Donativos a projetos	25.3	26.1	37.1	24.0	36.9	50.3	32.9
2. BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA	67.1	55.3	47.0	99.1	63.1	65.3	68.3
2.1. Balança de capital	34.8	52.8	0.0	26.0	5.1	10.4	0.0
Transferências de capital	34.8	52.8	0.0	26.0	5.1	10.4	0.0
das quais: Bónus de assinatura (contratos petrol.)	0.0	0.0	0.0	26.0	1.9	10.4	0.0
Alívio da dívida	34.8	52.8	0.0	0.0		0.0	0.0
2.2. Balança financeira	32.3	2.5	47.0	73.1	58.0	54.9	68.3
Administração pública -- Empréstimos	-35.4	-28.8	16.8	7.9	25.3	15.7	4.6
dos quais: Desembolsos	4.7	28.6	18.2	13.8	28.7	18.7	7.9
Amortizações	-40.1	-57.4	-1.5	-3.5	-3.4	-2.6	-2.7
Outros ativos (líq.)	58.4	27.2	66.2	32.1	55.2	11.2	23.9
dos quais: Investimento direto estrangeiro	56.7	7.5	50.7	25.0	36.4	12.1	25.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	9.3	4.2	-36.0	33.1	-22.5	28.0	39.8
3. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2)	15.1	10.2	-8.5	18.6	-4.5	7.5	-0.6
4. FINANCIAMENTO	-15.1	-10.2	8.5	-18.6	4.5	-7.5	0.6
Variação das reservas cambiais, excl. CNP ^(a) (aumento: -)	-18.5	-13.1	6.0	4.2	4.9	1.2	-3.3
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	2.7	2.4	1.9	-24.5	-0.5	-9.3	3.4
Utilização de recursos do FMI (líq.)	0.7	0.5	0.6	1.7	0.0	0.6	0.5
5. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ^(b) : (4) + (5)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Para memória:</i>							
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-28.3	-23.0	-27.7	-37.1	-27.4	-21.8	-23.0
Balança Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-9.4	3.9	-27.7	-25.1	-25.3	-17.8	-23.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Conta Nacional do Petróleo: CNP; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.5.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2002
	1º trim											a 2011
Angola	2.1	1.7	1.8	4.1	1.1	1.8	0.9	1.1	2.2	2.1	0.5	1.8
Bélgica	13.1	15.1	9.5	11.0	14.2	16.8	7.9	18.9	20.2	29.5	15.3	16.3
Países Baixos	60.0	40.7	51.7	39.1	26.9	13.3	28.2	26.8	10.9	37.4	29.5	33.1
Portugal	19.6	33.5	25.5	38.0	33.1	44.9	49.2	32.3	44.4	13.2	6.4	33.2
Outros	5.2	9.0	11.5	7.7	24.6	23.2	13.8	20.8	22.3	17.9	48.3	15.6
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2002
	1º trim											a 2011
Angola	11.2	10.3	16.0	20.3	18.3	20.1	22.9	14.8	12.1	9.6	15.8	15.6
Bélgica	14.8	11.9	8.8	6.1	4.6	2.3	1.7	1.9	1.8	1.7	2.6	3.8
China	0.0	0.7	0.1	0.2	0.3	1.7	0.9	1.4	2.4	2.0	0.8	1.3
França	0.8	3.1	0.5	0.3	1.1	0.3	0.2	0.7	5.0	2.4	0.8	1.6
Gabão	3.0	3.1	1.4	0.6	3.5	2.2	3.0	2.7	5.3	2.0	1.8	2.9
Japão	7.0	3.4	6.0	7.4	0.7	0.2	0.8	4.4	1.2	2.5	4.6	2.6
Países Baixos	5.7	0.5	1.0	0.3	0.8	1.4	0.1	0.4	0.5	0.3	0.5	0.7
Portugal	54.6	62.3	60.4	57.1	63.6	66.2	61.3	56.4	60.9	58.9	51.8	60.3
Outros	2.9	4.7	5.8	7.7	7.1	5.6	9.2	17.4	10.8	20.6	21.2	11.1
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.7.

DÍVIDA EXTERNA Em milhões de USD				
	2008	2009	2010	2011 Est.
1. Dívida de Médio e Longo Prazo	106.6	122.6	139.4	156.1
da qual: Atrasados	66.0	65.7	69.1	67.7
1.1 Dívida Multilateral	30.6	37.0	38.6	42.0
da qual: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0
BADEA	2.9	4.2	5.1	5.8
BAD/FAD	2.2	2.2	3.2	2.1
BEI	2.4	2.1	1.4	0.9
FIDA	3.9	5.7	6.5	7.9
FMI	3.7	4.4	5.0	4.9
IDA	9.7	13.7	13.4	14.9
OPEP	5.7	4.7	4.0	5.5
1.2 Dívida Oficial Bilateral	49.4	59.8	75.0	88.3
da qual: Atrasados	39.4	39.9	43.3	41.9
1.2.1 Membros do Clube de Paris	0.0	0.2	0.9	0.9
da qual: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0
Alemanha	0.0	0.0	0.0	0.0
Bélgica	0.0	0.2	0.9	0.9
Espanha	0.0	0.0	0.0	0.0
França	0.0	0.0	0.0	0.0
Rússia	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2.2 Outros credores oficiais	49.4	59.6	74.1	87.4
da qual: Atrasados	39.4	39.9	43.3	41.9
Angola	22.0	32.0	32.0	32.0
Argélia	1.3	1.3	3.1	0.0
Cabo Verde	0.0	0.0	0.0	0.0
China	17.3	17.0	17.0	17.4
ex-Jugoslávia	8.8	8.8	8.8	8.8
Portugal	0.0	0.4	13.1	29.2
1.3 Dívida Comercial	26.6	25.8	25.8	25.8
da qual: Atrasados	26.6	25.8	25.8	25.8
Itália ^(a)	26.6	25.8	25.8	25.8
2. Dívida de Curto Prazo	3.4	13.4	18.4	28.4
da qual: Atrasados	3.4	3.4	13.4	18.4
Angola	3.4	3.4	3.4	3.4
Brasil	0.0	0.0	5.0	5.0
Nigéria	0.0	10.0	10.0	20.0
DÍVIDA EXTERNA TOTAL [1 + 2]	110.0	136.0	157.8	184.5
da qual: Atrasados	69.3	69.1	82.5	86.1
<i>Para memória:</i>				
Serviço da dívida externa programado				
(em % das exportações de bens e serviços)	38.9	30.4	12.8	15.6
Dívida externa total (em % do PIB)	59.9	69.2	78.8	74.9
Atrasados totais (em % do PIB)	37.8	35.2	41.2	34.9

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Dívida em litígio, a aguardar decisão do tribunal internacional.

Quadro A.II.5.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de Dobras										
	2008	2009	2010	2011		2012			2013	
		Est.	Est.	Orç.	Est.	g.e. (a)	Orç.	Est.	g.e. (a)	Prog.
							1º Sem.			
1. Receitas Totais	1 216	1 149	1 459	1 915	1 622	84.7	2 372			1 898
1.1. Receitas correntes	444	528	707	706	787	111.6	904	372	41.2	1 065
Receitas tributárias	411	472	647	638	726	113.8	828	330	39.9	990
Impostos diretos	113	150	181	180	235	130.5	241	108	44.7	
Impostos indiretos	262	247	374	358	355	99.2	448	172	38.4	
dos quais: Receitas aduaneiras	215	168	312	237	299	126.2	369	145	39.2	
Outras receitas tributárias	36	75	91	100	136	136.0	139	50	36.3	
Receitas não-tributárias	33	56	60	68	61	90.7	76	42	55.3	75
1.2. Donativos	771	621	752	1 210	800	66.1	1 174			833
Donativos para projetos	165	576	699	1 069	674	63.0	962			640
Outros donativos	99	13	5	105	83	78.8	169			151
Donativos associados ao alívio da dívida	507	31	48	35	43	122.4	43			42
1.3. Bónus de assinatura (contratos petrol.)	0	0	0	0	35		294	0	0.0	0
2. Despesas Totais	820	1 724	1 847	3 027	2 146	70.9	2 716			2 611
2.1. Despesas correntes	548	642	766	772	851	110.1	947	458	48.3	1 081
Despesas com o pessoal	219	252	338	338	369	109.3	418	181	43.4	479
Bens e serviços	164	195	191	175	234	133.7	228	147	64.8	255
Subsídios e transferências	103	144	193	202	181	89.4	237	105	44.3	272
Juros da dívida pública	23	16	16	32	24	74.5	32	4	12.7	33
Outras despesas correntes	39	35	28	25	43	169.2	32	20	62.6	42
2.2. Despesas de investimento	219	1 048	1 060	2 219	1 266	57.0	1 734			1 489
Com financiamento interno	34	126	87	90	65	72.2	96			155
Com financiamento externo	185	922	972	2 129	1 201	56.4	1 638			1 334
2.3. Despesas sociais relacionadas c/ Inic. HIPC	53	33	21	35	29	82.5	35			41
3. SALDO GLOBAL (base de compromissos) [1] - [2]	395	-575	-389	-1 112	-523		-343			-713
4. Variação de Atrasados [redução: -]	21	0	0	0	65		0			0
Atrasados externos (juros)	0	0	0	0	0		0			0
Atrasados internos	21	0	0	0	65		0			0
5. Valores em trânsito, erros e omissões	-31	-2	-18	0	-41		0			0
6. SALDO GLOBAL (base de caixa) [3] + [4] + [5]	385	-577	-406	-1 112	-499		-343			-713
7. Financiamento	-385	577	406	1 112	499		343			713
7.1. Financiamento interno	79	271	150	156	38		-286			68
Crédito bancário (líquido)	-233	271	133	38	38					
do qual: Conta Nacional do Petróleo	44	39	36	33	-13		-263			68
Financiamento não bancário	312	0	17	0	0					
do qual: Receitas de privatizações	312	0	17	0	0					
7.2. Financiamento externo	-464	306	256	955	461		629			645
Desembolsos para projetos	20	346	293	1 036	528		676			694
Outros desembolsos	29	9	11	0	1		0			0
Amortizações programadas (incl. Alívio)	-520	-49	-48	-80	-68		-47			-49
Variação de atrasados (capital)	0	0	0	0	0		0			0
Reescalamento bilateral	7	0	0	0	0		0			0
8. Diferencial de financiamento [6] + [7]	0	0	0	0	0		0			0
<i>Para memória:</i>										
Saldo Global, base de compromissos (em % do PIB)	14.7	-18.0	-10.4	-27.7	-12.0		-6.8			-12.3
excluindo Alívio da dívida (em % do PIB)	-4.1	-19.0	-11.7	-28.6	-12.9		-7.6			-13.0
excl. Alívio div. e Bónus petrol. (em % do PIB)	-4.1	-19.0	-11.7	-28.6	-13.7		-13.4			-13.0
Saldo Primário Interno (a)	-174	-257	-152	-160	-133		-164			-179
(em % do PIB)	-6.4	-8.1	-4.1	-4.0	-3.0		-3.2			-3.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (b) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

Quadro A.II.5.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Valores finais, em mil milhões de Dobras												
	2008	2009	2010	2011	2011/2010		2012	2012	Jun 2012 /		2012	2013
					(A)	(B)	Mar	Jun	Dez 2011		Prog.	Prog.
					Est.	Est.	(A)	(B)	Prog.	Prog.		
1. ATIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS	1 418	1 279	1 364	1 263	-7.4	-7.2	1 439	1 338	5.9	4.8	1 365	1 329
1.1. Banco Central	1 199	1 228	998	891	-10.7	-7.5	1 025	820	-7.9	-4.5	1 070	1 054
1.2. Bancos comerciais	219	50	367	372	1.4	0.4	415	517	39.1	9.3	295	275
2. ATIVOS INTERNOS LÍQUIDOS	-371	-145	53	303	470.3	17.7	115	414	36.5	7.1	296	584
2.1. Crédito interno líquido	334	810	1 466	1 728	17.9	18.5	1 660	1 819	5.3	5.8	1 635	1 833
2.1.1. Créd. líq. Gov. Central	-450	-280	-60	-22	63.5	2.7	-78	11	150.7	2.1	-212	-149
2.1.1.1. Crédito bruto	127	158	261	267	2.6	0.5	259	343	28.1	4.8	267	268
2.1.1.2. Depósitos	-577	-438	-321	-290	-9.8	2.2	-337	-331	14.5	-2.7	-479	-417
2.1.2. Crédito à economia	784	1 090	1 526	1 750	14.7	15.8	1 738	1 808	3.3	3.7	1 847	1 982
2.2. Outros ativos e passivos	-704	-955	-1 412	-1 424	-0.8	-0.8	-1 545	-1 405	1.3	1.2	-1 339	-1 249
3. MASSA MONETÁRIA	1 047	1 133	1 417	1 566	10.5	10.5	1 554	1 752	11.8	11.8	1 661	1 913
3.1. Circulação monetária	120	149	163	177	8.5		141	153	-13.5		196	225
3.2. Depósitos à ordem	717	718	922	955	3.5		970	1 056	10.6			
3.2.1. Em moeda nacional	309	288	399	493	23.6		475	555	12.7		523	603
3.2.2. Em moeda estrangeira	409	431	524	462	-11.7		495	501	8.3			
3.3. Outros depósitos	210	266	331	434	30.9		444	542	25.0			
3.3.1. Em moeda nacional	105	116	23	53	129.3		74	101	92.5		36	41
3.3.2. Em moeda estrangeira	105	150	308	381	23.5		369	441	15.7			

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (A) Taxa de variação percentual face a Dezembro anterior; (B) Taxa de variação em percentagem da massa monetária de Dezembro anterior (fatores de variação da liquidez).

Quadro A.II.5.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem							
	2007	2008	2009	2010	2011	2011	2012
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Dez	Jul
1. Taxa de Referência do BCSTP	28.0	28.0	16.0	15.0	15.0	15.0	14.0
2. Taxas Ativas							
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	34.3	31.2	31.2	26.8	26.0	26.0	26.0
2.2. Créditos de 181 dias a 1 ano	32.1	28.7	28.7	27.0	26.0	26.0	26.0
2.3. Créditos a mais de 1 ano	30.8	28.0	28.0	26.7	26.5	26.5	26.5
3. Taxas Passivas							
3.1. Depósitos até 90 dias	12.3	10.2	10.2	11.6	12.2	12.2	12.2
3.2. Depósitos de 91 dias a 1 ano	13.2	11.3	11.3	13.2	13.7	13.7	13.7
3.3. Depósitos a mais de 1 ano	Negociável	Negociável	Negociável	13.9	12.8	12.8	12.8
<i>Para memória:</i>							
<i>Inflação (t. v. homologa anual)</i>	27.6	24.8	16.1	12.9	16.6	11.9	11.6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nota: Taxas indicativas (apuradas com base na informação bruta disponibilizada pelos bancos).

Quadro A.II.5.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias						
	Euro / Dobra		USD / Dobra		ITCE ^{(a)(b)}	
	Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real
2000	7 367	-3.7	7 978	12.0	197.8	140.1
2001	7 901	7.2	8 842	10.8	218.6	133.4
2002	8 586	8.7	9 088	2.8	236.9	131.7
2003	10 568	23.1	9 348	2.9	225.1	115.4
2004	12 306	16.4	9 902	5.9	202.4	106.7
2005	13 123	6.6	10 519	6.2	191.9	111.4
2006	15 630	19.1	12 445	18.3	158.4	107.5
2007	18 558	18.7	13 537	8.8	134.6	103.7
2008	21 602	16.4	14 685	8.5	116.9	113.3
2009	22 510	4.2	16 208	10.4	112.2	124.4
2010	24 500	8.8	18 574	14.6	105.4	127.2
2011	24 500	0.0	17 754	-4.4	107.0	139.7
2010 Janeiro	24 500	12.2	17 277	4.9	106.6	126.4
Fevereiro	24 500	11.7	18 037	5.2	105.8	125.9
Março	24 500	11.7	18 194	7.9	105.7	125.0
Abril	24 500	11.6	18 394	10.6	106.1	125.5
Maio	24 500	11.6	19 582	21.4	104.9	124.0
Junho	24 500	11.5	20 206	28.9	103.6	123.2
Julho	24 500	11.4	19 376	24.1	104.3	125.7
Agosto	24 500	10.5	19 125	23.0	105.0	127.4
Setembro	24 500	6.1	18 209	14.7	104.4	127.3
Outubro	24 500	4.0	17 777	11.7	106.4	130.3
Novembro	24 500	2.7	18 019	11.4	106.4	132.3
Dezembro	24 500	2.7	18 692	13.6	105.3	132.9
2011 Janeiro	24 500	0.0	18 511	7.1	105.7	133.2
Fevereiro	24 500	0.0	18 102	0.4	106.4	134.9
Março	24 500	0.0	17 656	-3.0	106.8	136.6
Abril	24 500	0.0	17 125	-6.9	107.5	139.8
Maio	24 500	0.0	17 183	-12.3	107.8	141.1
Junho	24 500	0.0	17 161	-15.1	107.7	141.2
Julho	24 500	0.0	17 277	-10.8	107.6	141.3
Agosto	24 500	0.0	17 220	-10.0	107.5	142.4
Setembro	24 500	0.0	17 883	-1.8	107.1	141.2
Outubro	24 500	0.0	18 039	1.5	106.7	140.0
Novembro	24 500	0.0	18 177	0.9	106.9	141.4
Dezembro	24 500	0.0	18 716	0.1	106.2	142.5
2012 Janeiro	24 500	0.0	19 153	3.5	105.5	141.5
Fevereiro	24 500	0.0	18 682	3.2	106.1	142.6
Março	24 500	0.0	18 694	5.9	106.2	141.8
Abril	24 500	0.0	18 758	9.5	106.1	142.4
Maio	24 500	0.0	19 251	12.0	105.6	143.9
Junho	24 500	0.0	19 705	14.8	104.8	146.2
Julho	24 500	0.0	20 048	16.0	104.7	145.9

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2005/2009; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra. (Base 100: janeiro de 1999).

TIMOR-LESTE



ÁREA: 14 600 KM²

CAPITAL: Díli

POPULAÇÃO: 1.2 milhões
(2011; fonte: ONU)

MOEDA: USD

Timor-Leste vem registando um apreciável crescimento da sua economia interna, a par da entrada de significativas receitas petrolíferas, as quais são canalizadas para o Fundo Petrolífero, que apresenta já um valor considerável. A confortável posição orçamental vem permitindo a implementação de um ambicioso programa de investimentos públicos, visando corrigir as grandes carências ainda existentes no domínio das infraestruturas. A inflação mantém-se em níveis relativamente elevados, embora em desaceleração face ao ano precedente.

II.6.1. SÍNTESE

O comportamento da economia timorense durante o ano de 2011 ficou marcado pela evolução positiva quer do produto não-petrolífero (com uma taxa de variação real estimada acima de 10%), quer das receitas petrolíferas (cerca de USD 3.2 mil milhões, um aumento de 40% face ao ano anterior). A despesa pública também aumentou significativamente (nomeadamente a componente de investimento), o que terá contribuído para provocar um acelerado crescimento dos preços, traduzido numa elevada taxa de inflação (17.4% em termos homólogos no final do ano), dinâmica que no entanto não teve continuidade em 2012, dado que a inflação acumulada de janeiro a agosto deste ano se cifrava em 3.3%.

Para o ano de 2012 está previsto que o crescimento do produto não-petrolífero não seja muito diferente do verificado nos anos precedentes, admitindo-se que se venha a situar próximo dos 10%.

Quadro II.6.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	12.8	9.5	10.6	10.0
Inflação (t.v.a. média)	0.7	6.8	13.5	8.0
Massa monetária (t.v.a.)	40.3	9.9	9.3	
Balança corrente (% PIB não-petrol.)	166.8	193.9	226.2	141.6
Saldo orçamental (% PIB n.p.) ^(a)	169.4	183.9	216.0	44.1
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.)	233.7	265.1	309.4	225.4
Fundo Petrolífero (% PIB n.p.)	682.2	788.9	883.3	742.8
Dívida pública (% PIB n.p.)	0.0	0.0	0.0	3.4

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Notas: (a) Saldo orçamental em base caixa.

A manutenção dos preços das matérias-primas energéticas em patamares elevados tem dado origem a um contínuo crescimento do valor do Fundo Petrolífero timorense, para onde são canalizadas todas as receitas do Estado provenientes da exploração *offshore* de petróleo e gás; o valor dos ativos deste Fundo cifrava-se em USD 9.3 mil milhões no final de 2011 e em USD 10.6 mil milhões em junho passado, apesar das autoridades timorenses estarem a fazer um uso mais acentuado destes recursos face aos anos anteriores. Em 2011 foram transferidos do Fundo Petrolífero para o Tesouro USD 1.05 mil milhões, o que corresponde quase exatamente ao valor do PIB não-petrolífero timorense no mesmo ano.

A gestão deste Fundo continua a pautar-se pela perspetiva da preservação desta riqueza em benefício das gerações futuras, mas as autoridades políticas timorenses (Governo e Parlamento) consideram que uma política mais assertiva de investimento – quer em infraestruturas, quer em capital humano – produzirá efeitos claramente positivos no curto e no longo prazo, dadas as manifestas carências de Timor-Leste nestes dois domínios.

A nível institucional é de realçar a transformação da Autoridade Bancária e de Pagamentos (que tinha sido instituída em novembro de 2001, ainda antes da restauração da independência nacional) em Banco Central de Timor-Leste (cuja criação ocorreu em setembro de 2011). É de salientar ainda o significativo passo em frente que consistiu na elaboração e publicação (em abril deste ano), pela Direção Nacional de Estatística, das Contas Nacionais para o período 2004 - 2010 (estando prevista para breve a sua atualização com os valores de 2011). Estas estimativas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais, contemplando o adequado tratamento das estimativas do produto e do rendimento nas

suas várias óticas; pela primeira vez o sector petrolífero é tratado nas Contas Nacionais de uma forma sistemática.

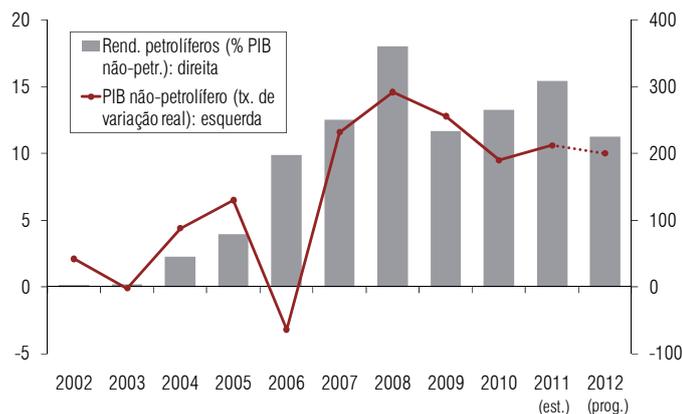
II.6.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Os novos valores do PIB não-petrolífero calculados no âmbito das novas Contas Nacionais vieram confirmar o bom comportamento desta variável desde 2007, apresentando consistentemente este agregado ao longo destes cinco anos taxas de variação anual (em termos reais) próximas ou acima dos 10%.

A nova decomposição sectorial do produto, permitindo individualizar mais adequadamente o valor acrescentado pela administração pública (bem como o papel dos gastos públicos na ótica da despesa), fundamenta a revisão em alta do produto não-petrolífero dos anos anteriores. Embora não existam ainda valores estimados para 2011 segundo a mesma metodologia, quer a Direção Nacional de Estatística (responsável pela elaboração das Contas Nacionais), quer o Fundo Monetário Internacional, admitem que o crescimento do PIB não-petrolífero em 2011 tenha sido de 10.6% (cf. gráfico II.6.1.).

Gráfico II.6.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Em relação ao ano de 2012, prevê-se que a variação real do PIB não-petrolífero venha a situar-se em torno dos 10%, admitindo-se que o PIB total (incluindo a produção petrolífera) possa apresentar uma ligeira queda. Esta eventualidade decorre de uma estimativa muito conservadora da evolução previsível do valor da produção petrolífera (que representa cerca de 3 vezes o nível do produto não-petrolífero). Com efeito, o valor registado pelos ativos do Fundo Petrolífero no final de junho deste ano apresentava já um crescimento de 14% face ao final de 2011 (variação de USD 1.3 mil milhões durante o primeiro semestre de 2012), enquanto inicialmente se admitia que o mesmo não se alterasse em 2012 (decorrendo da premissa das transferências para financiamento das despesas orçamentais virem a ser grosso modo equivalentes às novas entradas e aos rendimentos do Fundo).

O sector da construção deverá continuar a manter a sua tendência de elevado dinamismo, dada a relevância que tem vindo a ser concedida aos investimentos em obras públicas, entre as quais se destaca a nova central elétrica de Hera, que em princípio virá dar resposta às crónicas carências de produção e distribuição de energia elétrica na região central do país (nomeadamente na capital). No entanto, a elevada componente importada destes projetos de investimento (nomeadamente equipamentos) e mesmo a necessidade de recorrer a mão-de-obra externa (para funções tecnicamente mais exigentes) determina que o grande esforço de investimento não tenha a mesma expressão em termos de valor acrescentado nacional.

Esta situação ilustra claramente os constrangimentos decorrentes da escassa capacidade de absorção da economia interna, que dão origem a que grande parte do estímulo induzido pelas despesas públicas se traduza essencialmente em drenagem de recursos para o exterior. Aos constrangimentos associados à reduzida dimensão da economia e à debilidade do tecido empresarial, somam-se as limitações em termos de recursos humanos qualificados, bem como um enquadramento jurídico-administrativo ainda pouco propício ao desenvolvimento da atividade económica.

Gráfico II.6.2.

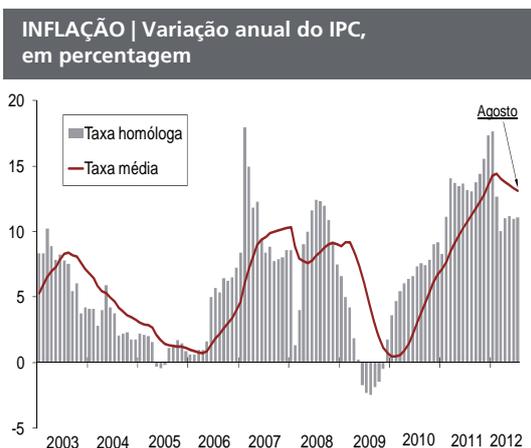
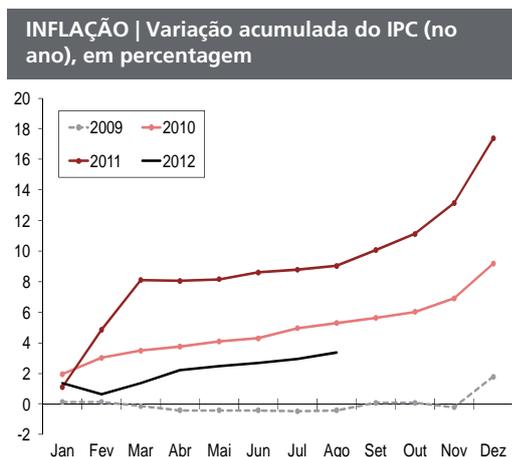


Gráfico II.6.3



Fontes: BCTL.

Os anos de 2011 e 2012 têm-se revelado muito contrastantes em termos de comportamento da inflação. Ao longo de todo o ano de 2011 os preços no consumidor apresentaram uma trajetória de forte crescimento, dando origem a que a inflação no final desse ano atingisse os valores mais elevados dos últimos dez anos. As taxas de variação dos preços no final do ano (taxa homóloga: 17.4%; taxa média anual: 13.5%) superaram os valores registados nos anteriores episódios inflacionários de 2006/07 (período de conturbações sociopolíticas) e da primeira metade de 2008 (quando refletiram a subida acentuada dos preços internacionais dos bens alimentares e energéticos) (cf. gráfico II.6.2.).

Pela primeira vez em 2011, terão sido fatores predominantemente internos, nomeadamente a expansão significativa das despesas públicas, que foram determinantes no comportamento da inflação. Com efeito, a maior contribuição para a variação de preços adveio dos bens e serviços de natureza não-transacionável (nomeadamente os bens alimentares perecíveis, como os vegetais e a carne).

Já em 2012 a inflação tem revelado um comportamento mais moderado, como o atesta o valor reduzido da inflação acumulada até ao final de agosto - somente 3.3% (cf. gráfico II.6.3.), reflexo de um bom início do ano do ponto de vista agrícola e da inversão do comportamento das despesas públicas (nomeadamente no domínio dos investimentos) nos primeiros meses de 2012.

Registe-se que estes valores para a inflação resultam da utilização do cabaz de consumo estimado (para a cidade de Díli) no ano de 2001, portanto refletindo padrões de consumo muito diferentes dos atuais, pelo que será desejável a rápida introdução de um novo índice de preços já baseado no inquérito às despesas das famílias realizado em 2011.

II.6.3. CONTAS EXTERNAS

Os rendimentos provenientes da atividade petrolífera continuaram a ser determinantes no comportamento agregado das contas externas, apesar do aumento das importações de bens e serviços. As receitas petrolíferas aumentaram USD 980 milhões face ao ano precedente e

consequentemente o saldo da balança corrente também aumentou significativamente, ascendendo em 2011 a cerca de USD 2.4 mil milhões, equivalente a mais de duas vezes o valor do PIB não petrolífero. Refira-se que ainda não está disponível no âmbito das Contas Nacionais a estimativa do valor as exportações de gás e petróleo para 2011, pelo que o grande impacto deste sector a nível das contas externas ainda é expresso estritamente como fluxo de rendimentos.

Quadro II.6.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em % do PIB não-petrolífero				
	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
Balança corrente	166.8	193.9	226.2	141.6
Balança comercial	-45.8	-63.6	-32.6	-63.5
Exportações	1.2	2.1	3.2	2.6
Importações	47.0	65.7	35.9	66.2
Serviços (líq.)	-67.0	-46.7	-134.7	-51.2
Rendimentos (líq.)	234.0	267.6	343.6	227.4
dos quais: Rend. petrolíferos	233.7	265.1	307.4	225.3
Transferências correntes (líq.)	45.6	36.7	50.0	29.0
Balança de capital e financeira	-166.8	-194.1	-220.9	-128.9
Balança global	5.0	10.1	5.3	12.8

Fontes: BCTL e FMI.

Dificuldades de natureza estatística prejudicaram a compilação dos valores do comércio externo nos primeiros meses de 2011, com as consequentes repercussões a nível da elaboração das estatísticas da balança de pagamentos.

Por outro lado, é possível que o tratamento estatístico dos fluxos de importações relativos a alguns grandes projetos de investimento público desenvolvidos por empresas externas (sendo o caso mais relevante o da nova central elétrica) tenha também condicionado o apuramento das importações, nomeadamente a decomposição entre importações de bens e importações de serviços. A implementação deste projeto da central elétrica de Hera foi também responsável pela emergência pontual de um novo parceiro comercial (a Finlândia) no segundo semestre de 2011, dado que a empresa construtora e os principais equipamentos desta central eram provenientes deste país nórdico.

Gráfico II.6.4.

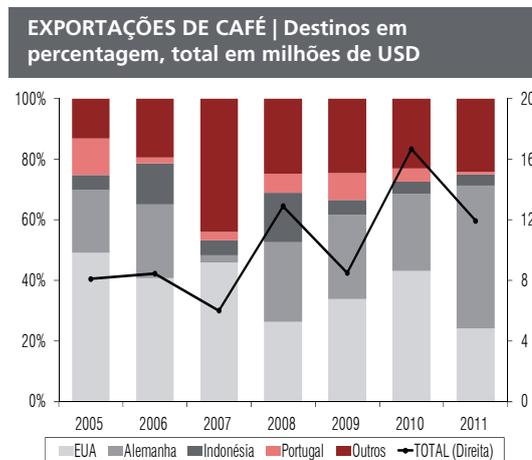
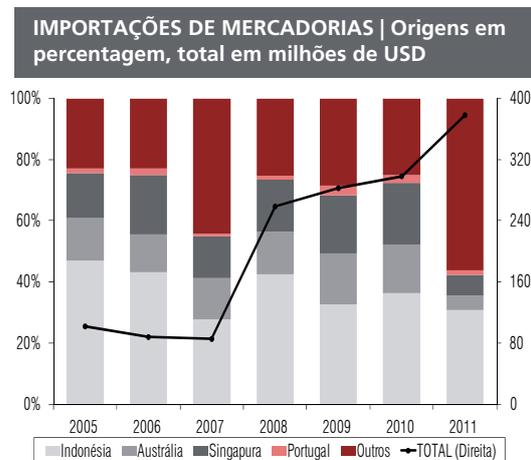


Gráfico II.6.5.



Fontes: BCTL, Dir. Nacional Estatística / Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste).

Nota: Exclui as importações efetuadas no âmbito da ONU, das representações diplomáticas e dos doadores oficiais.

A Indonésia continua a ser o principal parceiro de Timor no domínio das importações, mas (para além do já aludido caso da Finlândia) tem-se verificado uma tendência crescente de entrada de produtos provenientes da China, contrastando com a redução do peso de parceiros mais “tradicionais” como a Austrália (eventualmente decorrente da forte apreciação da moeda australiana), Singapura e Vietname (neste caso resultante da diversificação da proveniência das importações de arroz) (cf. gráfico II.6.5.).

As exportações de café (o principal bem exportado por Timor-Leste, na ausência de um valor determinado para as exportações dos produtos energéticos) baixaram face ao nível do ano anterior (de 17 para 12 milhões de USD) e pela primeira vez a Alemanha suplantou os EUA como o principal mercado de destino do café timorense. A redução no valor da produção e exportação de café timorense em 2011 (cf. gráfico II.6.4.) é essencialmente atribuível ao facto de 2011 ter sido um mau ano agrícola (por razões meteorológicas) já que o preço internacional do café aumentou significativamente neste ano face a 2010.

O elevado excedente da balança corrente encontra a sua contrapartida no montante das novas aplicações financeiras no exterior do Fundo do Petróleo (praticamente o mesmo valor: USD 2.4 mil milhões). Este fundo soberano (cujas adequadas regras de gestão e transparência são genericamente reconhecidas, nomeadamente no contexto da *Extractive Industries Transparency Initiative - EITI*) ascendia no final de 2011 a cerca de USD 9.3 mil milhões, tendo entretanto continuado a crescer, sendo aproximadamente USD 10.6 mil milhões no final do primeiro semestre.

Este avolumar continuado da dimensão do Fundo do Petróleo tem sido possível graças ao elevado nível registado pelo preço dos recursos energéticos nos mercados internacionais (bem acima dos valores previstos no documento orçamental), pois o Governo (com a necessária aquiescência dos outros órgãos de soberania) tem vindo a utilizar de forma crescente (nomeadamente em 2011) o recurso a transferências provenientes do Fundo para financiar as despesas públicas.

II.6.4. FINANÇAS PÚBLICAS

O papel dos rendimentos decorrentes da exploração offshore de recursos energéticos (petróleo e gás natural) tem um peso determinante na esfera das finanças públicas, garantindo uma situação de desafogo orçamental. Com efeito, estes rendimentos representam cerca de trinta vezes o montante arrecadado internamente sob a forma de receitas do Estado (USD 3.3 mil milhões de receitas petrolíferas e USD 108 milhões de receitas domésticas em 2011) (cf. gráfico II.6.6.).

Quadro II.6.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em % do PIB não-petrolífero				
	2009	2010	2011 Est.	2012 Prog.
Receitas totais	242.4	275.1	319.7	177.8
Rec. internas	7.5	9.6	10.3	10.9
Rec. petrolíferas	234.1	265.5	309.4	166.9
Despesas totais	72.7	90.8	103.7	133.7
Desp. correntes	46.2	60.3	47.5	57.2
Desp. de investimento	26.5	30.6	56.1	76.5
Saldo Global (base caixa)	169.7	184.3	216.0	44.1

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

O valor destas receitas petrolíferas é canalizado para o Fundo de Petróleo, a partir do qual são efetuadas transferências para efeitos de cobertura das despesas do Estado, observando os requisitos

estipulados na lei que determina a forma de utilização destes recursos, na qual se privilegia a equidade intergeracional.

Para o ano de 2011 estavam inicialmente orçamentadas transferências desta natureza no montante de USD 734 milhões mas vieram a concretizar-se saques do Tesouro ao Fundo do Petróleo no valor total de USD 1.1 mil milhões.

Esta necessidade de recorrer de forma mais acentuada a estes recursos decorreu das significativas revisões orçamentais operadas do lado da despesa, nomeadamente na componente de investimento público, para onde estava inicialmente previsto um valor de USD 355 milhões (OGE-2011, aprovado em 2010), mas que na realidade ascendeu a USD 592 milhões. Já as despesas correntes ficaram algo aquém dos valores previstos nas últimas revisões do orçamento, nomeadamente a componente de transferências e subsídios.

A decomposição das receitas públicas internas revela o progressivo peso relativo dos impostos indiretos, que representam atualmente quase o dobro dos impostos diretos, enquanto ainda há três anos atrás eram sensivelmente iguais. No seu conjunto, estas receitas internas têm vindo a crescer em relação ao PIB não-petrolífero, mas ainda representam pouco mais do que 10% do mesmo.

No domínio da gestão das finanças públicas, a ênfase tem vindo a ser conferida ao controle da execução do lado da despesa, nomeadamente no aperfeiçoamento dos sistemas contabilísticos e na eficácia e transparência do sistema de concursos e aquisições públicas, com o intuito de estabelecer mecanismos eficientes e pouco suscetíveis a práticas de corrupção e garantir um grau de execução elevado (nomeadamente nas despesas de capital, as quais têm crescido significativamente desde 2007).

Em 2011 os níveis de execução orçamental registaram os valores de 86.9% para as despesas correntes e de 81.1% para as despesas de investimento, ligeiramente inferiores aos do ano anterior.

Gráfico II.6.6.

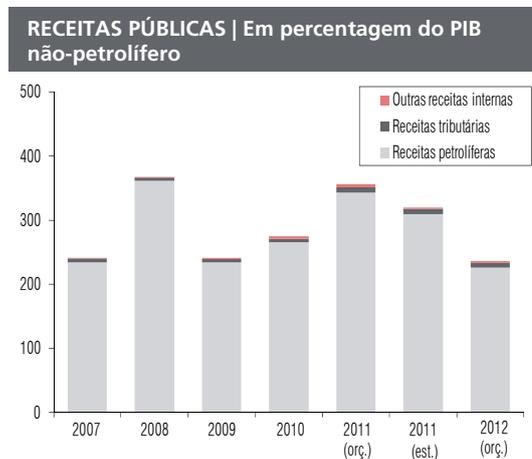
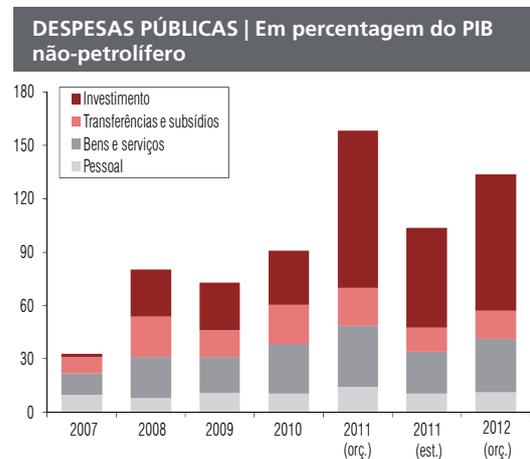


Gráfico II.6.7



Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

O volume de receitas públicas totais orçamentadas para 2012 apresenta uma redução face ao valor de 2011, o que decorre de uma estimativa muito conservadora para as receitas petrolíferas (redução de quase 36% face ao ano anterior). O comportamento dos preços dos bens energéticos (e mesmo o valor já arrecadado destas receitas durante o primeiro semestre) contraria no entanto esta perspetiva, admitindo-se atualmente que estas receitas se situem a níveis idênticos aos de 2011.

As despesas orçamentadas para 2012 (cf. gráfico II.6.7.) apresentam vultuosos crescimentos face aos valores efetivos de 2011 (+41% no caso das despesas correntes e + 62% nas de investimento, ambos em termos nominais), o que (face às previsões iniciais para as receitas) obviamente dá origem a um

valor estimado para o saldo orçamental muito reduzido face aos anos anteriores (USD 552 milhões, equivalente a 44.1% do PIB não petrolífero, enquanto em 2011 o mesmo saldo terá atingido 216% do mesmo agregado) (cf. quadro II.6.3.).

Como se referiu anteriormente, é no entanto provável que o valor real das receitas venha a ser bem mais elevado e portanto o saldo orçamental a ser apurado em 2012 não seja tão penalizado quanto se admite no documento orçamental.

II.6.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

O volume dos depósitos da administração central junto do banco central tem uma influência fundamental no conjunto dos agregados monetários de Timor-Leste. Com efeito, o valor estruturalmente elevado destes depósitos (USD 429 milhões no final de julho 2012) face ao total da massa monetária (USD 367 milhões) condiciona significativamente o comportamento da generalidade das variáveis monetárias timorenses e influencia, de forma direta, o nível das disponibilidades sobre o exterior da autoridade monetária.

Já o crédito à economia (sector privado) em Timor-Leste tem um papel menos relevante do que o que normalmente se observa noutros países comparáveis, uma vez que corresponde a menos de metade da massa monetária (e a cerca de 15% do PIB não petrolífero).

Gráfico II.6.8.

FATORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ |
Em percentagem do valor inicial da massa monetária

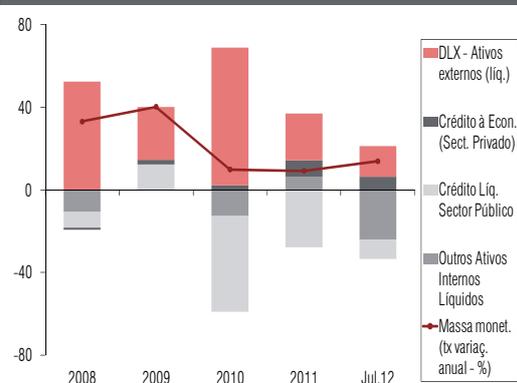
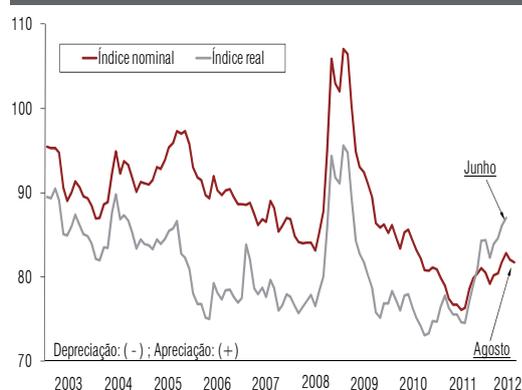


Gráfico II.6.9

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA |
Índices base 100: Janeiro de 2001; médias mensais



Fontes: BCTL e FMI.

O valor da circulação constante nas estatísticas monetárias contempla somente a emissão de moedas metálicas (emitidas pelo banco central, sendo portanto uma componente do seu passivo), não abrangendo as notas de USD (que constituem a esmagadora maioria do valor dos meios de pagamento em numerário).

Estas características (predominância dos depósitos do sector público no contexto dos agregados monetários e reduzida expressão do crédito), bem como a reduzida importância do sistema bancário, são determinantes na estrutura do sistema monetário de Timor-Leste, a par do facto da moeda adotada desde 2001 como meio de circulação e pagamento ser externa – o dólar norte-americano.

O crescimento da massa monetária em 2011 cifrou-se em 9.3%, apesar do crédito à economia ter aumentado 21.1% (uma vez mais foi determinante a evolução dos depósitos do Estado). Já nos primeiros sete meses de 2012 esta mesma variável (massa monetária) cresceu cerca de 14%, estimulada

pelo comportamento do crédito ao sector privado (+17.8%) e por uma desaceleração dos depósitos públicos (cf. gráfico II.6.8.).

Em 2012 a evolução relativa dos depósitos à ordem e dos depósitos a prazo inverteu-se face ao ano anterior: em 2011 o crescimento foi bem mais acentuado nos depósitos à vista enquanto nos sete primeiros meses de 2012 a preferência dos depositantes canalizou-se mais para as aplicações a prazo.

O sistema bancário de Timor-Leste é composto por quatro instituições (para além do banco central), tendo-se verificado a alteração do estatuto da anterior instituição de microfinanças (que operava desde 2003 num regime de licença bancária restrita) para uma licença bancária plena, sendo portanto o primeiro banco de capitais nacionais a operar em Timor-Leste.

No domínio cambial, o dólar australiano manteve em 2011 e 2012 (até ao presente) um elevado nível em termos históricos face ao seu congénere norte-americano, enquanto a rupia indonésia vem registando uma dinâmica de depreciação face ao USD desde meados de 2011.

A evolução conjunta destas duas moedas tradicionalmente mais relevantes para os fluxos de comércio externo de Timor-Leste vem determinando uma apreciação da sua taxa de câmbio efetiva nominal, que naturalmente ainda mais se acentuou em termos reais devido à inflação mais elevada deste país face aos seus parceiros comerciais (cf. gráfico II.6.9.).

Quadro A.II.6.1.

		PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS							
		Unidades	2008	2009	2010	2011		2012	
Prog.	Est.					Prog.	Est.		
PRODUTO E PREÇOS									
Rendimento nacional bruto ^(a)	milhões de USD	3289	2598	3167	3250	3522	3861		
PIB não-petrolífero	milhões de USD	665	788	875	939	1054	1252		
	tx. variação real	14.6	12.8	9.5	10.6	10.6	10.0		
Inflação (IPC)	t. v. homóloga anual	7.5	1.8	9.2	13.1	17.4	8.0	11.3	<i>Ago</i>
	t. v. média anual	9.0	0.7	6.8	13.1	13.5	8.0	13.0	<i>Ago</i>
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% do PIB não-petrol.	369	242	275	356	320	178		
Receitas internas	% do PIB não-petrol.	6.6	7.5	9.6	13.4	10.3	10.9		
Receitas petrol. (petróleo e gás)	% do PIB não-petrol.	361	234	265	343	309	225		
Despesas totais (base caixa)	% do PIB não-petrol.	80	73	91	132	104	134		
Despesas correntes	% do PIB não-petrol.	54	46	60	70	48	57		
Despesas de investimento	% do PIB não-petrol.	26	27	31	88	56	77		
Saldo orçamental (base caixa)	% do PIB não-petrol.	289	169	184	198	216	44		
Dívida pública	% do PIB não-petrol.	0	0	0	0	0	3		
Fundo Petrolífero	milhões de USD	4197	5377	6904	8271	9310	9300	10601	<i>Jun</i>
	% do PIB não-petrol.	631	682	789	881	883	743	847	<i>Jun</i>
MOEDA E CRÉDITO									
Ativos externos líquidos ^(b)	% PIB não petrol.	59	56	71	65				
	tx. variação anual	24	13	40	11				
	meses de Importações	6	6	7	7				
Ativos internos líquidos	% PIB não petrol.	-30	-22	-37	-35				
	tx. variação anual	16	-14	87	12				
Massa monetária ^(c)	% PIB não petrol.	29	34	34	31				
	tx. variação anual	33	40	10	9				
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Balança corrente	% do PIB não-petrol.	305	167	194	253	226	142		
Balança comercial	% do PIB não-petrol.	-43	-46	-64	-71	-33	-63		
Export. de mercadorias ^(d)	% do PIB não-petrol.	2.1	1.2	2.1	2.3	3.2	2.6		
	tx. variação anual	112	-34	95	22	55	-3		
Import. de mercadorias	% do PIB não-petrol.	45	47	66	73	36	66		
	tx. variação anual	70	24	55	20	-45	119		
Balança corrente e de capital	% do PIB não-petrol.	308	170	201	257	229	144		
Balança global	% do PIB não-petrol.	-3.0	5.0	10.1	-0.3	5.3	12.8		

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui os rendimentos obtidos com a exploração *off-shore* de petróleo e gás; (b) Não inclui os ativos do Fundo Petrolífero; (c) A circulação monetária inclui apenas as moedas metálicas (de centavos, sub-denominações do USD) emitidas pela ABP/ BCTL, estando excluídas as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário (no contexto da dolarização oficialmente vigente); (d) As receitas petrolíferas estão contabilizadas na balança de rendimentos, não sendo registadas no âmbito das exportações de mercadorias devido à falta de informação discriminada.

Quadro A.II.6.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, em milhões de USD							
	2007	2008	2009	2010	2011		2012 Prog.
					Proj.	Est.	
Agricultura, pescas e silvicultura	145	165	181	188			
Indústria, comércio e serviços	295	396	445	504			
Administração Pública	84	115	162	188			
PIB não petrolífero (a custo de fatores)	524	676	788	879			
PIB não petrolífero (a preços de mercado)	525	665	788	875	939	1 054	1 252
PIB total (incl. produção petrolífera)	2 875	4 415	3 283	4 131	4 612	4 315	4 073
Consumo	1 032	1 324	1 444	1 574			
Consumo privado	466	533	584	609			
Consumo público	566	791	861	965			
Investimento bruto	112	210	490	581			
FBCF	110	209	488	579			
Variação de Existências	1.3	1.6	1.8	2.0			
Procura Interna	1 144	1 535	1 934	2 154			
Exportações de bens e serviços	2 876	4 276	3 094	3 940			
Procura Global	4 019	5 811	5 028	6 095			
Importações de bens e serviços	1 155	1 426	1 743	1 964			
<i>Para memória:</i>							
<i>Rendimento Nacional Bruto</i>	<i>1 956</i>	<i>3 289</i>	<i>2 598</i>	<i>3 167</i>	<i>3 250</i>	<i>3 522</i>	<i>3 861</i>
<i>Rendimentos petrolíferos, incl. juros de aplicações</i>	<i>1 313</i>	<i>2 400</i>	<i>1 845</i>	<i>2 323</i>	<i>3 261</i>	<i>3 258</i>	<i>2 821</i>
<i>PIB não-petrolífero (variação real, em %)</i>	<i>11.6</i>	<i>14.6</i>	<i>12.8</i>	<i>9.5</i>	<i>10.6</i>	<i>10.6</i>	<i>10.0</i>
<i>Rendimento nacional bruto (variação nominal, em %)</i>	<i>50.9</i>	<i>68.2</i>	<i>-21.0</i>	<i>21.9</i>	<i>2.6</i>	<i>11.2</i>	<i>9.6</i>

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Quadro A.II.6.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem					
		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
2002	Dezembro		9.5	9.5	
2003	Dezembro		4.2	4.2	7.2
2004	Dezembro		1.8	1.8	3.2
2005	Dezembro		0.9	0.9	1.1
2006	Dezembro		7.3	7.3	3.9
2007	Dezembro		8.6	8.6	10.3
2008	Dezembro		7.5	7.5	9.0
2009	Dezembro		1.8	1.8	0.7
2010	Dezembro		9.2	9.2	6.8
2011	Dezembro		17.4	17.4	13.5
2010	Janeiro	1.9	1.9	3.6	0.5
	Fevereiro	1.1	3.0	4.7	0.5
	Março	0.5	3.5	5.5	0.6
	Abril	0.3	3.8	6.0	0.9
	Maio	0.3	4.1	6.4	1.4
	Junho	0.2	4.3	6.6	2.1
	Julho	0.6	5.0	7.3	2.9
	Agosto	0.3	5.3	7.6	3.8
	Setembro	0.3	5.6	7.4	4.6
	Outubro	0.4	6.0	7.8	5.4
	Novembro	0.8	6.9	9.0	6.1
	Dezembro	2.1	9.2	9.2	6.8
2011	Janeiro	1.1	1.1	8.3	7.2
	Fevereiro	3.7	4.8	11.1	7.7
	Março	3.1	8.1	14.1	8.4
	Abril	-0.1	8.0	13.7	9.1
	Maio	0.1	8.2	13.5	9.7
	Junho	0.4	8.6	13.7	10.3
	Julho	0.2	8.8	13.2	10.8
	Agosto	0.2	9.0	13.0	11.2
	Setembro	1.0	10.1	13.8	11.7
	Outubro	0.9	11.1	14.4	12.3
	Novembro	1.8	13.1	15.5	12.8
	Dezembro	3.7	17.4	17.4	13.5
	<i>Dezembro (prog.)</i>			<i>13.1</i>	<i>13.1</i>
2012	Janeiro	1.4	1.4	17.7	14.3
	Fevereiro	-0.7	0.6	12.6	14.4
	Março	0.7	1.4	10.1	14.0
	Abril	0.8	2.2	11.0	13.8
	Maio	0.3	2.5	11.2	13.6
	Junho	0.2	2.7	11.0	13.3
	Julho	0.3	2.9	11.1	13.1
	Agosto	0.4	3.3	11.3	13.0
	<i>Dezembro (prog.)</i>			<i>8.0</i>	<i>8.0</i>

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.6.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD							
	2007	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.	2011 Est.	2012 Prog.
1. BALANÇA CORRENTE	1177	2029	1315	1697	2376	2384	1773
1.1. Balança comercial	-169	-285	-361	-557	-666	-344	-795
Exportações ^(a)	7	14	9	18	22	34	33
dq: Café	6	13	8	17	20	12	30
Importações	-176	-299	-370	-575	-689	-378	-829
dq: Bens alimentares	...	-48	-50	-42	-52	...	-52
Bens manufaturados	...	-169	-263	-267	-537	...	-668
1.2. Balança de serviços	-263	-433	-528	-409	-690	-1420	-641
Exportações	63	46	46	68	93	65	103
dq: Viagens	26	16	13	20	42	22	50
Importações	-325	-478	-574	-477	-782	-1486	-744
dq: relativas à ONU e aos doadores	-286	-364	-375	-351	-446	...	-362
1.3. Balança de rendimentos	1331	2410	1845	2342	3284	3621	2847
dq: Rendimentos petrolíferos ^(b)	1312	2399	1842	2320	3261	3240	2821
1.4. Balança de transferências correntes	278	337	359	321	446	527	363
dq: Assistência internacional	281	355	362	321	316
2. BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA	-1031	-2049	-1275	-1609	-2377	-2329	-1614
Transferências de capital oficiais	32	17	27	59	35	26	30
Balança financeira	-1064	-2057	-1289	-1397	-2412	-2314	-1644
dq: Aplicação de poupanças petrolíferas	-1012	-2003	-1325	-1419	-2461	-2407	-1585
Valores em trânsito, erros e omissões	1	-9	-13	-271	0	-41	0
3. BALANÇA GLOBAL	147	-20	39	88	-3	55	160
4. FINANCIAMENTO	-147	20	-39	-88	3	-55	-160
Variação ativos externos líq. (aumento: -)	-147	20	-39	-88	3	-55	-160
<i>Para memória:</i>							
							<i>(em percentagem do PIB não petrolífero)</i>
<i>Rendimentos petrolíferos^(b)</i>	249.9	360.8	233.7	265.1	347.3	307.4	225.3
<i>Balança corrente</i>	224.2	305.1	166.8	193.9	253.0	226.2	141.6
<i>Balança corrente (excl. Assistência internacional)</i>	170.7	251.7	120.9	157.2	219.4	226.2	141.6
<i>Balança corrente e de capital</i>	230.3	307.7	170.3	200.7	256.8	228.7	144.0

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As receitas petrolíferas estão contabilizadas na balança de rendimentos, não sendo registadas no âmbito das exportações de mercadorias devido à falta de informação discriminada; (b) Inclui juros das aplicações feitas com os rendimentos petrolíferos.

Quadro A.II.6.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2004 a 2011
Alemanha	6.3	20.7	24.2	2.4	26.3	27.9	25.3	47.2	31.8
Austrália	7.3	5.5	3.6	7.8	2.1	3.0	4.1	2.4	4.5
EUA	50.9	49.1	40.8	45.9	26.2	33.8	43.2	24.1	44.3
Indonésia	18.3	5.0	13.6	5.0	16.4	4.9	4.2	3.7	10.5
Japão	0.0	1.2	1.4	0.0	5.0	4.7	3.7	5.6	4.1
Portugal	8.3	11.9	2.1	2.6	6.3	8.9	4.3	0.9	6.7
Singapura	2.3	1.1	7.6	17.6	10.8	3.4	9.0	4.3	7.6
Outros	6.5	5.4	6.7	18.7	6.9	13.4	6.1	11.7	9.7
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal

Notas: Apenas exportações de café.

Quadro A.II.6.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2004 a 2011
Austrália	17.7	13.9	12.5	13.5	13.8	16.7	15.8	4.8	12.8
China	0.9	1.7	2.5	3.3	2.1	4.1	7.4	18.8	7.3
Indonésia	52.9	47.0	43.0	27.7	42.5	32.6	36.2	30.7	37.1
Japão	1.1	10.4	2.5	9.1	2.3	2.7	3.3	1.8	3.2
Portugal	1.5	1.6	2.2	0.9	1.2	3.4	2.4	1.5	2.0
Singapura	13.3	14.6	19.4	13.7	17.1	18.9	20.4	6.8	15.1
Vietname	4.8	4.5	5.0	2.1	7.0	12.2	4.7	2.3	5.7
Outros	7.7	6.4	12.8	29.7	14.0	9.3	9.8	33.3	16.8
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal

Notas: Excluindo importações no âmbito das Nações Unidas, representações diplomáticas e doadores.

Quadro A.II.6.7.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO ^(a) Em milhões de USD								
Ano fiscal:	2008	2009	2010	2011		2012		Proj.
		Est.	Est.	Orç. ^(a)	Est. g.e. ^(b)	Orç. ^(a)		
Receitas totais	2452	1908	2404	2940	3370	114.6	2226	2957
Receitas internas	53	66	84	111	108	97.8	136	136
Impostos directos	19	13	19	22	28	124.8	41	41
Impostos indirectos	19	30	26	43	51	118.9	55	57
Outras receitas	6	16	39	46	30	64.9	41	38
Receitas petrolíferas	2399	1842	2320	2830	3262	115.3	2090	2823
Despesas totais (base de caixa)	533	573	794	1306	1093	83.7	1674	1417
Despesas correntes	358	364	527	577	501	86.9	716	680
Despesas com o pessoal	53	86	93	118	112	94.9	140	138
Bens e serviços	154	158	243	283	246	87.0	376	346
Transferências e subsídios	151	120	192	176	143	81.5	200	196
Despesas de investimento	175	209	268	730	592	81.1	958	737
Saldo global (base de caixa)	1919	1335	1610	1634	2277		552	1540
Saldo global (excl. receitas petrolíferas)	-480	-507	-711	-1195	-985		-1538	-1283
Financiamento	480	507	711	1195	985		1538	1283
Variação nos saldos de caixa (aumento: -)	91	1	-125	64	-78		0	-255
Saques sobre o Fundo Petrolífero	396	512	811	1055	1055		1495	1495
Endividamento - desembolsos	0	0	0	0	0		43	43
Outros ^(c) (aumento: -)	-7	-6	25	76	8		0	0
<i>Para memória:</i>								
<i>PIB total</i>	4415	3283	4131	4 194	4612		4073	4073
<i>PIB não-petrolífero</i>	665	788	875	825	1054		1252	1252
<i>Saldo global, base caixa (em % PIB não-petr.)</i>	289	169	184	198	216		44	123
<i>Idem, excl. receitas petrolíferas</i>	-72	-64	-81	-145	-93		-123	-102
<i>Fundo Petrolífero (valor acumulado)</i>								
<i>Em milhões de USD (fim período)</i>	4197	5377	6904	8271	9310		9300	9300
<i>Em % do PIB não-petrolífero</i>	631	682	789	1003	883		743	743

Fontes: BCTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Orçamento da Administração Central; (b) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem;

(c) Inclui valores em trânsito, erros e omissões.

Quadro A.II.6.8.

SÍNTESE MONETÁRIA Em milhões de USD												
	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jul	Jul
											Est.	Est.
											[1]	[2]
ATIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS												
Disponibilidades sobre o exterior	318	393	443	622	40.4	66.7	689	10.8	22.7	743	7.9	16.9
BCTL [ABPTL até set. 2011]	356	421	469	650	38.6	67.4	756	16.4	36.1	845	11.7	27.4
Bancos comerciais	230	210	250	406	62.5	58.2	498	22.5	31.0	429	-13.7	-21.2
Responsabilidades para com o exterior	126	211	219	244	11.3	9.2	259	6.3	5.2	415	60.5	48.6
BCTL [ABPTL até set. 2011]	-38	-28	-26	-28	7.1	-0.7	-68	141.6	-13.4	-101	50.1	-10.5
Bancos comerciais	0	0	-12	-12	-1.7	0.1	-14	21.7	-0.9	-12	-18.1	0.8
	-38	-28	-14	-16	14.8	-0.8	-53	230.4	-12.6	-90	68.7	-11.3
ATIVOS INTERNOS LÍQUIDOS												
Crédito líquido ao Estado	-174	-202	-174	-327	87.4	-56.8	-366	12.1	-13.4	-465	27.0	-30.7
Crédito bruto	-219	-230	-206	-331	60.5	-46.5	-413	24.7	-27.7	-447	8.4	-10.8
Depósitos	0	12	1	22	1851.2	7.9	6	-73.7	-5.6	0	-100.0	-1.8
Crédito ao sector privado	-219	-241	-207	-353	70.4	-54.4	-419	18.4	-22.1	-447	6.9	-8.9
Outros ativos (líquidos)	101	99	104	110	5.9	2.3	133	21.1	7.8	156	17.8	7.3
	-56	-72	-72	-105	47.0	-12.6	-87	-17.9	6.4	-174	101.3	-27.2
MASSA MONETÁRIA												
Circulação monetária (a)	144	191	268	295	9.9	9.9	322	9.3	9.3	367	13.9	13.9
Depósitos à ordem	2	2	3	3	20.5		4	14.5		4	11.1	
Depósitos a prazo e outros depósitos	73	102	155	138	-10.8		159	15.1		173	8.8	
	68	87	111	154	38.5		160	4.0		190	19.1	
<i>Para memória:</i>												
Ativos do Fundo Petrolífero (em milhões de USD)	2 086	4 197	5 377	6 904	28.4		9 310	34.8		10 601	13.9	(jun)
Ativos externos líquidos (em meses de Importações) (b)	7.6	6.1	5.6	7.3	29.4		6.8	-6.2		7.4	7.9	

Fontes: BCTL, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Este agregado inclui apenas as moedas metálicas (de centavos, sub-denominações do USD) emitidas pelo BCTL, estando excluídas as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto da dolarização oficialmente vigente; (b) Importações de bens e serviços.

[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro A.II.6.9.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias						
	Dólar Australiano USD/AUD	Rupia Indonésia USD/IDR	Euro EUR/USD	ITCE ^{(a)(b)}		
				Nominal	Real	
2000	1.73	8 402	0.92	92.38		
2001	1.93	10 260	0.90	106.82	101.29	
2002	1.84	9 319	0.94	100.16	92.36	
2003	1.54	8 574	1.13	91.64	86.82	
2004	1.36	8 938	1.24	90.92	85.22	
2005	1.31	9 709	1.24	94.31	83.99	
2006	1.33	9 167	1.26	90.50	77.33	
2007	1.20	9 140	1.37	87.38	78.79	
2008	1.20	9 690	1.47	88.98	80.69	
2009	1.28	10 412	1.39	94.60	83.87	
2010	1.09	9 085	1.33	83.54	75.91	
2011	0.97	8 777	1.39	78.57	77.25	
<hr/>						
2010 Janeiro	1.09	9 293	1.43	85.20	76.88	
Fevereiro	1.13	9 342	1.37	86.18	78.37	
Março	1.10	9 164	1.36	84.59	77.20	
Abril	1.08	9 027	1.34	83.33	76.02	
Maio	1.15	9 166	1.26	85.29	77.82	
Junho	1.17	9 148	1.22	85.62	77.93	
Julho	1.14	9 042	1.28	84.31	76.32	
Agosto	1.11	8 976	1.29	83.21	75.15	
Setembro	1.07	8 966	1.31	82.18	74.17	
Outubro	1.02	8 927	1.39	80.79	73.09	
Novembro	1.01	8 948	1.37	80.70	73.29	
Dezembro	1.01	9 021	1.32	81.11	74.75	
2011 Janeiro	1.00	9 040	1.34	80.90	74.72	
Fevereiro	0.99	8 913	1.36	79.90	76.50	
Março	0.99	8 760	1.40	78.96	77.82	
Abril	0.95	8 651	1.44	77.41	76.31	
Maio	0.94	8 565	1.43	76.68	75.52	
Junho	0.94	8 564	1.44	76.73	75.56	
Julho	0.93	8 533	1.43	76.09	74.63	
Agosto	0.95	8 532	1.43	76.36	74.52	
Setembro	0.98	8 766	1.38	78.54	77.11	
Outubro	0.99	8 895	1.37	79.78	79.07	
Novembro	0.99	9 015	1.36	80.43	80.95	
Dezembro	0.99	9 088	1.32	81.02	84.26	
2012 Janeiro	0.96	9 109	1.29	80.48	84.40	
Fevereiro	0.93	9 026	1.32	79.17	82.32	
Março	0.95	9 165	1.32	80.20	83.89	
Abril	0.97	9 176	1.32	80.44	84.64	
Maio	1.00	9 290	1.28	81.74	86.09	
Junho	1.00	9 451	1.25	82.80	86.97	
Julho	0.97	9 452	1.23	82.06	--	
Agosto	0.96	9 486	1.25	81.71	--	

Fontes: Banco da Indonésia, Banco de Reserva da Austrália, Autoridade Monetária de Singapura e Banco de Portugal; cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas praticadas para as moedas dos três principais parceiros comerciais no período 2005/2009; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do USD (base 100: Janeiro de 2001).



RELAÇÕES ECONÓMICAS
E FINANCEIRAS DE PORTUGAL
COM OS PALOP E TIMOR-LESTE



III.1. RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste evidenciaram algum crescimento em 2011, sobretudo ao nível das importações portuguesas daquele conjunto de países (que duplicaram o valor de 2010) mas igualmente no que diz respeito às exportações (+21% que em 2010, invertendo a tendência dos anos anteriores). Em termos relativos, os valores de 2011 mostram que estes países reforçaram o seu peso no total das relações comerciais portuguesas com o resto do mundo, passando a representar 6.9% das exportações (6.5% em 2010) e 2.2% das importações (1.1% no ano anterior).

Gráfico III.1.1.

RELAÇÕES COMERCIAIS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | Em milhões de EUR

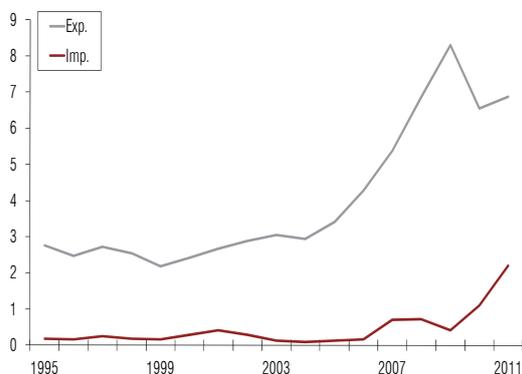
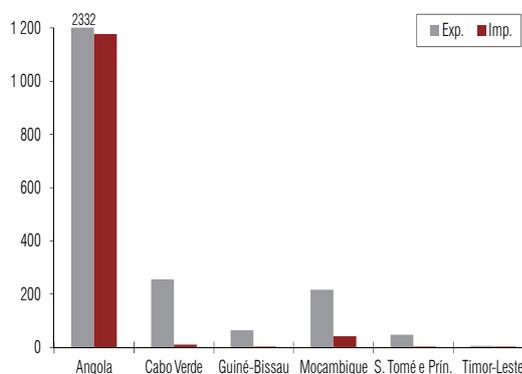


Gráfico III.1.2.

RELAÇÕES COMERCIAIS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | Em 2011, milhões de EUR



Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

As exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste ascenderam a EUR 2919 milhões em 2011, mais EUR 504 milhões que no ano anterior. O crescimento registado deveu-se sobretudo a aumentos nos produtos exportados para Angola (em EUR 421 milhões) e para Moçambique (em EUR 67 milhões). De salientar ainda os acréscimos relativamente à Guiné-Bissau (EUR 22 milhões) e a São Tomé e Príncipe (EUR 4 milhões), tendo os valores relativos aos restantes países evidenciado pequenas reduções.

Gráfico III.1.3.

EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE | Por destinos, em milhões de EUR

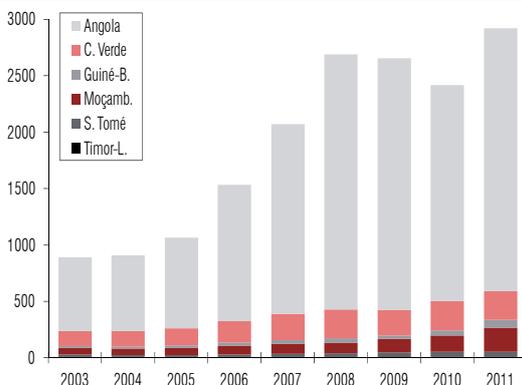
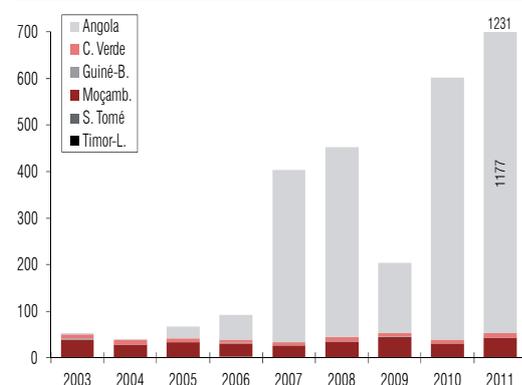


Gráfico III.1.4.

IMPORTAÇÕES DOS PALOP E TIMOR-LESTE | Por origens, em milhões de EUR



Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

As importações portuguesas com origem neste conjunto de países elevaram-se a EUR 1231 milhões em 2011, uma subida de EUR 629 milhões face ao ano anterior, decorrente principalmente da aumento

dos produtos angolanos (em EUR 614 milhões), como reflexo do maior valor inscrito em *Combustíveis Minerais* (que inclui o petróleo). Deste grupo de países, o mercado angolano constitui, desde 2006, o principal destino das exportações portuguesas e o maior originador das importações, tendo em 2011 reforçado o seu peso para 96% e 80% do total, respetivamente.

Gráfico III.1.5.

EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE | Em 2011, por grupos de produtos

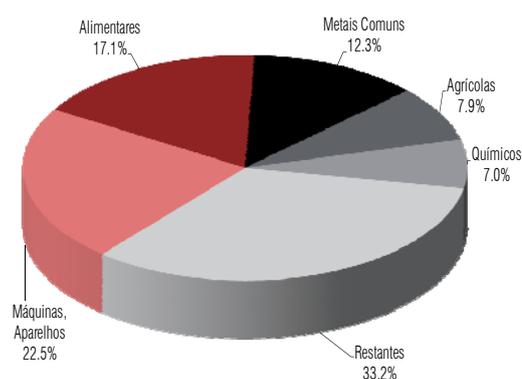
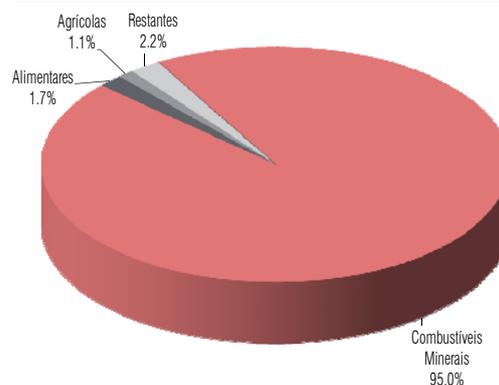


Gráfico III.1.6.

IMPORTAÇÕES DOS PALOP E TIMOR-LESTE | Em 2011, por grupos de produtos



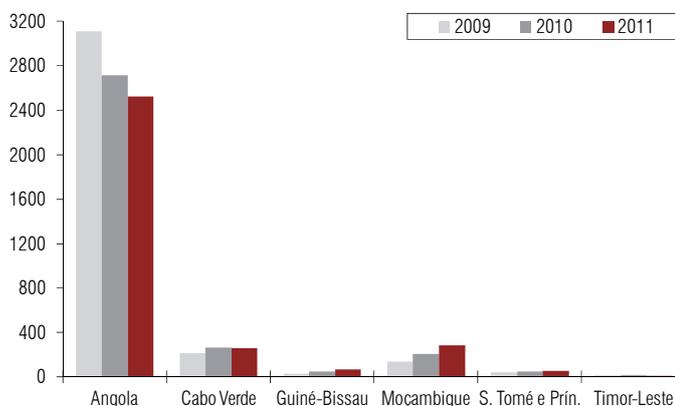
Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Apesar de um ligeiro aumento da dispersão, as exportações portuguesas para estes países continuaram em 2011 concentradas nos produtos das classes *Máquinas e Aparelhos*, *Alimentares* e *Metals Comuns*, representando, no seu conjunto, 51% do total. Os *Combustíveis Minerais* provenientes de Angola dominam as importações portuguesas dos PALOP e de Timor-Leste (95% do total).

A forte dinâmica das importações conduziu o saldo da balança comercial com os PALOP e Timor-Leste a uma nova redução do seu excedente em 2011, o qual atingiu EUR 1.7 mil milhões (-5% que no ano anterior). A redução da balança comercial, conjugada com a diminuição do saldo da balança de rendimentos, redundou num novo decréscimo do saldo agregado das balanças correntes bilaterais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste em 2011.

Gráfico III.1.7.

BALANÇAS CORRENTES COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | Saldos, em milhões de EUR



Fonte: Banco de Portugal.

As transferências correntes com os PALOP e Timor-Leste voltaram a reforçar o saldo favorável para Portugal em 2011, ainda sustentado pelas remessas de emigrantes portugueses em Angola. O montante de remessas líquidas ascendeu a EUR 118.7 milhões em 2011 (+13.8% que no ano anterior).

Quadro A.III.1.1.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS (ÓTICA DE PORTUGAL) Em milhões de EUR														
	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1995	10	259	6	89	5	23	23	37	0	13			43	421
1996	10	305	8	97	4	22	24	40	0	13			45	476
1997	39	394	9	109	2	25	27	43	0	13			79	584
1998	22	368	9	118	2	16	28	61	1	17			62	580
1999	10	277	10	138	0	17	39	67	4	19			64	517
2000	58	371	10	170	1	28	45	69	9	19			123	657
2001	127	504	9	135	3	23	40	63	3	21			182	745
2002	70	570	9	148	3	21	37	54	0	30	1	1	121	823
2003	2	652	9	137	2	17	38	54	0	25	1	5	52	890
2004	2	671	11	140	1	18	26	55	0	24	1	1	41	909
2005	25	802	7	148	1	24	32	64	0	22	1	1	66	1061
2006	53	1210	7	190	1	27	29	74	1	28	1	2	92	1531
2007	369	1684	7	228	1	35	26	89	0	33	0	1	403	2070
2008	408	2261	9	258	1	40	34	92	0	37	1	2	452	2690
2009	151	2236	7	223	1	33	43	120	0	36	1	9	204	2656
2010	563	1910	7	263	0	43	29	149	0	43	1	7	602	2415
2011	1177	2332	10	255	0	64	42	217	0	47	1	5	1231	2919

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.2.

PESO DO COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE NO COMÉRCIO PORTUGUÊS Em percentagem														
	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1995	0.0	1.7	0.0	0.6	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.2	2.8
1996	0.0	1.6	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.2	2.5
1997	0.1	1.8	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.3	2.7
1998	0.1	1.6	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.3	0.0	0.1			0.2	2.5
1999	0.0	1.2	0.0	0.6	0.0	0.1	0.1	0.3	0.0	0.1			0.2	2.2
2000	0.1	1.4	0.0	0.6	0.0	0.1	0.1	0.3	0.0	0.1			0.3	2.4
2001	0.3	1.8	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.4	2.7
2002	0.2	2.0	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3	2.9
2003	0.0	2.2	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	3.0
2004	0.0	2.2	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	2.9
2005	0.1	2.6	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	3.4
2006	0.1	3.4	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.2	4.3
2007	0.6	4.4	0.0	0.6	0.0	0.1	0.0	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.7	5.4
2008	0.7	5.8	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.7	6.9
2009	0.3	7.0	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.4	0.0	0.1	0.0	0.0	0.4	8.3
2010	1.0	5.2	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.4	0.0	0.1	0.0	0.0	1.1	6.5
2011	2.1	5.5	0.0	0.6	0.0	0.2	0.1	0.5	0.0	0.1	0.0	0.0	2.2	6.9

Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.III.1.3.
PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: EXPORTAÇÕES POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓTICA DE PORTUGAL) | Em milhões de EUR

	2010										2011																		
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total								
Agrícolas	110.15	25.09	2.21	4.88	5.96	0.24	148.54	183.42	31.85	3.61	5.55	7.17	0.24	231.84	314.85	31.78	10.88	13.10	9.20	0.77	380.58	422.73	33.30	13.38	17.42	10.33	0.82	497.98	
Alimentares	19.56	2.58	6.39	2.10	0.61	0.00	31.24	53.38	4.92	22.41	2.10	1.68	0.00	84.50	121.05	20.99	1.23	10.75	3.27	0.03	157.33	166.23	21.31	1.56	12.23	3.38	0.01	204.70	
Combustíveis Minerais	80.73	15.31	0.84	8.35	2.29	0.03	107.54	105.46	14.37	1.11	9.98	2.00	0.05	132.96	5.58	1.99	0.03	1.00	0.13	0.06	8.14	5.26	1.88	0.02	0.62	0.09	0.00	7.88	
Plásticos, Borracha	22.69	5.30	0.30	1.00	0.13	0.06	29.47	24.45	4.77	0.23	2.05	0.20	0.04	31.74	60.38	7.57	0.42	13.48	1.12	0.24	83.22	79.54	8.24	0.41	13.52	0.97	0.69	103.38	
Pastas Celulósicas, Papel	23.10	3.34	0.39	1.71	0.47	0.08	29.10	29.68	3.77	0.40	2.02	0.44	0.06	36.37	25.32	2.51	0.37	1.38	0.89	0.01	30.47	33.24	3.10	0.23	1.90	0.89	0.01	39.37	
Matérias Têxteis	10.55	0.42	0.25	0.83	0.30	0.03	12.36	13.16	0.47	0.13	1.17	0.26	0.00	15.19	92.26	25.43	6.14	6.04	2.99	0.03	132.89	94.77	22.50	6.19	7.33	2.07	0.08	132.93	
Vestuário	233.81	26.39	2.76	16.88	3.12	0.37	283.33	301.82	27.97	2.95	23.50	3.28	0.50	360.03	482.76	70.19	5.50	49.83	7.62	4.39	620.29	506.73	51.66	6.85	81.83	7.62	2.07	656.77	
Calçado	116.69	9.72	3.19	5.02	2.34	0.10	137.06	96.60	11.68	3.04	20.11	4.08	0.16	135.67	52.38	4.09	0.32	5.73	0.83	0.01	63.36	56.92	2.86	0.20	3.39	0.77	0.02	64.16	
Minerais, Minérios	138.39	10.44	1.62	7.85	1.31	0.31	159.91	158.23	10.35	1.68	11.94	1.38	0.15	183.71	482.76	70.19	5.50	49.83	7.62	4.39	620.29	506.73	51.66	6.85	81.83	7.62	2.07	656.77	
Metais Comuns	116.69	9.72	3.19	5.02	2.34	0.10	137.06	96.60	11.68	3.04	20.11	4.08	0.16	135.67	52.38	4.09	0.32	5.73	0.83	0.01	63.36	56.92	2.86	0.20	3.39	0.77	0.02	64.16	
Máquinas, Aparelhos	138.39	10.44	1.62	7.85	1.31	0.31	159.91	158.23	10.35	1.68	11.94	1.38	0.15	183.71	482.76	70.19	5.50	49.83	7.62	4.39	620.29	506.73	51.66	6.85	81.83	7.62	2.07	656.77	
Veículos e Outro Mat. de Transp.	116.69	9.72	3.19	5.02	2.34	0.10	137.06	96.60	11.68	3.04	20.11	4.08	0.16	135.67	52.38	4.09	0.32	5.73	0.83	0.01	63.36	56.92	2.86	0.20	3.39	0.77	0.02	64.16	
Ótica, Precisão	138.39	10.44	1.62	7.85	1.31	0.31	159.91	158.23	10.35	1.68	11.94	1.38	0.15	183.71	482.76	70.19	5.50	49.83	7.62	4.39	620.29	506.73	51.66	6.85	81.83	7.62	2.07	656.77	
Outros Produtos	138.39	10.44	1.62	7.85	1.31	0.31	159.91	158.23	10.35	1.68	11.94	1.38	0.15	183.71	1910.25	263.15	42.84	149.24	42.67	6.68	2414.82	2331.65	254.99	64.37	216.66	46.61	4.91	2919.19	
Total	1910.25	263.15	42.84	149.24	42.67	6.68	2414.82	2331.65	254.99	64.37	216.66	46.61	4.91	2919.19															

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.4.

	PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÕES POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓTICA DE PORTUGAL) Em milhões de EUR													
	2010						2011							
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Mogamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Mogamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	0.25	0.23	0.07	11.13	0.15	1.02	12.84	2.31	0.78	0.05	9.55	0.12	0.95	13.76
Alimentares	0.18	0.34	0.00	15.64	0.07		16.23	0.03	0.24	0.01	20.71	0.04		21.03
Combustíveis Minerais	558.91			0.00			558.91	1169.43						1169.43
Químicos	0.00	0.13		0.06			0.19	0.01	0.03	0.00	0.01			0.04
Plásticos, Borracha	0.03	0.01		0.01	0.00		0.05	0.06	0.01	0.00	0.01	0.00		0.08
Peles, Couros	0.00	0.08		0.04			0.12	0.01	0.00	0.00	0.01			0.02
Madeira, Cortiça	0.34	0.00	0.01	0.09		0.00	0.43	0.81	0.01	0.00	0.02			0.83
Pastas Celulósicas, Papel	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00		0.03	0.04	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.05
Matérias Têxteis	0.01	0.01		0.34		0.00	0.36	0.01	0.05	0.00	2.30		0.00	2.37
Vestuário	0.00	2.36	0.00	0.03			2.40	0.01	3.95	0.00	0.01			3.97
Calçado	0.00	3.32	0.00	0.01			3.33	0.00	3.57	0.00	0.00	0.00		3.58
Minerais, Minérios	0.25	0.01		0.05			0.31	0.32	0.00	0.00	0.08			0.40
Metais Comuns	0.25	0.12	0.22	1.40			1.98	0.09	0.11	0.15	0.01	0.01		0.37
Máquinas, Aparelhos	2.10	0.70	0.04	0.30	0.05	0.10	3.29	1.95	0.91	0.01	0.21	0.03	0.07	3.17
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0.70	0.10	0.03	0.00	0.00		0.84	0.92	0.29	0.01	0.00	0.06		1.28
Ótica, Precisão	0.24	0.07	0.01	0.04	0.02	0.00	0.39	1.14	0.01	0.03	0.04	0.00	0.01	1.23
Outros Produtos	0.16	0.00	0.00	0.05	0.00		0.21	0.35	0.01	0.00	9.03			9.39
Total	563.45	7.48	0.39	29.18	0.29	1.12	601.91	1177.49	9.97	0.26	41.98	0.27	1.03	1230.99

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.5.

BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE (ÓTICA DE PORTUGAL) Em milhões de EUR											
		Balança Corrente									Balança de Capital
		Mercadorias			Serviços	Rendim.	Transferências Correntes			Saldo	
		Export.	Import.	Saldo			Total	dg: Remessas de Emig.	Imig.		
Angola	2007	1682.5	362.5	1320.0	364.9	123.9	21.2	48.1	12.3	1829.9	-87.5
	2008	2270.6	402.5	1868.1	557.2	130.1	43.2	70.9	13.1	2598.6	20.6
	2009	2241.4	151.7	2089.7	549.1	359.9	112.1	103.5	12.3	3110.9	-4.5
	2010	1913.0	552.7	1360.3	689.4	510.6	155.3	134.9	13.5	2715.5	-2.8
	2011	2336.5	1 139.2	1197.3	950.3	208.4	169.6	147.3	12.9	2525.6	3.8
Cabo Verde	2007	226.2	7.8	218.3	16.6	-9.3	-36.5	2.6	22.3	189.2	-5.4
	2008	259.1	9.2	249.8	24.8	-8.3	-35.8	2.1	23.7	230.5	-7.7
	2009	222.6	7.5	215.1	29.2	5.2	-35.9	2.5	20.9	213.7	-1.3
	2010	263.2	8.0	255.1	10.0	22.3	-25.9	3.1	12.9	261.5	-1.7
	2011	255.2	11.1	244.1	5.5	14.3	-6.6	2.8	13.3	257.3	-1.0
Guiné-Bissau	2007	34.2	0.5	33.7	3.8	1.1	-6.5	0.6	6.1	32.1	-1.3
	2008	40.3	0.6	39.7	3.0	9.4	-9.4	0.1	6.5	42.7	-1.2
	2009	33.4	1.4	32.1	3.7	-1.1	-4.5	0.3	5.1	30.2	-1.5
	2010	42.8	0.7	42.1	4.3	6.6	-5.4	0.3	4.8	47.6	-2.5
	2011	64.4	2.1	62.3	5.5	1.6	-5.3	0.2	4.3	64.0	-1.0
Moçambique	2007	89.5	34.8	54.7	21.1	161.0	5.6	2.4	5.9	242.3	-2.5
	2008	92.7	42.2	50.5	21.2	77.5	-2.3	2.3	3.2	146.9	-101.3
	2009	120.8	46.6	74.2	19.8	46.5	-3.2	2.4	3.2	137.3	-14.2
	2010	150.8	32.7	118.1	33.9	60.9	-3.5	2.7	4.5	209.4	-14.6
	2011	217.9	45.7	172.3	49.6	53.4	7.3	4.7	5.7	282.6	-14.8
S. Tomé e Príncipe	2007	33.1	0.8	32.3	9.3	3.1	-0.7	0.4	1.0	44.0	0.0
	2008	36.6	2.0	34.6	5.4	1.1	-0.8	0.1	0.6	40.3	-0.2
	2009	35.5	2.0	33.5	6.0	0.8	0.4	0.2	0.4	40.7	-1.4
	2010	42.6	1.8	40.9	7.2	1.0	-1.3	0.1	1.3	47.8	-1.3
	2011	46.7	1.2	45.5	9.0	1.2	0.0	0.3	0.8	55.7	-1.1
Timor-Leste	2007	1.2	0.2	1.0	-4.6	3.3	0.1	0.0	0.1	-0.1	-0.3
	2008	2.1	0.5	1.6	-9.5	6.5	-1.3	0.2	0.1	-2.7	-0.5
	2009	9.3	1.0	8.3	0.7	7.9	-0.9	0.3	0.1	16.0	-1.0
	2010	6.7	1.2	5.5	-3.8	16.3	0.1	0.3	0.1	17.9	-0.2
	2011	5.2	1.1	4.1	1.1	7.1	-5.0	0.4	0.1	7.3	-0.6
Total dos PALOP e Timor-Leste	2007	2066.6	406.7	1659.9	411.1	283.1	-16.8	54.0	47.6	2337.4	-97.1
	2008	2701.4	457.0	2244.4	602.2	216.2	-6.4	75.7	47.1	3056.4	-90.2
	2009	2663.1	210.2	2452.9	608.6	419.3	67.9	109.1	42.0	3548.7	-23.9
	2010	2419.1	597.2	1822.0	741.1	617.6	119.1	141.5	37.1	3299.7	-23.1
	2011	2925.9	1 200.3	1725.5	1 020.9	286.1	160.0	155.8	37.0	3192.5	-14.7

Fonte: Banco de Portugal.

III.2. INVESTIMENTO DIRETO BILATERAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

Em 2011, o investimento direto bruto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste denotou uma nova e vincada diminuição, prosseguindo a tendência de redução iniciada em 2009. O volume de investimento direto português naquele conjunto de países registou EUR 345 milhões em termos brutos no ano transato, o que corresponde a um decréscimo de 58% face a 2010, passando a representar 2.2% do total do investimento direto bruto de Portugal no exterior (8.4% em 2010).

Gráfico III.2.1.

INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE | Total anual, em milhões de EUR

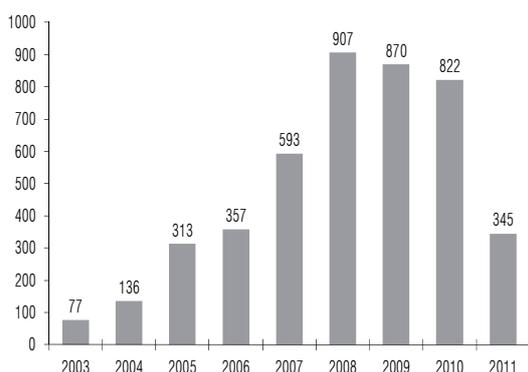
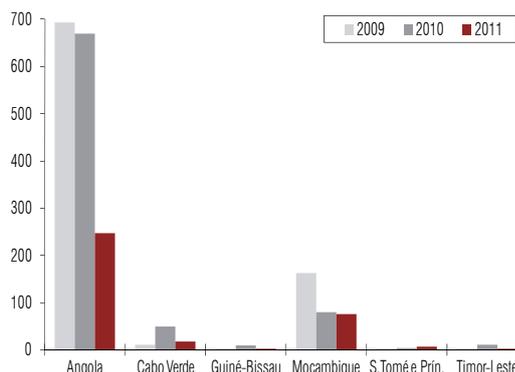


Gráfico III.2.2.

INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE | Por país, em milhões de EUR



Fontes: Banco de Portugal.

Em termos geográficos, o investimento realizado por Portugal nos PALOP e em Timor-Leste em 2011 concentrou-se sobretudo em Angola (71% do total, constituindo-se como o principal destino desde 2002), Moçambique (22%) e Cabo Verde (5%). As estimativas disponíveis para 2011 apontam para o crescimento do investimento bruto português apenas em São Tomé e Príncipe, denotando descidas relativamente a todos os outros países.

Por sectores de destino, no ano findo, o investimento português neste conjunto de países foi principalmente destinado à *Construção* (41%), ao *Comércio* (32%) e a *Atividades financeiras* (22%, ainda que em quebra significativa face a 2010). À semelhança do ano anterior, o desinvestimento português nos PALOP e em Timor-Leste em 2011 deveu-se sobretudo à atividade de *Construção* (82% do total), com valores mais significativos em Angola, Moçambique e Cabo Verde.

O investimento direto bruto de Portugal em Angola denotou uma redução significativa em 2011, registando EUR 246 milhões, o que corresponde a quase 1/3 do valor de 2010. Como habitualmente, os principais sectores de destino foram o *Comércio*, a *Construção* e as *Atividades financeiras* (*Intermediação monetária* e *outras atividades financeiras e de seguros*), 98% do total no ano findo.

Em 2011, foram canalizados para Moçambique EUR 75 milhões de investimento direto bruto português, menos EUR 5 milhões que em 2010. Esta redução decorreu principalmente do investimento em *Intermediação monetária* e em *Construção*, sectores que, no entanto, se mantiveram como dominantes, sendo responsáveis por 79% do total.

Em Cabo Verde os investidores portugueses aplicaram EUR 17 milhões em 2011, cerca de 1/3 do montante do ano anterior, face à quebra verificada na *Intermediação monetária* e na *Indústria transformadora*, passando a *Construção* a constituir o principal sector de investimento (63% do total).

Embora menos significativo, o investimento português em São Tomé e Príncipe elevou-se a quase EUR 6 milhões, prosseguindo a tendência de crescimento dos últimos anos, sendo dominado pela *Construção*

(79% do total). Para Timor-Leste e para a Guiné-Bissau foram canalizados EUR 0.7 milhões e EUR 0.2 milhões, respetivamente, o que corresponde a uma redução bastante significativa em relação a este último, tendo em conta o valor historicamente elevado de 2010.

Gráfico III.2.3.

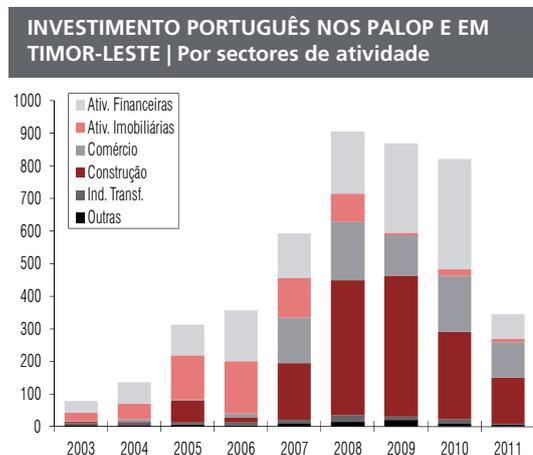
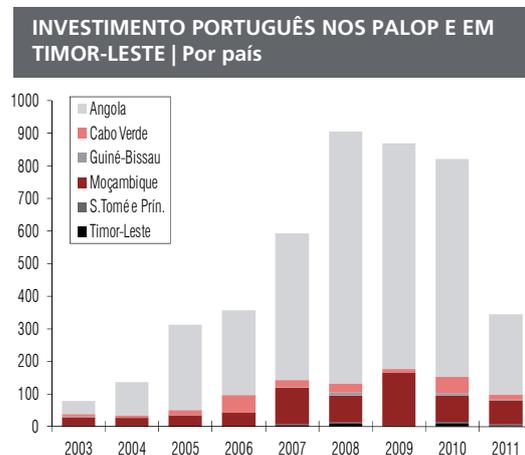


Gráfico III.2.4.



Fontes: Banco de Portugal.

*O investimento direto bruto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal registou um aumento em 2011, elevando-se a EUR 79 milhões (+75% em relação a 2010), representando contudo apenas 0.2% do total de investimento direto estrangeiro em Portugal. Este investimento teve sobretudo origem em Angola (89% do total) e foi principalmente canalizado para as classes *Intermediação monetária, Atividades imobiliárias, Construção e Atividades de consultoria, científicas e técnicas e atividades administrativas e dos serviços de apoio.**

Quadro III.2.1.

BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE Situação em Julho de 2012			
País / Banco	Forma de Representação	País / Banco	Forma de Representação
Angola		Moçambique	
Banco BPI	Banco de Fomento Angola	Banco BPI ^(a)	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Millenium Angola	Banco Com. Português	Banco Internac. de Moçambique
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola	Banco Espírito Santo ^(a)	Moza Banco
Banco Santander Totta ^(a)	Banco Caixa Geral Totta de Angola	Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Caixa Geral Depósitos ^(a)	Banco Caixa Geral Totta de Angola		Banco Nacional de Investimentos
Caixa Geral Depósitos	Banco Promoção e Desenvolvimento		
Montepio Geral	Finibanco Angola		
Cabo Verde		S. Tomé e Príncipe	
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Cabo Verde	Caixa Geral Depósitos ^(a)	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
BANIF, SGPS	Banco Cabo-Verdiano de Negócios		
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico		
	Banco Comercial do Atlântico		
<i>estabelecidos em off-shore^(b)</i>		Timor-Leste	
Caixa Central CAM	Sucursal	Caixa Geral Depósitos	Sucursal
	CA Finance - Gestão de Activos		
Montepio Geral	Banco Montepio Geral Cabo Verde		
Banco Espírito Santo	Sucursal		

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (a) Participações minoritárias; (b) A sociedade de gestão de participações sociais criada no âmbito do processo de privatização do BPN (denominada Parparticipadas, SGPS, SA) detém ainda o BPN Cabo Verde.

Quadro A.III.2.1.

INVESTIMENTO DIRETO DE PORTUGAL NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE Por sectores de atividade, em milhões de EUR					
	2010		2011		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	7.0	6.6	2.3	13.0
	Atividades de informação e de comunicação	0.3	0.1	0.0	0.3
	Atividades imobiliárias	0.5	0.4	0.0	2.6
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas			0.3	0.7
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	165.4	26.2	100.7	68.7
	Construção	221.6	399.1	97.6	441.0
	Eletricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0.2		0.1	0.1
	Indústrias transformadoras	3.4	12.8	0.5	13.7
	Intermediação monetária	263.9	52.5	40.5	29.5
	Outras atividades financeiras e de seguros	1.9		2.5	
	Outras atividades	5.3	14.5	1.7	1.9
TOTAL	669.5	512.1	246.4	571.7	
Cabo Verde	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0.9	0.4	0.9	0.1
	Atividades de informação e de comunicação	0.0	2.8	0.0	
	Atividades imobiliárias	0.0		0.0	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	0.6		0.2	
	Construção	12.0	25.9	10.9	64.0
	Indústrias transformadoras	5.9		0.4	0.3
	Intermediação monetária	30.0		4.6	0.5
	Outras atividades	0.2	0.0	0.3	1.8
TOTAL	49.6	29.1	17.4	66.6	
Guiné-Bissau	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	4.2	1.0	0.1	
	Atividades de informação e de comunicação	3.1			
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração			0.0	
	Construção			0.0	
	Indústrias transformadoras	2.3		0.1	
	Intermediação monetária			0.0	
	Outras atividades	0.0	1.0	0.1	
TOTAL	9.6	2.0	0.2	0.0	
Moçambique	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	6.3	0.2	0.3	4.0
	Atividades de informação e de comunicação	0.5		0.0	
	Atividades imobiliárias	0.8		4.4	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas	0.0		0.0	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	2.5	1.3	8.3	0.1
	Construção	32.8	12.5	29.9	151.4
	Eletricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0.7		1.4	
	Indústrias transformadoras	2.6		0.7	0.7
	Intermediação monetária	33.4	3.9	28.8	3.6
	Outras atividades financeiras e de seguros	0.0		0.0	
Outras atividades	0.3	0.2	0.8	0.5	
TOTAL	79.9	17.9	74.7	160.4	
S. Tomé e Príncipe	Atividades de informação e de comunicação			0.0	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas		0.1	0.5	0.0
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	0.3		0.2	
	Construção	2.2	2.9	4.3	9.3
	Eletricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição		1.0		
	Indústrias transformadoras		0.1	0.1	
	Intermediação monetária	0.4		0.5	
Outras atividades	0.0	2.2	0.0	0.4	
TOTAL	2.9	6.3	5.7	9.7	
Timor-Leste	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0.0		0.3	
	Intermediação monetária	9.7	1.8	0.3	
	Outras atividades	1.0	0.3	0.0	0.0
	TOTAL	10.7	2.2	0.7	0.0
Total PALOP e Timor-Leste		822.3	569.7	345.1	808.4

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

Quadro A.III.2.2.

INVESTIMENTO DIRETO DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL Por sectores de atividade, em milhões de EUR					
		2010		2011	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	9.7	0.1	10.0	0.1
	Atividades de informação e de comunicação	0.0		0.1	0.0
	Atividades imobiliárias	8.8	0.0	11.6	0.2
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas	2.9		0.7	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	1.0	0.2	2.7	1.2
	Construção	0.9	1.8	10.7	0.1
	Indústrias transformadoras	0.1		0.0	0.2
	Intermediação monetária	6.9	0.1	30.7	
	Outras atividades	2.4	0.0	3.8	
	TOTAL	32.8	2.2	70.3	1.8
Cabo Verde	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	3.6		0.8	
	Atividades de informação e de comunicação			0.0	
	Atividades imobiliárias		0.0	3.1	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	0.0	0.0	0.0	0.0
	Construção	4.5	0.0	1.7	
	Intermediação monetária		0.0	0.4	0.0
	Outras atividades	0.2			
	TOTAL	8.4	0.1	6.0	0.0
Guiné-Bissau	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	2.1			
	Construção			0.0	
	Outras atividades	0.4			
	TOTAL	2.6	0.0	0.0	0.0
Moçambique	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio		0.1	0.0	0.1
	Atividades de informação e de comunicação			0.2	0.1
	Atividades imobiliárias	1.3		0.2	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas		0.1		
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração			0.0	0.2
	Construção			0.1	0.1
	Indústrias transformadoras	0.0	1.5	0.0	
	Intermediação monetária	0.2	0.4		1.0
Outras atividades	0.0		0.3		
	TOTAL	1.5	2.0	0.8	1.4
S. Tomé e Príncipe	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas				0.0
	Intermediação monetária				
	Outras atividades				
	TOTAL	0.0	0.0	0.0	0.0
Timor-Leste	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0.0		0.0	
	Intermediação monetária			2.2	
	Outras atividades	0.0	0.0	0.0	
	TOTAL	0.0	0.0	2.2	0.0
Total PALOP e Timor-Leste		45.3	4.4	79.3	3.3

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

III.3. DÍVIDA DOS PALOP A PORTUGAL

A dívida oficial dos PALOP a Portugal totalizava USD 3215 milhões em 31 de dezembro de 2011, correspondendo a um acréscimo de 34% em relação ao ano anterior. O aumento da dívida oficial deste conjunto de países – que inclui a dívida direta ao Estado português e a por este garantida – atingiu USD 808 milhões no ano passado, quase triplicando em relação ao incremento já elevado de 2010.

Quadro II.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL Em milhões de USD		
	31-12-2011	Em %
Angola	1608	50.0
Moçambique	1063	33.1
Cabo Verde	355	11.0
Guiné-Bissau	125	3.9
S. Tomé e Príncipe	64	2.0
TOTAL	3215	100.0

Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Em 2011, à semelhança do que sucede desde 2005, o comportamento da dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado foi o responsável pela evolução da dívida oficial deste conjunto de países, crescendo USD 824 milhões. Tal como nos dois anos anteriores, a dívida direta ao Estado denotou uma ligeira diminuição no ano transato, reduzindo-se em USD 16 milhões.

Gráfico III.3.1.

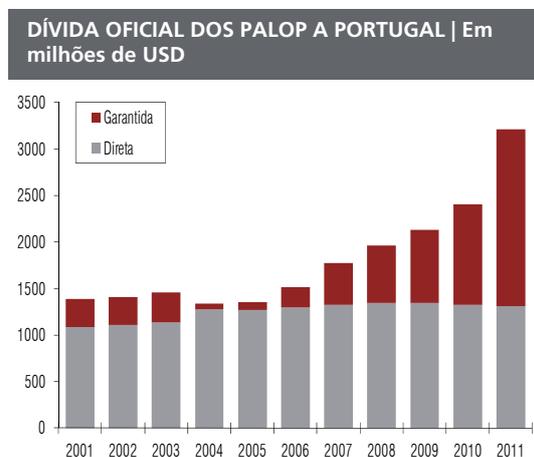
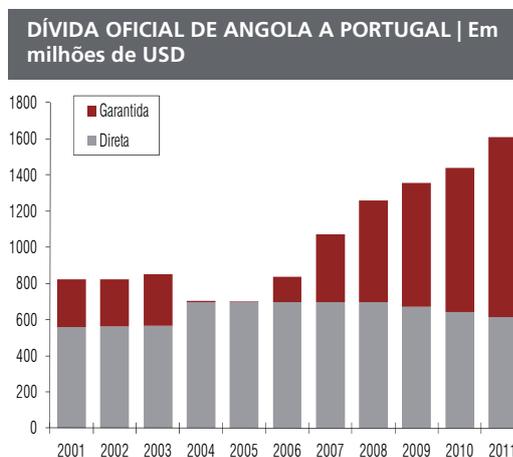


Gráfico III.3.2.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

No conjunto dos PALOP, Angola mantém-se como o principal devedor a Portugal, com a dívida oficial daquele país a atingir USD 1608 milhões no final de 2011 (50% do total), mais USD 168 milhões que no ano anterior. Nos últimos anos, este crescimento tem decorrido apenas do comportamento da dívida garantida pelo Estado português, uma vez que, desde 2009, e tal como estipulado no acordo de reescalonamento assinado em 2004 com as autoridades portuguesas, Angola tem vindo a amortizar a sua dívida direta vincenda.

Moçambique registou, em 2011, o aumento mais expressivo no grupo em apreço, tendo evidenciado uma duplicação em relação a 2010, para um total de USD 1063 milhões. Esta tendência ascendente, mais vincada nos últimos anos, decorre da utilização de linhas de crédito concessionais acordadas com

Portugal em 2008 e 2009, para financiamento de projetos de investimento em infraestruturas, e do forte incremento do volume de exportações com garantias do Estado no ano passado. À semelhança do que acontece com Angola, a dívida direta moçambicana manteve em 2011 a trajetória descendente anterior, tal como determina o acordo de reestruturação e cancelamento progressivo de Julho de 2008, integrado na Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*).

Gráfico III.3.3.

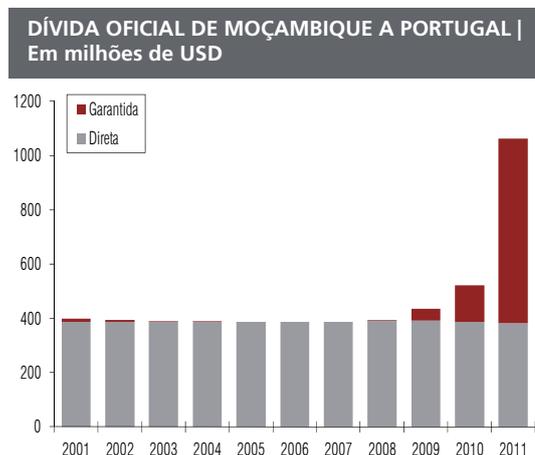
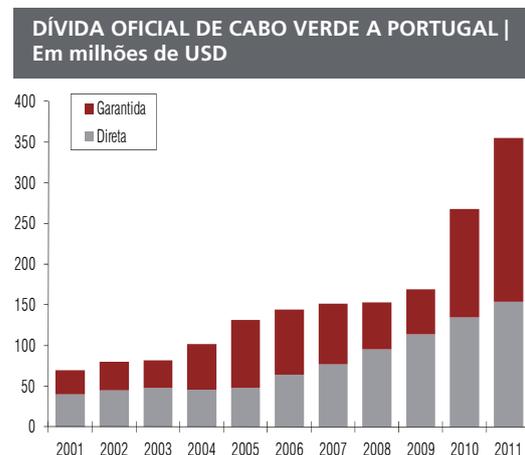


Gráfico III.3.4.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARL.

Continuamente em ascensão desde 1998, a dívida oficial de Cabo Verde a Portugal registou um novo e importante aumento em 2011, elevando-se a USD 355 milhões, o que correspondeu a uma subida de 32%. Tal como em 2010, no ano transato, aquele comportamento resultou da subida da dívida direta ao Estado, com novos desembolsos para financiamento de infraestruturas rodoviárias, e também da dívida garantida, com a utilização de linhas de crédito para projetos de infraestruturas portuárias, nas áreas das energias renováveis e ambiente e para habitação social.

Gráfico III.3.5.

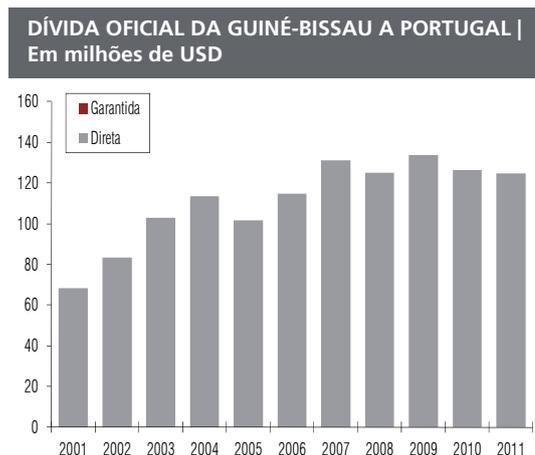
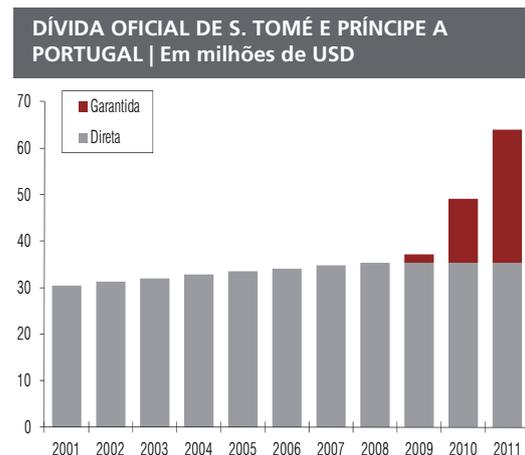


Gráfico III.3.6.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARL.

À semelhança do que acontece há alguns anos, em 2011 voltou a não se registar qualquer desembolso ou amortização da dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal. Apesar de alguma acumulação de juros em atraso, a redução de USD 2 milhões apresentada neste ano decorre da apreciação evidenciada pelo USD face ao EUR, estando os créditos deste país denominados na moeda europeia.

Recorde-se que a Guiné-Bissau obteve no final de 2010 o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC e, simultaneamente, acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral, o que permitiu uma redução de cerca de USD 1.2 mil milhões do montante da dívida multilateral da Guiné-Bissau. Igualmente neste contexto, em Maio de 2011, o Clube de Paris acordou num perdão da quase totalidade das dívidas da Guiné-Bissau aos seus membros, estando as autoridades guineenses em processo de procurar assegurar tratamento idêntico por parte dos restantes credores.

Tal como em 2010, a dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal registou algum crescimento em 2011 (mais USD 15 milhões), repercutindo novos desembolsos ao abrigo da linha de crédito concessional assinada em Fevereiro de 2009, sobretudo para financiamento de infraestruturas rodoviárias e da rede de distribuição de energia. Note-se que a dívida direta vincenda se mantém constante desde 2008, estando ainda vigente o período de carência previsto no acordo relativo à reestruturação e cancelamento progressivo da dívida assinado em Julho daquele ano, no contexto da Iniciativa HIPC.



Quadro A.III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL Em milhões de USD										
		Dívida direta ao Estado (1)			Dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (2)			Dívida oficial (1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2007	698		698	375		375	1 073		1 073
	2008	698		698	562		562	1 260		1 260
	2009	670		670	686		686	1 356		1 356
	2010	642		642	799		799	1 441		1 441
	2011	614		614	994		994	1 608		1 608
Cabo Verde	2007	77		77	75		75	152		152
	2008	95		95	58		58	153		153
	2009	114		114	55		55	169		169
	2010	134		134	133		133	268		268
	2011	154		154	202		202	355		355
Guiné-Bissau	2007	85	46	131				85	46	131
	2008	77	48	125				77	48	125
	2009	81	53	134				81	53	134
	2010	74	53	126				74	53	126
	2011	70	55	125				70	55	125
Moçambique	2007	386		386				386		386
	2008	393		393	0		0	393		393
	2009	391		391	45		45	436		436
	2010	388		388	135		135	523		523
	2011	383		383	680		680	1 063		1 063
S. Tomé e Príncipe	2007	23	12	35				23	12	35
	2008	35		35				35		35
	2009	35		35	2		2	37		37
	2010	35		35	14		14	49		49
	2011	35		35	29		29	64		64
Total dos PALOP	2007	1 269	58	1 327	450		450	1 718	58	1 776
	2008	1 299	48	1 346	620		620	1 919	48	1 967
	2009	1 291	53	1 344	788		788	2 079	53	2 132
	2010	1 273	53	1 326	1 081		1 081	2 354	53	2 407
	2011	1 256	55	1 310	1 905		1 905	3 161	55	3 215

Fontes: Ministério das Finanças - GPEARL.